

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Sávio Silva de Oliveira

“NÃO ESTAMOS EM CRISE, ESTAMOS EM CRISTO!”:
Como a representação evangélica se fortaleceu em meio à Crise Brasileira

Belo Horizonte

2024

Sávio Silva de Oliveira

**“NÃO ESTAMOS EM CRISE, ESTAMOS EM CRISTO!”:
Como a representação evangélica se fortaleceu em meio à Crise Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Abílio Pereira

Belo Horizonte
2024

320 Oliveira, Sávio Silva de.
O48n "Não estamos em crise, estamos em Cristo!" [manuscrito] :
2024 como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise
Brasileira / Sávio Silva de Oliveira. - 2024.
116 f.
Orientador: Marcus Abílio Gomes Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.|

1.Ciência política – Teses. 2. Evangélicos - Teses .
I.Pereira, Marcus Abílio Gomes . II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 20ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO SÁVIO SILVA DE OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 29 de julho de 2024, às 14:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada ""NÃO ESTAMOS EM CRISE, ESTAMOS EM CRISTO!": Como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira", elaborada e apresentada por SÁVIO SILVA DE OLIVEIRA - número de registro 2022657700, graduado no curso de GEOGRAFIA. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Marcus Abilio Gomes Pereira - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Claudia Feres Faria (DCP/UFMG), Prof. Eduardo Moreira da Silva (DCP/UFMG). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 29 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Abilio Gomes Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 29/07/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Moreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 29/07/2024, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Feres Faria, Chefe de departamento**, em 29/07/2024, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3412861** e o código CRC **AA47CEA2**.

AGRADECIMENTOS

Minha entrada na Ciência Política se deu sem uma base teórica sólida pré-existente — eu venho da Geografia —, o que contribuiu para um período prolongado de adaptação e descobertas. Além disso, durante o mestrado eu produzi dois projetos musicais. Não foi a decisão mais utilitária, mas foram oportunidades muito esperadas que surgiram concomitantemente, eu as abracei e não me arrependo.

Além do desafio intelectual e da gestão do tempo, a mudança para a Pampulha foi marcada por conflitos inesperados que acabaram por atrasar um pouco a conclusão deste trabalho. Ainda que eventos especificamente traumáticos tenham ocorrido, eles não impediram que eu terminasse essa jornada, não só de cabeça erguida, mas com a consciência limpa! As rasuras feias que tentaram manchar essa história são páginas viradas!

Agradeço ao professor Marcus Abílio Pereira, que me acolheu como orientando num momento turbulento, fazendo isso de forma generosa e imparcial. Mesmo quando minha pesquisa se aventurou por caminhos menos familiares à sua tradição acadêmica, ele permaneceu ao meu lado com paciência e coragem. Das muitas leituras sugeridas, das correções feitas, do apoio, este trabalho foi feito.

Expresso também minha gratidão ao conjunto de professores do departamento de Ciência Política da UFMG, que contribuíram com minha formação, em especial à professora Natália Sátyro, cuja crítica generosa [e rigorosa] possibilitou com que esse trabalho crescesse e se tornasse mais atento aos detalhes. Gratidão que se estende à banca de arguição deste trabalho, os professores Claudia Feres Faria e Eduardo Moreira da Silva.

Agradeço aos meus amigos, que ouviram diariamente minha obsessão por um novo rumo da dissertação (que mudaria na semana seguinte) e pelo acolhimento nas veredas obscuras. Agradeço pelas conversas de última hora na lanchonete de *fast food* na rua de casa, pelos passeios reflexivos nos jardins do *campus*, pelos bons encontros, pela paciência, pelo amor!

Não é sempre que pessoas do Brasil profundo, trabalhadores do campo, como eu nasci, alcançam um título de mestre por uma instituição pública forte como a UFMG, por isso eu valorizo tanto essa conquista! Passam os anos, mas ainda sou aquele garoto da roça, não importa o quão distante é a escola, eu continuo indo. Sinto-me pronto para novos desafios; o amanhã está perto, eu quero viver!

RESUMO

Este trabalho examina a interação dinâmica entre a crise brasileira e o fortalecimento da representação evangélica no país. O objetivo é compreender como esses fenômenos coexistem e se influenciam mutuamente no contexto sociopolítico dos últimos anos. A pesquisa adota um estudo de caso, focando-se em um fenômeno específico (o fortalecimento da representação evangélica) dentro de um contexto particular (a crise brasileira). Para isso, utiliza-se uma abordagem qualitativa interpretativista, buscando explorar um panorama abrangente e produzir uma análise profunda. A análise foi conduzida através de eixos temáticos definidos a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Quatro eixos principais se destacaram: interpretações teológicas evangélicas, comportamento político em tempos de crise, fragilidade do sistema partidário e parcerias estratégicas no Legislativo. Estes eixos formam uma explicação abrangente sobre como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira, que eu descrevo didaticamente da seguinte forma: valores que viram preferências → preferências que criam demandas → demandas que viram mandatos querendo mais espaço → espaço conquistado que se consolida com parcerias. Cada um desses processos interligados depende do contexto multifacetado da crise brasileira, bem como da incerteza e do caos dos tempos imprevisíveis da pós-modernidade, que possibilita que o fundamentalismo religioso seja uma alternativa atraente para muitas pessoas lidarem com as perdas. Especialmente em um país tão desigual, onde a fé no Sagrado é o único consolo na hora da dor.

Palavras-chave: Representação evangélica; Representação Política; Crise Brasileira; Ativismo Evangélico.

ABSTRACT

This work examines the dynamic interaction between the Brazilian crisis and the strengthening of evangelical representation in the country. The objective is to understand how these phenomena coexist and influence each other in the sociopolitical context of recent years. The research adopts a case study, focusing on a specific phenomenon (the strengthening of evangelical representation) within a particular context (the Brazilian crisis). To achieve this, an interpretive qualitative approach is used, seeking to explore a comprehensive panorama and produce an in-depth analysis. The analysis was conducted through thematic axes defined from a Systematic Literature Review (SLR). Four main axes stood out: evangelical theological interpretations, political behavior in times of crisis, fragility of the party system and strategic partnerships in the Legislature. These axes form a comprehensive explanation of how evangelical representation was strengthened in the midst of the Brazilian crisis, which I describe didactically as follows: values that become preferences → preferences that create demands → demands that become mandates wanting more space → conquered space that is consolidated with partnerships. Each of these interconnected processes depends on the multifaceted context of the Brazilian crisis, as well as the uncertainty and chaos of the unpredictable times of postmodernity, which makes religious fundamentalism an attractive alternative for many people to deal with losses. Especially in such an unequal country, where faith in the Sacred is the only consolation in times of pain.

Keywords: Evangelical representation; Political Representation; Brazilian Crisis; Evangelical Activism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eixos Temáticos

64

Tabela 2 - Frente Parlamentar Evangélica (2010-2022)

79

LISTA DE ABREVIATURAS

DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FPV	Frente Parlamentar Evangélica
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MBL	Movimento Brasil Livre
PT	Partido dos Trabalhadores
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 SINAIS DOS TEMPOS: A Crise Onipresente.....	16
2 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E SUAS CRISES.....	21
2.1 A Democracia e a Representação.....	21
2.2 A Democracia em Crise.....	29
2.3 As Crises Contemporâneas da Representação.....	35
1.3 A Crise Brasileira.....	40
3 METODOLOGIA.....	52
3.1 Concepção e delimitação do escopo da pesquisa.....	52
3.2 Protocolos de seleção de dados: estratégias e critérios de coleta.....	55
3.3 Abordagens e interpretação dos dados.....	58
4 EIXOS TEMÁTICOS.....	63
4.1 Interpretações Teológicas: Como a teologia evangélica cria demanda por representação política.....	64
4.2 Comportamento Político em Tempos de Crise: Como os evangélicos se engajam na crise... 71	
4.3 Fragilidade do Sistema Partidário e das Instituições Políticas: Como a crise favorece candidaturas evangélicas.....	78
4.4 Parcerias Legislativas Estratégicas: Como a associação da Bancada BBB com setores ultraliberais fortalece a representação evangélica.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	107
Tabela de textos da RSL.....	107

INTRODUÇÃO

O imprevisto está se tornando o novo normal. A ideia de equilíbrio é cada vez mais ilusória. Os politólogos são apanhados por eleições fora da curva, explosões inesperadas de indignação que derrubam governos que pareciam sólidos horas antes. A democracia engasga. Os sistemas políticos se fragmentam. As categorias sociais que organizavam o conflito social definham. Desorganizam-se a sociedade, a economia e a política (Abranches, 2020, p. 20).

Sérgio Abranches captura o momento turbulento do mundo pós-moderno, marcado por conflitos políticos, econômicos e sociais. Para o autor, essa impressão de estado de crise constante tem a ver com o declínio das macroestruturas sociais¹, que está provocando transformações significativas e abrindo espaço para a ascensão de novos e antigos grupos. O recorrente clamor pelo retorno a um passado percebido como mais simples e confortável, ressurgiu popular.

Diversas análises convergem na constatação do declínio da democracia liberal e do endurecimento repressivo de regimes políticos eleitos por meio de procedimentos democráticos (Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). No contexto brasileiro, também se observam esses sintomas globais contemporâneos, como a insatisfação popular, o enfraquecimento dos partidos políticos e a guinada à extrema-direita (Limongi, 2023; Nobre, 2022; Nicolau, 2020; Singer, 2018).

Almeida (2019, 2020) concebe a crise brasileira como um fenômeno social abrangente, que se manifesta em diversas esferas interligadas da vida nacional. Para compreender essa complexidade, ele propõe dividi-la em diferentes áreas de interação política e temporalidades do processo social. Para o autor, a crise transcende meros eventos isolados, configurando-se como um processo contínuo e interdependente, cujas ramificações se estendem por todos os aspectos da vida nacional. Assim, cada evento dos últimos anos não deve ser interpretado de forma isolada, mas sim como parte integrante de um cenário de conflito e tensão social que caracteriza esse período histórico.

Alguns eventos críticos recentes que causaram alta instabilidade no Brasil incluem: as delações premiadas envolvendo políticos e empresários no emaranhado da Operação Lava Jato; as manifestações de rua ocorridas em 2013; o impeachment de Dilma Rousseff; o

¹ As “macroestruturas” referem-se às grandes instituições e sistemas sociais que sustentam a ordem e a estabilidade em uma sociedade, incluindo instituições políticas (governos e sistemas judiciais), a economia (mercados e instituições financeiras), instituições sociais (família, educação, religião e mídia), instituições jurídicas (sistemas de leis) e organizações internacionais (como a ONU e o FMI) que influenciam a política e a economia mundial (Harvey, 1992; Hall, 2000).

juízo da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); a intervenção federal no Rio de Janeiro com a presença das Forças de Segurança; o assassinato da vereadora Marielle Franco; a prisão de Lula; a greve dos caminhoneiros que paralisou o país; a ameaça autoritária nas eleições de 2018; as manifestações populares da extrema-direita pedindo intervenção militar na política; o aumento da participação de comandantes militares no governo; o agravamento social causado pela pandemia de Covid-19; o desmonte dos órgãos ambientais; a trama golpista pós eleições de 2022; a invasão e depedração da Praça dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023 (Almeida, 2019, 2020; Nunes, Traimann, 2023).

Esses acontecimentos, defende Almeida (2019, 2020), podem ser interpretados como parte de um processo social único que constitui a crise brasileira, que se manifesta em duas grandes direções: na horizontal, a perda de legitimidade do sistema político devido à judicialização da política e à politização da justiça; e, na vertical, o desajuste entre o sistema político e a sociedade. Essas duas dimensões interligadas criam um ambiente marcado pela percepção coletiva de insegurança, incerteza, imprevisibilidade, insubordinação, intensidade e mudanças políticas, processos e sentimentos que dominam o panorama brasileiro desde o início da década de 2010.

Dessa forma, o processo dessa crise brasileira contemporânea abrange questões econômicas, bem como avança para implicações jurídicas, como os desafios ao pacto democrático estabelecido pela Constituição de 1988. Além disso, inclui profundas consequências sociais, com fissuras nas relações interpessoais e tensões sociais em várias partes da população, e implicações culturais, envolvendo choques identitários e conflitos de valores e comportamentos (Almeida, 2019). Esses aspectos multidimensionais compõem o que o autor chama de Crise Brasileira.

A complexa teia dessa crise tem produzido um desânimo geral na população, criando um ambiente propício para a ascensão de novos grupos e lideranças que prometem respostas e soluções mais efetivas. Movimentos de extrema-direita emergiram nesse cenário, tornando-se populares ao desferir discursos autoritários e punitivistas, projetando ordem e direcionando a culpa pelos problemas do país a determinados grupos (Abranches, 2020). Além disso, a extrema-direita² oferece uma interpretação específica da realidade brasileira, redesenhando conceitos e categorias para atribuir exclusivamente à esquerda a responsabilidade pela crise.

² A extrema-direita é um movimento que adota uma postura autoritária, contrária aos direitos das minorias, e que frequentemente apela ao nacionalismo e à xenofobia, sendo um extremismo do espectro político à direita ao se basear no antagonismo radical às perspectivas progressistas (Singer, 2018).

Como solução, propõe um retorno a um tradicionalismo que, embora às vezes abstrato, se mostra eficaz em conquistar o apoio de amplas massas.

Teitelbaum (2021) explica que o tradicionalismo, uma corrente filosófica que rejeita a modernidade e valoriza as tradições espirituais e culturais das civilizações antigas, estava anteriormente confinado a círculos esotéricos e intelectuais. No entanto, nos últimos anos, essas ideias têm encontrado ressonância em movimentos populistas de extrema-direita ao redor do mundo. Segundo Teitelbaum, o tradicionalismo oferece uma narrativa poderosa para aqueles que sentem que a modernidade corroeu valores fundamentais e criou um vazio espiritual. No Brasil, o autor aponta Olavo de Carvalho³ como o nome proeminente que ajudou a consolidar essa visão e a criar um grupo forte, o mesmo que viria a se movimentar em torno do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Esther Gallego (2019) explica que em meio à crise brasileira, Bolsonaro emergiu como o candidato anti-corrupção, se apresentando como um *outsider*, apesar de sua longa trajetória política e constante afiliação a partidos tradicionais. Ele também criticava veementemente os governos de esquerda. Além disso, Bolsonaro se apresentou como defensor da família tradicional, fortalecendo um conservadorismo baseado em valores religiosos, tendo seu discurso político marcado por pautas relacionadas aos costumes, participando ao longo da década de programas de TV para debater questões de gênero e sexualidade.

A autora destaca o proeminente apoio popular conquistado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e como ele serviu como consumidor da demanda por uma resposta mais enfática diante da percebida inércia do *establishment* político: “eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil”, transcreve a ideia em ascensão naquele momento (Gallego, 2019).

Os evangélicos emergiram como um dos grupos de apoio mais efusivos e influentes na campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, sendo a principal base de sustentação popular durante seu mandato (Boas, 2020). No entanto, mesmo antes desse período, os evangélicos já vinham consolidando uma robusta representação política no Congresso Nacional, impulsionada por uma participação política coordenada que estabelece uma nova clivagem eleitoral (Mariano, Gerardi, 2020).

Os eleitores evangélicos não votam exclusivamente em candidatos de sua religião, mas direcionam sua confiança para aqueles que prometem honrar seus valores inegociáveis.

³ Olavo de Carvalho foi um filósofo [sem título acadêmico] e escritor brasileiro, conhecido por suas opiniões conservadoras e críticas ao marxismo. Ele teve um papel central na formação da nova direita no Brasil, influenciando figuras políticas e intelectuais através de seus escritos, cursos online e redes sociais. De acordo com Benjamin Teitelbaum (2021), Olavo de Carvalho atuou como um guru intelectual, oferecendo uma base ideológica e estratégica para a nova direita brasileira.

Bolsonaro e a extrema-direita em geral, sinalizaram seu compromisso com esses valores, por isso foram premiados (Alves, 2018; Boas, 2020; 2023). As ambições políticas dos evangélicos, entretanto, não se limitam a um governo transitório. Elas visam uma contínua inserção e influência nas instituições, que, aparentemente, devem se sujeitar à moralidade religiosa.

Desde os anos 1980, os evangélicos vêm disputando eleições e aumentando sua representação formal no sistema político brasileiro (Mariano, 2020). No entanto, foi na década de 2010 que ocorreram os maiores saltos numéricos contabilizados na Frente Parlamentar Evangélica. Popularmente conhecida como Bancada Evangélica, a frente cresceu $\cong 222\%$ no período, passando de 79 parlamentares em 2010 para 229 parlamentares em 2022, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP. Enquanto segmento religioso que mais cresce em termos demográficos, a análise da atuação política evangélica tornou-se um tema proeminente nas Ciências Sociais (Boas, 2023).

O notável aumento da presença e da influência dos grupos evangélicos em diversas esferas decisórias do país é um fenômeno de magnitude e complexidade inegáveis. Conscientes da multiplicidade de fatores em jogo e da inter-relação entre eles nesse contexto, eis a questão fundamental que guia esta pesquisa: **Como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira?** Essa pergunta parte de uma condição constatada, a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira, todavia, não é a intenção aqui inferir uma relação de causalidade direta; trata-se de analisar um fenômeno que ocorre em um contexto específico.

Doravante, o objetivo desta pesquisa é investigar a interação dinâmica entre a crise brasileira e o fortalecimento da representação evangélica no Brasil. Pretende-se compreender como esses fenômenos coexistem e se influenciam mutuamente dentro do contexto sociopolítico dos últimos anos. Portanto, esta pesquisa adota um estudo de caso, concentrando-se na compreensão de um fenômeno específico (o fortalecimento da representação evangélica) dentro de um contexto particular (a Crise Brasileira). Essa abordagem permite uma análise mais detalhada e contextualizada da interação entre esses dois elementos. Além disso, esta pesquisa faz uma abordagem qualitativa interpretativista, buscando explorar um panorama abrangente e produzir uma análise profunda.

Doravante, o objeto desta pesquisa é o fortalecimento da representação evangélica, o que indica a necessidade de explorar teorias da representação e do sistema democrático. Isso é importante não apenas porque estamos inseridos nesse contexto, mas também porque nosso objeto se refere a um processo institucional específico desse sistema. Contudo, prevalece a

necessidade de uma fundamentação teórica sobre a crise brasileira que não se limite apenas às dimensões democráticas e de representação. Tal como reflete Almeida (2019; 2020), a crise política e das relações sociais, também a compõem como dimensões indissociáveis.

Nesse sentido, a perspectiva de Sérgio Abranches (2020), sugere analisar a crise brasileira tendo como pano de fundo uma perspectiva macroestrutural, focada na ideia de pós-modernidade. O autor destaca a ambiguidade: a crise brasileira tem características únicas, ligadas à sua cultura política, ao perfil dos líderes e ao sistema político do país, ao mesmo tempo em que pesa o contexto pós-moderno que altera as relações sociais, sugerindo a necessidade de ampliar as análises em diversas direções.

Examinar a dinâmica política durante períodos de crise não apenas nos permite desvendar as metamorfoses sociais e institucionais que surgem em meio à incerteza, mas também nos proporciona uma compreensão mais aprofundada das forças que moldam o tecido político e social de uma nação.

A Ciência Política brasileira tem avançado consideravelmente no estudo dos fundamentos do ativismo evangélico, especialmente no que tange aos aspectos axiológicos e o impacto das lideranças e da vida comunitária nas igrejas, que sustentam as dinâmicas políticas dessa nova clivagem social (Boas, 2020, 2023; Borges, Babireski, 2022; Borda, 2020; Camurça, 2019; Guadalupe, 2018, 2020) . No entanto, existe uma lacuna em relação à compreensão das particularidades da ação política evangélica frente a contextos e circunstâncias específicas, tais como em tempos de crise e instabilidade, indicando a necessidade de ampliar as análises conjunturais e coetâneas desse objeto, doravante, no tempo da crise⁴.

Portanto, neste trabalho, propõe-se explorar a relação entre o processo de representação dos evangélicos nesse contexto, suas estratégias, seu *modus operandi* e suas conquistas, contribuindo para uma análise mais aprofundada desses temas. Isso é significativo, porque os fenômenos sociais não devem ser analisados de forma isolada, como se fossem colocados em um tubo de ensaio em um laboratório, sujeitos a um conjunto inflexível de variáveis que podem resultar em análises desconectadas dos contextos socioespaciais. Acredito que essa seja uma contribuição importante desta pesquisa: propor um

⁴ O “tempo da crise” é um momento em que as crises econômicas, políticas ou democráticas se intensificam, produzindo divisão social, gerando um cenário propício para o surgimento de novos movimentos sociais e políticos. Essas crises frequentemente resultam em uma busca por novas formas de liderança e novas soluções, muitas vezes se traduzindo em um aumento da polarização política e da mobilização de grupos sociais diversos (Almeida, 2019).

caminho mais holístico, sensível e flexível para capturar mais detalhadamente as nuances gerais dessas relações.

Da mesma forma, esta dissertação destaca temas sensíveis que têm grande proeminência na sociedade brasileira atualmente. A questão da separação entre Igreja e Estado, essencial para preservar a paz social e a igualdade entre os cidadãos, é um assunto consagrado na nossa Constituição Federal⁵. No entanto, essa separação tem sido colocada à prova quando grupos religiosos usam a premissa da liberdade religiosa para atenuar a linha de separação entre Estado e Religião.

Esta dissertação analisa esses conceitos de forma contínua, promovendo uma reflexão e um diálogo ricos. Além de proporcionar uma análise crítica, oferece como produto final uma contribuição reflexiva, lançando luz sobre práticas a serem avaliadas em futuros trabalhos, pensando o processo legal e institucional, conforme os termos democráticos. Isso é importante, sobretudo no tempo da crise, em que os conceitos estão em disputa não apenas cientificamente, mas também por meio de uma batalha pela opinião pública.

⁵ “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (Constituição Federal, Inciso I, Art. 19).

1 SINAIS DOS TEMPOS: A Crise Onipresente

A compreensão das crises macroestruturais e identitárias na era pós-moderna é um ponto de partida essencial que precede a análise das crises contemporâneas, tais como aquelas que tangem aspectos da própria democracia e representação. A desintegração das estruturas tradicionais e a fragmentação das identidades têm um impacto direto na formação das agendas políticas e na dificuldade acentuada em construir consensos no mundo contemporâneo.

David Harvey (1992) descreve que a modernidade⁶ foi impactada pelo otimismo do Iluminismo e a crença de que o progresso material e intelectual viria com a priorização da razão em detrimento das crenças irracionais. A tecnologia e a ciência eram vistas como promotoras do progresso, embaladas em crenças absolutas e sacramentadas em discursos totalizantes.

Harvey contextualiza essa visão junto ao desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, focando no modo de produção fabril e nas constantes inovações desse setor. Ele menciona o modelo fordista de produção e seu impacto significativo na produção de bens, e no padrão subsequente, em que as marcas começam a vender ideias enquanto a produção é terceirizada globalmente.

Contudo, essa era moderna começou a dar sinais de que a estabilidade não era tão perene como se idealizava. A crise de 1929 e a crise do petróleo impactaram grande parte do século XX, provocando novas formulações econômicas e a ascensão de novas ideologias, como o neoliberalismo⁷, dando início a uma era de austeridade fiscal. As empresas mudaram seu foco da produção de mercadorias para os mercados financeiros, com fusões, aquisições e investimentos em capital simbólico, especulação e renda passiva, diminuindo a lucratividade da produção de mercadorias e voltando-se para a geração de riqueza no mercado financeiro.

Harvey destaca como características da pós-modernidade a ascensão do extremo individualismo e da cultura empreendedora, que permeiam todos os aspectos da vida, inclusive emocionalmente. O movimento flexível do capital acentua a constante novidade de

⁶ A modernidade é um período de grandes mudanças que começou no século XVII, impulsionado pela ascensão da racionalidade e da ciência, influenciado pelo Iluminismo. Este movimento destacou a importância da razão e promoveu valores como liberdade e igualdade, preparando o terreno para a Revolução Francesa, que questionou estruturas tradicionais e estabeleceu princípios democráticos. A Revolução Industrial, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, acelerou o progresso científico e econômico, transformando sociedades agrárias em industriais e urbanas. Esses eventos marcaram o início da modernidade, caracterizada por uma visão otimista de progresso contínuo e desenvolvimento humano (Harvey, 1992).

⁷ O neoliberalismo é uma corrente política e econômica que destaca a relevância do mercado livre, a diminuição da intervenção estatal na economia e o incentivo à iniciativa privada. Assim, se opõe ao planejamento centralizado e defende a redução do papel do Estado, acreditando que isso é essencial para garantir a liberdade individual e a eficiência econômica (Brown, 2019).

bens e ideias, enquanto valores sólidos e duradouros tornam-se efêmeros. Ele introduz a ideia de uma sociedade do descarte, onde há uma rápida substituição por inovações contínuas, elevando o consumismo a novos patamares. Há um bombardeio incessante de propagandas e estímulos, acentuando uma miopia social.

Harvey reflete sobre a compressão do tempo, observando que deslocamentos que antes levavam meses agora podem ser feitos em poucas horas. Isso transformou a maneira como as pessoas se relacionam com o espaço e enxergam o mundo. O crescimento da televisão e o advento da internet possibilitaram o acesso a uma vasta quantidade de informações, expondo e popularizando novas ideias, produtos e estilos de vida, o que acelerou as novas demandas de consumo.

Portanto, para Harvey, a pós-modernidade contrasta com a modernidade, destacando a heterogeneidade e a diferença na redefinição do discurso cultural. Ela resulta em fragmentação, indeterminação e intensa desconfiança dos discursos totalizantes. Dessa forma, a pós-modernidade põe em xeque as metanarrativas, que sustentavam a ilusão de uma história humana universal, o grande fetiche da modernidade.

Nessa transição, passa-se de uma compreensão totalizante da história humana, que tanto conformou a modernidade, para o pluralismo da pós-modernidade, que abre espaço para narrativas concorrentes. Como consequência, a ciência perde posições de relevância social e passa a ser vista como uma narrativa concorrente. Esse panorama líquido e relativo deixa a sociedade presa nas discussões do presente, espetacularizado, disputando explicações do passado e projetando futuros particulares.

Para Harvey, a pós-modernidade também pode ser entendida como uma crise da modernidade, que revela seu caráter efêmero, caótico e fragmentário, expressando um ceticismo profundo em relação a todas as formas de prescrição sobre como conceber, representar ou expressar o mundo.

Como resultado desse processo, a percepção do tempo e do espaço foi alterada, a confiança na conexão entre julgamentos científicos e morais desmoronou, e a estética se tornou a principal preocupação intelectual e social, superando a ética. As imagens passaram a prevalecer sobre as narrativas, enquanto a transitoriedade e a fragmentação se tornaram mais importantes do que os fatos concretos e a política unificada. As explicações deixaram de se basear em fundamentos materiais e político-econômicos, passando a focar em práticas políticas e culturais autônomas.

Zygmunt Bauman (2000) também versa sobre o tema, hesitoso ao classificar o estágio atual como pós-modernidade, argumentando que o termo confunde mais do que ajuda a

explicar o mundo contemporâneo. Ele prefere a ideia de uma modernidade tardia que se transforma em algo diferente de seu original, uma modernidade líquida, em seus termos. A ideia central da modernidade líquida é a de derreter as estruturas “sólidas” que marcaram a modernidade: as estruturas políticas, sociais, econômicas e as relações interpessoais são continuamente desfeitas e remodeladas em novos moldes.

Bauman diagnostica um desencanto com as estruturas sólidas da modernidade, acentuado no século XX, influenciado por múltiplas crises socioeconômicas. Para o autor, esta ruptura é evidente na crise da democracia representativa, que atingiu o Estado-nação, e na incapacidade do mercado de lidar com a desigualdade. Embora os governantes possam oferecer respostas para mitigar os efeitos dessa descrença, o que se observa é uma sociedade insatisfeita com um mundo que já não parece familiar.

A sociedade contemporânea é impactada por fenômenos como a globalização, a individualização e o avanço das tecnologias de comunicação, que moldam uma nova era. Bauman observa uma mudança na percepção do tempo. A fluidez da modernidade líquida criou uma cultura imediatista e de curto prazo, onde as necessidades e desejos devem ser satisfeitos instantaneamente. Segundo o autor, as pessoas já não pensam mais em projetos de vida a longo prazo devido à imprevisibilidade do futuro. O ambiente moderno líquido não favorece o planejamento e o investimento a longo prazo, pois o tempo agora é pontilhisto, fragmentado e descontínuo, com cada momento encerrando-se em si mesmo. Uma sociedade voltada para a cultura do agora, com pressa de viver tudo imediatamente, pois nada é garantido. Isso produz uma sociedade de consumidores onde o ato de consumir é um fim em si mesmo.

Diante desse diagnóstico, Bauman critica a projeção do mercado sobre a vida humana, exemplificada pelos relacionamentos online, que ele entende como um reflexo da lógica de mercado nas relações interpessoais. Procurar um relacionamento pela internet segue a lógica da relação entre cliente e mercadoria, mediada pela internet.

Esse sintoma da modernidade líquida permite a analogia de que um produto pode ser útil por um tempo e depois descartado, um parceiro encontrado na internet pode ser facilmente descartado. Isso inclui também as relações de amizade. Fazer amigos nas mídias sociais, por exemplo, tem mais a ver com a facilidade de desconectar do que de conectar. Se algo não agrada, basta um clique para que a pessoa e suas ideias indesejadas desapareçam do *feed*. No mundo real, desfazer uma amizade pode exigir um encontro pessoal e um desconforto maduro, algo que os seres humanos estão deixando para trás.

Bauman (2000) reflete sobre a falta de resiliência nos relacionamentos na modernidade líquida, destacando como as pessoas frequentemente abandonam suas relações ao menor sinal de problema ou contrariedade. A dificuldade em fazer planos a longo prazo, como nossos pais e avós faziam, é, para o autor, uma característica definidora de uma época em que os modelos de relações sociais são instáveis e efêmeros, em uma sociedade em que nada é feito para durar.

Stuart Hall (2000) reflete sobre os efeitos de tanta liquidez na contemporaneidade sobre a identidade cultural. Ele argumenta que as antigas identidades estão em declínio, dando lugar a novas identidades que fragmentam o sujeito moderno anteriormente visto como unificado. Na pós-modernidade, segundo Hall, a identidade torna-se descentralizada, fluida e líquida, marcando uma crise identitária profunda. Esse novo contexto permite que as identidades culturais sejam mais construídas e mutáveis, em contraste com a visão anterior de uma identidade puramente inconsciente e condicionada.

A desconstrução do sujeito unificado é impulsionada por mudanças sociais, políticas e culturais, resultando em uma multiplicidade de identidades e pertencimentos que emergem de fatores como gênero, raça, classe, sexualidade e etnia. Hall enfatiza que esse panorama favorece a politização das identidades, destacando o papel dos discursos e práticas culturais nesse processo e desafiando concepções tradicionais de autenticidade e estabilidade.

Para Hall, as identidades culturais nacionais são como comunidades imaginadas, sustentadas por narrativas e imagens compartilhadas. No entanto, a estabilidade dessas identidades é constantemente ameaçada pelo próprio processo que as constitui, sujeita a reconfigurações e disputas que redefinem suas prioridades. Mitos e símbolos que antes criavam um senso de pertencimento coletivo agora são contestados e reinterpretados.

A globalização⁸ desempenha um papel crucial na formação das identidades individuais e coletivas. A intensa circulação de bens, mercadorias e pessoas pelo mundo torna as identidades culturais regionais mais permeáveis a influências externas. Esse cenário de mudanças rápidas e imprevisíveis caracteriza um mundo globalizado, onde as pessoas se aproximam de identidades culturais distantes enquanto se distanciam das crenças de suas identidades locais.

⁸ A globalização é o fenômeno que amplia as conexões e dependências entre diversas regiões do mundo, abrangendo a integração econômica, cultural e tecnológica. No entanto, ela não é uniforme nem universalmente benéfica, pois se desenvolve de maneira aberta e aparentemente espontânea, sem considerar as disparidades de recursos, mão de obra e técnicas disponíveis entre países e regiões (Santos, 2002).

Hall aborda o tema do fundamentalismo religioso nesse contexto, afirmando que ele se intensifica como uma resposta à globalização e à percepção de perda da identidade cultural. O autor explica que grupos religiosos fundamentam suas crenças e fé em discursos essencialmente totalizantes. Nesse contexto, a pós-modernidade os deixa desorientados e apreensivos, fazendo-os interpretar os tempos atuais como ameaças ao seu estilo de vida. Hall entende que o fundamentalismo religioso se fortalece como uma reação conservadora, buscando estabelecer identidades fixas e absolutas diante das rápidas mudanças sociais e culturais.

Doravante, neste mundo pós-moderno, ou nesta modernidade tardia e líquida, diversos grupos sociais se movimentam em diferentes direções, produzindo uma efervescência social em um mundo onde não se pode mais esperar estabilidade das macroestruturas que o formam. Como as instituições e os sistemas representativos lidam com essas disputas? Como a democracia opera e se desenvolve nesse cenário?

2 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E SUAS CRISES

2.1 A Democracia e a Representação

O conceito de democracia tem evoluído ao longo da história, passando por diversas fases que moldaram suas bases e valores fundamentais. A democracia surgiu na Antiguidade entre os gregos, com a introdução de práticas participativas como a assembleia popular (Cassimiro, 2018). No entanto, é importante observar que essa forma embrionária de democracia era limitada a uma parte da população (homens livres).

Durante a Idade Média, os valores democráticos foram em grande parte desprestigiados devido aos regimes monárquicos absolutistas, o que começou a ser desafiado com o Renascimento. O Renascimento foi um momento na Idade Média entre os séculos XIV e XV, caracterizado por um renascimento cultural, artístico e intelectual, que se baseava em um resgate das tradições greco-romanas, razão pela qual é chamado de Renascimento (Bignotto, 2012). Durante esse período, foi possível vislumbrar novamente a influência da tradição democrática ateniense, embora o Renascimento não tenha representado um período marcado por rupturas, mas sim uma transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, preparando o terreno para movimentos mais disruptivos.

Após o Renascimento, surgiram os autores contratualistas, que começaram a refletir sobre questões como o papel do Estado, iniciando uma reflexão mais crítica em resposta às questões políticas e sociais emergentes na Europa. Seus principais expoentes, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, propuseram novas teorias sobre a natureza do governo, a origem do poder político e os direitos individuais, rompendo com as ideias tradicionais do absolutismo monárquico (Bobbio, 1988). O desenvolvimento dessa tradição questionou o pressuposto de que os monarcas governavam por direito divino, pavimentando o caminho para a ideia de que o governo deveria ser baseado no consentimento dos governados e na proteção dos direitos individuais, ganhando força junto aos valores do liberalismo clássico.

É com os contratualistas que se começam a fundamentar as novas ideias que dariam origem ao Iluminismo⁹. Avritzer (2023) enfatiza que o Iluminismo teve uma relação profunda e significativa com o desenvolvimento da democracia, contribuindo para a disseminação de ideias e valores que são fundamentais para os princípios democráticos modernos, entre eles as

⁹ O Iluminismo foi um movimento intelectual e cultural do século XVIII, conforme descrito pelo filósofo clássico Immanuel Kant, caracterizado pela valorização da razão, da ciência, do progresso e pela crítica das instituições tradicionais e da autoridade absoluta. Este período foi marcado por rupturas significativas, incluindo as revoluções Francesa e Americana (Kant, 1985).

ideias de liberdade e direitos individuais, soberania popular e separação de poderes. No Iluminismo, as ideias democráticas foram bastante influenciadas pelos contratualistas como John Locke (2007) e sua defesa da democracia representativa baseada no consentimento dos governados, e Jean-Jacques Rousseau (2002) e sua concepção sobre a democracia direta e a soberania popular.

De acordo com Held (1985), no século XIX emergiram algumas correntes de pensamento que passaram a se interseccionar com a teoria democrática, formulando novos conceitos, como advento do socialismo e seu ceticismo em relação à democracia liberal, como um sistema insuficiente para promover a plena igualdade entre as pessoas e os pontos de interseção posteriores como a Social-Democracia. Também no século XIX, John Stuart Mill (2009) enfatizou a importância da democracia representativa para proteger as liberdades individuais e promover o bem-estar geral, destacando a participação política por meio de representantes eleitos como essencial para garantir justiça e equidade no governo. Isso influenciou significativamente o desenvolvimento da representação política e o equilíbrio entre os princípios de liberdade e igualdade (Manin, 1995).

Na evolução do pensamento democrático, após o apogeu das correntes iluministas e socialistas, vieram na sequência os teóricos da tradição elitista, que compartilhavam de uma visão cética acerca da democracia, vista como um sistema que tem como resultado o governo de elites políticas, econômicas e intelectuais. Gaetano Mosca (1992) inaugura essa abordagem estabelecendo os pressupostos do elitismo ao salientar que em toda sociedade, seja ela arcaica, antiga ou moderna, existe sempre uma minoria que é detentora do poder em detrimento de uma maioria que dele está privado, portanto, a sociedade estaria dividida entre duas classes: dirigentes e dirigidos. Os dirigentes são uma minoria detentora do poder pelo fato de serem mais organizados.

Desse modo, seja por afinidade de interesses ou por outros motivos, os membros da classe dirigente constituem um grupo homogêneo e solidário entre si, em contraposição aos membros mais numerosos da sociedade, que se encontram divididos, desarticulados e conseqüentemente, desorganizados.

Outros autores vieram na sequência expandindo a teoria das elites. Michels (1982), conhecido pela teoria da lei de ferro da oligarquia, argumentou que a democracia participativa em organizações como partidos políticos e sindicatos naturalmente evolui para uma oligarquia, onde um pequeno grupo de líderes assume o controle e toma decisões em nome de todo o grupo. Segundo Michels, à medida que as organizações crescem em tamanho e complexidade, torna-se cada vez mais difícil para todos os membros participarem ativamente

das decisões e do processo político. Em vez disso, ele observou que líderes e burocratas emergem para gerenciar e coordenar as atividades da organização. Com o tempo, esses líderes consolidam seu poder e formam uma elite que domina o processo decisório, prejudicando a participação democrática dos demais membros.

Posteriormente, uma segunda onda de teóricos elitistas, representada principalmente por Joseph Schumpeter, contribuiu para o desenvolvimento da tradição elitista. Schumpeter (1984) argumentou que a democracia representativa é mais um sistema de competição entre elites políticas do que um governo das massas. Ele enfatizou o papel das elites políticas na formação da opinião pública e na tomada de decisões políticas. Para Schumpeter, a essência da democracia está na competição entre elites políticas por meio de eleições regulares.

A abordagem elitista de Schumpeter, que descreve o papel central das elites no processo decisório democrático, coloca em foco a influência significativa exercida por esses grupos na política. No entanto, essa visão é sequencialmente contestada por teorias emergentes que enfatizam outros aspectos do funcionamento democrático, como a participação direta dos cidadãos e a representação equitativa de interesses diversos.

Robert Dahl (2001), por exemplo, criticou a visão pessimista dos elitistas clássicos e defendeu o caráter pluralista da democracia, na qual múltiplos grupos e elites competem pelo poder político. Enquanto os teóricos elitistas clássicos retratavam a elite como uma classe coesa e homogênea que monopolizava o poder político, Dahl destacou a diversidade e a competição interna dentro das elites políticas, argumentando que as elites não são monolíticas e podem ser sujeitas a desafios e mudanças internas, dessa forma, desafiando a noção de uma elite política monolítica e autocrática, e enfatizando a importância da competição política, da participação cidadã e do pluralismo na formação de governos democráticos mais responsivos e inclusivos.

À medida que as principais nações do mundo adotaram a democracia ou incorporaram instâncias de representação em suas estruturas de governo, as características desse sistema evoluíram, tornando o conceito de democracia mais amplo e complexo (Cassimiro, 2018). No entanto, nos tempos contemporâneos, temos observado um intenso debate sobre a erosão dos sistemas democráticos e a crise de representação em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil (Przeworski, 2020).

Nesse contexto, a evolução da representação política, que geralmente leva tempo para se adaptar e compreender os novos contextos, também tem sido desafiada a aprender com os novos cenários (Avritzer, 2019; Eatwell, Goodwin, 2020), e dessa forma, é crucial

compreender que o debate sobre representação política não é uniforme e carrega consigo os paradigmas de épocas e contextos específicos.

Urbinati e Warren (2008) discutem a evolução do conceito de representação política na teoria democrática contemporânea, apontando para mudanças na paisagem política, onde a representação eleitoral agora compete com novas formas informais de representação, além de um crescente foco na equidade da representação, especialmente para minorias e mulheres. Além disso, há uma compreensão crescente de que participação e representação são formas complementares de cidadania. Elas argumentam que a representação democrática vai além da simples eleição de representantes e inclui a participação ativa dos representados no processo político.

Urbinati e Warren (2008) destacam também os desafios futuros na conceituação e prática da representação democrática, reconhecendo a necessidade de formas mais complexas de representação para alcançar o ideal democrático de inclusão de todos os afetados por decisões coletivas, portanto, compreender as mudanças nas instituições representativas ao longo do tempo e a necessidade de adaptar conceitos e práticas para refletir essas mudanças e promover uma democracia mais inclusiva e participativa, é uma forma talvez menos ambiciosa de se chegar a um conceito de representação.

Manin (1995), ao tentar desvendar os conceitos de representação na democracia, argumenta que é fundamental reconhecer sua natureza fluida e sujeita a disputas, especialmente num contexto pós-moderno onde são vigorosamente impactados por movimentos emergentes, incluindo os anti-institucionais. Ele ressalta que a desconfiança em relação aos atores e práticas tradicionais de representação é uma ocorrência comum ao longo da história das democracias modernas, que constantemente fazem referência a novos agentes e novos métodos que exercem influência no cenário político, refletindo um padrão recorrente na história. No entanto, para o autor, um ponto de partida para compreender a representação na democracia é geralmente estabelecido por meio de eleições para selecionar os governantes, a presença de partidos como mediadores entre os cidadãos e o Estado, e o modelo mais amplo de democracia representativa.

A partir dessa base, diversas abordagens teóricas da democracia surgem, cada uma enfatizando diferentes aspectos ou introduzindo novos elementos. Contudo, é crucial reconhecer que esses conceitos podem rapidamente tornar-se obsoletos e falhar em capturar as realidades contemporâneas.

Almeida (2015) explica que o conceito tradicional de representação política é centrado no consentimento da população em relação a seus governantes, um conceito que tem raízes

em várias correntes de pensamento político, que remontam à tradição liberal e democrática, com destaque aos paradigmas liberais que o elaboraram nos primórdios, aglutinados por uma série de autores clássicos da teoria política, tais como os contratualistas.

Pitkin (1984) analisou detalhadamente diferentes aspectos da representação, destacando suas dimensões formais, focadas em autorização e controle, e sua dimensão substantiva, que prioriza a relação entre representante e representado, dando mais importância a este último. Pitkin questiona a visão passiva atribuída ao representado pela perspectiva minimalista, que limita sua ação principalmente ao ato de votar. Segundo a autora, os eleitores influenciam seu governo e não são apenas receptores passivos de suas ações.

A autora ainda reflete o significado da representação política ao examinar as diversas formas de representação e os relacionamentos entre representantes e representados. Ela investiga temas como a autonomia dos representantes, sua responsabilidade perante os interesses dos representados, e como as instituições políticas, incluindo o voto, moldam a natureza da representação. Pitkin também discute os aspectos formais e substanciais da representação, ressaltando a importância da responsividade¹⁰ e da participação para uma representação efetiva.

Bernard Manin se junta a Pitkin como uma das figuras centrais no debate sobre representação. Manin (1997), propôs a ideia das transformações no governo representativo para desafiar a noção de um deterioramento da representação que surgia com a diminuição da influência dos partidos de massa na Europa. Ele sugeriu que a representação não estava desaparecendo, mas sim evoluindo para obedecer a lógicas diferentes.

Em sua análise, Manin distingue entre democracia de partido, na qual o voto implica em compromissos mais fortes com o eleitor e uma busca por maior participação e poder do representado, e democracia de público, na qual o representante parecia usufruir de mais autonomia e, portanto, a participação se desloca de seu sentido tradicional. O autor contesta a ideia de que o governo representativo está esgotado, argumentando que as instituições de mediação, incluindo os partidos, continuam sendo fundamentais para a vida política.

Débora Almeida (2015) critica visão simplista que assume que a legitimidade da representação está intrinsecamente ligada ao apoio e à autorização concedidos pelo consentimento dos representados durante o processo eleitoral. A autora concorda que essa abordagem tradicional é limitada e não captura a complexidade e a diversidade das formas de

¹⁰ Responsividade é a capacidade e a disposição dos representantes eleitos para atender às demandas, necessidades e preferências dos cidadãos. Isso significa que as ações e políticas dos representantes devem refletir e responder às expectativas do eleitorado (Pitkin, 1984).

representação na prática e sugere que o consentimento não deve ser o único critério de legitimidade da representação, destacando a necessidade de uma compreensão mais abrangente que leve em conta quem representa, o que é representado e como ocorre o processo de representação.

Essa crítica aponta para a evolução do conceito de representação política para incluir uma gama mais ampla de dinâmicas e interações entre representantes e representados, indo além da simples autorização por meio do voto. Portanto, a representação política não se limita ao simples ato de um representante eleito agir em nome da população, mas incluem outras formas de representação, como indivíduos que defendem outros por compartilharem características comuns ou identificação com causas específicas. Além disso, a autora destaca que a análise da representação deve considerar não apenas os interesses e vontades expressas no momento do voto, mas também a forma como a representação ocorre, incluindo a democracia eleitoral e outros meios de prestação de contas e responsividade.

Paolo Ricci (2019), pensando essa questão, propõe uma nova abordagem ao introduzir o conceito de “representação coletiva”. Ele argumenta que, no século XIX e início do século XX, o ato de votar era mais uma expressão coletiva do que individual. Ou seja, os eleitores não votavam apenas para expressar suas preferências individuais, mas também como parte de um grupo social ou comunitário. Essa ideia de representação coletiva é importante porque desafia a visão convencional de que a representação política sempre foi baseada na expressão dos interesses individuais dos eleitores. Em vez disso, o autor sugere que a transição para a representação individual foi em partes impulsionada pela crise da modernidade, bem como influenciado por várias mudanças institucionais e sociais, como a proteção da liberdade individual, particularmente através do uso do voto secreto e do combate à fraude eleitoral. Essas medidas foram fundamentais para garantir que cada eleitor pudesse expressar suas preferências de forma independente, sem medo de coerção ou manipulação.

Ricci destaca que, no Brasil, embora esse processo tenha começado com características de representação coletiva, uma série de reformas eleitorais ao longo do tempo incentivou a transição para a representação individual. No entanto, ele ressalta que essa transição não foi automática e dependeu da capacidade das elites políticas de se adaptarem às mudanças nas regras eleitorais. Além disso, ele argumenta que a ênfase na fraude eleitoral como forma de competição política destaca a importância das reformas que coíbem a intervenção na burocracia eleitoral, tornando o eleitor mais relevante no processo político.

Diante disso, Mendonça e Lavallo (2019) abordam a evolução da teoria da representação política ao longo do século XX, destacando três importantes inovações

analíticas que redefiniram a compreensão desse campo nos últimos 30 anos. Primeiramente, a crítica feminista ao modelo liberal de representação, que questionou a base procedimental dessa teoria, evidenciando a persistente sub-representação das mulheres nas democracias e estendendo essa crítica a outros grupos marginalizados, desafiando a visão individualista da representação.

Outra importante inovação analítica foi a “virada representativa”, uma importante inovação analítica que ampliou a perspectiva sobre o conceito de representação política. Essa “virada” propõe uma diversificação da ideia de representação, estendendo-a além dos contextos eleitorais e legislativos tradicionais. Em outras palavras, ela sugere que a representação política não deve ser vista apenas como algo que ocorre durante as eleições ou dentro das instituições legislativas. Em vez disso, reconhece que há formas alternativas de autorização e julgamento político que acontecem fora desses cenários tradicionais.

Essas formas alternativas podem incluir, por exemplo, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, e outras maneiras pelas quais os cidadãos influenciam as decisões políticas e responsabilizam os representantes, mesmo fora do período eleitoral. A ideia é que a representação política é mais complexa e multifacetada do que se pensava anteriormente, abrangendo uma variedade de modos pelos quais os cidadãos se fazem ouvir e exercem influência política.

Esse movimento descentralizou o governo representativo, abrindo espaço para novas formas de representação exercidas por atores da sociedade civil. Da mesma forma, a “virada construtivista”, que por sua vez, concentrou-se na construção simbólica dos vínculos representativos, argumentando que a representação não é apenas uma questão de ser, mas também de fazer. Essa abordagem complexa destaca que a representação é uma construção simbólica, onde os significados atribuídos às ações dos representantes e representados são cruciais para sua legitimidade.

Essas inovações analíticas ampliaram o escopo da teoria da representação política, desafiando concepções tradicionais e abrindo novos caminhos para pensar sobre a legitimidade democrática em contextos complexos. No contexto brasileiro, Mendonça e Lavallo (2019) destacam os desafios enfrentados após o processo de redemocratização, como a combinação problemática de federalismo forte, representação proporcional em lista aberta e presidencialismo. Inicialmente, essa combinação parecia destinada ao fracasso devido à dispersão do poder político. No entanto, essa conjuntura deu origem ao conceito de

“presidencialismo de coalizão”¹¹, uma resposta institucional para superar a fragmentação política e garantir governabilidade. Isso envolve a formação de coalizões entre múltiplos partidos para dar sustentação ao governo e permitir uma relação funcional entre o Executivo e o Legislativo.

Mendonça e Lavallo (2019) também mencionam a sub-representação persistente de grupos marginalizados, como mulheres, negros, LGBT+ e pessoas com deficiência, em contraste com o aumento de sua influência política. Esse paradoxo levanta questões importantes sobre democracia e representação. Além disso, destaca o Brasil como um laboratório de experimentos democráticos desde a década de 1980, com inovações participativas como o orçamento participativo e os conselhos de políticas.

Para Mendonça e Lavallo (2019) as características da representação no Brasil incluem a necessidade de superar a fragmentação política por meio do presidencialismo de coalizão, o enfrentamento da sub-representação de grupos marginalizados nos órgãos legislativos e a promoção de inovações democráticas que expandem a participação política dos cidadãos.

Esses caminhos da representação no Brasil diferem do resto do mundo devido à singularidade dos desafios enfrentados e à adoção de abordagens inovadoras para redefinir os modelos tradicionais de representação política. Os autores introduzem o conceito de “representação em camadas múltiplas”, descrevendo como os parlamentares abordam múltiplos públicos simultaneamente, refletindo a complexidade das relações entre eleitores e representantes em um contexto político diversificado.

Da mesma forma, a construção simbólica das reivindicações representativas ao longo do tempo pelos movimentos sociais, ressaltando o papel ativo da sociedade civil na construção da representação política no Brasil. Os autores destacam os *trade-offs* entre controle e decisão que marcam a atividade representativa e a importância de um critério interativo de legitimidade fundamentado no engajamento sistemático com os representados.

Doravante, essa explanação sobre o conceito de democracia e representação ao longo do tempo e suas principais correntes e perspectivas é fundamental para compreender uma sociedade que, por meio desse regime, vivencia seu desenvolvimento histórico e material. A questão da democracia deve ser analisada à luz das evoluções temporais e dos processos que a influenciam.

¹¹ Presidencialismo de coalizão, segundo Abranches (2018), é um sistema político no qual o presidente, eleito pelo voto popular, governa com o apoio de uma coalizão de partidos no legislativo. Esse arranjo é essencial para garantir a governabilidade em situações onde nenhum partido detém maioria absoluta no parlamento, necessitando de negociações e alianças contínuas entre o executivo e os partidos para aprovar leis e implementar políticas. Este modelo é particularmente relevante para o Brasil desde a redemocratização.

Portanto, se na seção anterior observamos como as macroestruturas sociais, tais como as instituições políticas, tornaram-se frágeis, frágeis e suscetíveis a questões de curto prazo, nesta seção analisamos a evolução da democracia e da representação ao longo do tempo. Esse regime, enquanto parte de uma macroestrutura definidora da modernidade, é atualmente atravessado por tantas questões desestabilizantes, fazendo com que o *status* da democracia seja constantemente avaliado. Na próxima seção, discutiremos isso.

2.2 A Democracia em Crise

David Runciman (2018) compartilha uma visão histórica e cíclica das crises democráticas. Ele argumenta que a democracia é suscetível a períodos de instabilidade e desafios, frequentemente decorrentes de mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Runciman sugere que ao longo da história, as democracias passaram por ciclos de expansão e contração, enfrentando momentos de crise que testam sua resiliência. Ele infere que novos e velhos fatores como a desigualdade, a polarização política e a ascensão de líderes populistas são os responsáveis por desestabilizar as instituições democráticas.

Nesse panorama tem surgido líderes que desafiam as autoridades estabelecidas e até mesmo as leis nacionais, ao fazerem uso estratégico das novas formas de comunicação de massa, tais como as proporcionadas pelas novas mídias digitais. Runciman explica que, muitas vezes, esses atores políticos emergentes recorrem à manipulação de notícias para deslegitimar seus oponentes e as próprias instituições democráticas.

Larry Diamond (2015) chama a atenção para o que considera criar um ambiente propício para esses novos movimentos desestabilizadores. Ele argumenta que a origem das crises democráticas contemporâneas reside na questão da governança e não da economia, como frequentemente partem as análises. Ele sustenta que resolver os problemas de governança em um país, ao invés de focar exclusivamente na economia, é a chave para restaurar e fortalecer a democracia. Diamond não vê o desenvolvimento econômico, ou sua ausência, como a principal causa do declínio democrático. Para ele, o problema fundamental é a eficácia do governo. Se o governo não puder assegurar um ambiente econômico e político seguro e igualitário, qualquer esforço para promover o desenvolvimento econômico será em vão.

Collin Crouch (2000) por sua vez defende que a interação entre o capitalismo globalizado e a democracia, modulado pela lógica neoliberal, tem minado os princípios democráticos ao enfraquecer a capacidade dos governos de atender às necessidades da população, focando muito mais suas ações em atender as grandes corporações. Crouch

destaca que a captura do Estado por interesses corporativos tem desenhado uma “pós-democracia”, na qual o poder político é cada vez mais moldado por interesses econômicos privados.

Portanto, apenas com esses três autores, já fica claro como as perspectivas são complementares, porém divergentes. Um deles segue o caminho da descrição dos sintomas das crises democráticas, atribuindo a desigualdade, polarização política e ascensão de líderes populistas como causas fundamentais. Outro resume o problema da crise como sendo a falta de governança, apontando um quadro geral deficitário nas democracias jovens no que diz respeito à avaliação, direcionamento e monitoramento eficazes das políticas públicas. A terceira perspectiva argumenta que o problema reside na economia neoliberal, que pressiona o Estado e, conseqüentemente, a governança a agir em prol do mercado, negligenciando a participação e enfraquecendo o sistema democrático como um todo.

Foa e Mounk (2016) oferecem uma quarta dimensão do problema ao fazer uma leitura da percepção dos cidadãos, utilizando pesquisas de opinião pública como base para suas análises. Explicam que há uma crescente insatisfação entre os cidadãos das democracias desenvolvidas e estáveis em relação aos seus governos, atingindo níveis sem precedentes desde o início das pesquisas de opinião. Eles condenam o fato de que a maioria dos acadêmicos interpretou esse fenômeno como um sintoma de descontentamento com governantes específicos, não com o sistema político como um todo, sugerindo que essa interpretação otimista não é mais plausível. Os cidadãos de democracias consolidadas demonstraram uma queda significativa na satisfação com sua forma de governo e mostraram-se surpreendentemente receptivos a alternativas não democráticas.

Portanto, para Foa e Mounk (2016) a crise na democracia parece residir no crescente descontentamento e desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas tradicionais. Prevalece uma mudança nas atitudes dos cidadãos, com menos pessoas valorizando a democracia como o melhor sistema político.

Teóricos pós-marxistas como Ernesto Laclau (2013), destacam a maneira como as crises se desenvolvem em meio às desigualdades do sistema capitalista, impactando a estabilidade da democracia. Esse fenômeno é complexo e envolve a perda de confiança nas instituições democráticas, além do surgimento de movimentos políticos que desafiam o *status quo*. Para Laclau, a crise democrática pode ser alimentada por fatores, como desigualdades socioeconômicas, exclusão política e falhas na representação.

Tornou-se um desafio determinar se a origem das crises democráticas contemporâneas está no populismo, na polarização, na economia, no neoliberalismo ou na mudança de opinião

geracional, na liquidez da pós-modernidade e como esses fatores se interconectam e influenciam uns aos outros. Talvez Przeworski em sua obra “Crises da Democracia” (2020) seja um dos autores que melhor conseguiu reunir todos esses argumentos em uma análise conciliativa.

Przeworski (2020) caracteriza a crise democrática como uma situação em que há uma lacuna crucial na consolidação da democracia, que pode incluir desde violações nas eleições até a deterioração do Estado e a perda de confiança nas instituições, culminando especialmente no colapso da ordem pública. Ele ressalta que a noção de crise é relativa e depende do contexto específico de cada Estado.

O autor enfatiza a importância de considerar fatores estruturais para entender essas crises, como a relação entre o capitalismo e a democracia. Ele argumenta que existe uma coexistência entre um sistema político que preza pela igualdade e um sistema econômico que gera desigualdades. Além disso, Przeworski destaca que a busca pelo poder dentro de um sistema democrático também desempenha um papel significativo na identificação das crises. Isso pode ocorrer quando as disputas partidárias se intensificam e o partido no poder busca manter sua posição através de manipulações das instituições, o que pode levar a rupturas na ordem pública e, conseqüentemente, a uma crise democrática.

O autor identifica diversos sinais de alerta para as crises democráticas. Um deles é o rápido enfraquecimento dos sistemas partidários tradicionais, que se tornam cada vez mais fragmentados e descentralizados. Outro sinal preocupante é o avanço do populismo de direita, que tende a deslegitimar as instituições democráticas e advogar por uma democracia direta em oposição à democracia representativa.

Além disso, Przeworski (2020) destaca a importância de analisar o apoio à democracia em pesquisas de opinião pública, levando em consideração o nível de instrução da população e sua compreensão do conceito de democracia. Ele ressalta a preocupação com o potencial de desestabilização de uma democracia quando os cidadãos perdem a confiança no sistema e se tornam receptivos a regimes autoritários.

Przeworski (2020) também examina um elemento crucial: as crises econômicas, que muitas vezes funcionam como catalisadoras do caos político. Nesse sentido, ele salienta três aspectos relevantes a serem considerados nessas circunstâncias. Em primeiro lugar, a desaceleração do crescimento econômico do país. Em segundo lugar, o aumento da disparidade de renda. E, por último, a diminuição dos postos de trabalho. Essa situação afeta particularmente as camadas mais vulneráveis da sociedade, ou seja, os trabalhadores. Dessa forma, a divisão de classes se torna uma justificativa e um fator contribuinte para a crise.

Essas pessoas, muitas das quais dependem de assistência governamental, se veem em uma situação precária quando enfrentam a falta de regulamentação salarial e uma tributação elevada, o que as coloca em ainda mais desvantagem durante os períodos de crise. De acordo com o autor, esse cenário tende a desiludir especialmente os jovens, que veem poucas perspectivas de melhoria em suas vidas dentro desse contexto, impulsionando mudanças tanto culturais quanto políticas.

Przeworski (2020) também ressalta que outro aspecto comum em períodos de crise democrática é uma sociedade profundamente dividida, marcada por polarização, racismo e hostilidade. Isso é evidente em questões como imigração, que geram opiniões divergentes entre os que defendem a livre entrada de imigrantes e aqueles que buscam restringir essa movimentação.

Diante do turbulento panorama das democracias, o autor sugere que as eleições representam um meio de resolver esses conflitos, porém destaca que a relação entre vencedores e perdedores é tensa e pode levar à violência. Ele enfatiza que as eleições são momentos potenciais de reorganização da crise, uma vez que os perdedores ponderam em iniciar uma rebelião devido ao medo da repressão, enquanto os vencedores, por sua vez, hesitam em utilizar a repressão excessiva e tirar proveito de sua posição, temendo a resistência, o que ocasiona certo equilíbrio.

Em último ponto, Przeworski observa que as democracias falham quando os eleitos ignoram as opiniões das minorias, resultando em uma polarização política, um governo sujeito a rupturas e uma tendência para políticas iliberais. Ele adverte sobre a “sub-repção”, que consiste em medidas legais adotadas pelo governo para sutilmente minar as chances da oposição de alcançar o poder e expandir as liberdades. A conclusão a que o autor chega em relação à crise da democracia é que as pessoas não percebem mudanças significativas nos governos e nos candidatos em quem votaram, o que leva à crença de que o sistema está falido.

Scerb (2021) ressalta que tem havido uma grande quantidade de publicações nos últimos anos que abordam a crise da democracia, em grande parte devido ao surgimento da extrema-direita populista e sua chegada ao poder com uma abordagem agressiva e astuciosa. No entanto, ele alerta que esse conjunto de literatura muitas vezes transmite a ideia de que o sistema democrático era um modelo que funcionava muito bem antes desse período e que esses movimentos são os únicos responsáveis por sua deterioração.

O autor expressa surpresa pelo fato de que, até então, a produção intelectual sobre teoria democrática não tinha explorado exhaustivamente o fato de que a democracia liberal, conforme entendida nas últimas décadas, tem falhado em ser verdadeiramente responsiva,

resultando em um cenário onde as pessoas são, em grande parte, meras espectadoras da política, sendo consideradas apenas durante períodos eleitorais por um *establishment* político distante.

O autor interpreta a ideia de crise democrática como um sinal de que o caráter democrático está se desvanecendo, especialmente em sociedades caracterizadas pelo consumo e pela disparidade na distribuição de riqueza. Ele argumenta que ao longo das últimas décadas, principalmente nos centros do capitalismo, aspectos fundamentais da democracia, como participação popular, representação e disputas por projetos divergentes de organização das políticas públicas, foram perdendo projeção prática e foram se transformando em valores subjetivos apreendidos por elites políticas. Essas elites assumiram o trato integral do espaço democrático.

Assim, os recentes movimentos antidemocráticos, como os encabeçados pela extrema-direita, podem ser interpretados como uma espécie de reação, um grito de revolta. Ora, a extrema-direita se fortalece como um palanque de representação dos invisíveis, que a partir de um profundo ressentimento para com o sistema que os desprezou, agora não apenas buscam recuperar o protagonismo na representação política, mas falam em exercer a “verdadeira democracia”.

Eatwell e Goodwin (2020) observam exatamente essa dinâmica ao destacar o surgimento de movimentos autoritários que alegam falar em nome dos “verdadeiramente excluídos” e oferecer-lhes voz, uma tendência observada em países enfrentando crises. Eles argumentam que tais movimentos frequentemente capitalizam a insatisfação popular com as elites políticas estabelecidas e as instituições tradicionais.

De acordo com Eatwell e Goodwin (2020), esses movimentos populistas autoritários se baseiam em uma retórica *anti-establishment*, prometendo representar os interesses do “povo comum” ou da “maioria silenciosa”. Eles exploram as ansiedades econômicas e culturais daqueles que se sentem marginalizados ou prejudicados pela globalização, migração e rápidas mudanças sociais e econômicas.

Wendy Brown (2019) estabelece uma conexão crucial entre as crises contemporâneas e o declínio do neoliberalismo. A autora argumenta que o desvanecimento do neoliberalismo e o fracasso de sua economia, baseada em ampla desregulamentação, e ideais subjacentes contribuíram para a desconfiança que impulsiona o atual desgaste institucional global. Embora sua análise se concentre no caso norte-americano, sua análise é facilmente aplicável a outras realidades pelo mundo.

Brown procura enxergar como os princípios liberais estão presentes na retórica dos atores neoliberais atualmente, identificando incoerências ideológicas na nova geração. Sua tese principal é que os princípios neoliberais corroeram as bases democráticas, destacando a competição por legitimidade com o próprio Estado, desvalorizando constantemente o setor público e acelerando a desregulamentação estatal em nome da liberdade do mercado. Ao longo de décadas, esse processo armou armadilhas para os próprios defensores do neoliberalismo, limitando a validade de seu discurso. A constante desregulamentação, segundo a autora, voltou-se contra eles e a sociedade como um todo.

Brown (2019) observa que a tradição liberal, originalmente um movimento em prol das liberdades individuais e contra o absolutismo, transformou-se em um componente do movimento conservador pela família tradicional, um movimento atua contra as liberdades individuais de gênero, raça e orientação sexual, doravante, uma transição notável refletida na ascensão de líderes como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil. Para a autora, há uma perceptível fusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo¹², unindo forças e produzindo dinâmicas políticas com sérias implicações para a democracia.

A revolução neoliberal não apenas introduziu transformações econômicas, mas também moldou uma jurisprudência neoliberal. Em sua análise, Brown afirma que isso representa uma estrutura interpretativa que favorece uma ampla desregulamentação, especialmente em benefício de interesses corporativos e religiosos. A autora argumenta que, nas últimas décadas nos Estados Unidos, a Primeira Emenda tem sido instrumentalizada para fortalecer os poderes econômicos, sociais e políticos do capital, da propriedade, da cristandade e da moralidade tradicional.

Brown (2019) ressalta que a extrema-direita, ancorada em valores tradicionais, utiliza o discurso neoliberal como uma ferramenta para resgatar a nostalgia de tempos passados, quando a qualidade de vida era percebida como superior. Para alcançar esse resgate, argumenta-se que é imperativo preservar a liberdade individual. Tal narrativa sugere que a qualidade de vida está em declínio devido à adesão da sociedade a um excesso de coletivização progressista promovido pelo Estado, que supostamente ultrapassa os limites da individualidade ao impor esta lógica a todos.

¹² Neoconservadorismo é uma corrente política surgida nos Estados Unidos na década de 1970, caracterizada pela defesa de uma política externa intervencionista e forte, o apoio ao capitalismo de livre mercado, e a promoção de valores tradicionais. Inicialmente formado por ex-liberais, o movimento ganhou destaque por sua influência nas políticas governamentais, especialmente durante as presidências de Ronald Reagan e George W. Bush (Thompson, Brook, 2010).

Em linha com os discursos conservadores, caracterizados por resistência a mudanças e renovações, a retórica neoliberal se transforma praticamente em um tributo ao passado utópico de uma vida plenamente livre. Dentro desse contexto, a desregulamentação é encarada como um mecanismo para salvaguardar a liberdade individual e familiar contra influências diversas que são percebidas como ameaças à sua existência.

Para Brown, a absorção do discurso neoliberal por parte da extrema-direita contribui para fortalecer a figura de líderes religiosos, como pastores, uma vez que a religião é encarada como uma escolha pessoal, considerada uma questão de lógica privada. Essa incorporação do discurso neoliberal para sustentar uma lógica neoconservadora cria uma intrigante fusão entre mercado e moral, resultando em uma moral mercantilizada. Ao mesmo tempo, estimula mercados moralizados, não no sentido de promover uma democracia igualitária, mas como parte de uma guerra cultural na qual os valores são percebidos como ameaçados por cosmopolitas e globalistas.

Essa abordagem reflete uma dinâmica complexa em que o neoliberalismo é adaptado para novas demandas, misturando elementos de mercado e moralidade em uma narrativa que enfatiza a defesa dos valores tradicionais contra supostas ameaças externas. O entrelaçamento explícito ou implícito desses elementos, juntamente com sua incorporação em um discurso de mercados desregulados, representa uma nova força político-legal. Brown (2019) destaca como a jurisprudência neoliberal se torna um veículo para fortalecer determinadas agendas, proporcionando uma visão clara das interseções entre liberdade de expressão, liberdade religiosa e o cenário jurídico.

Portanto, a crise contemporânea da democracia começa com uma reflexão normativa sobre os princípios democráticos e sua diminuição, mas culmina inevitavelmente em um debate sobre as novas nuances da participação e representação política. Independentemente do catalisador da crise — e existem múltiplos como observamos — e embora cada país possa manifestar uma dimensão específica com mais intensidade do que outra, o que é comum é uma significativa mudança na percepção do que é representado e como é representado. Doravante, a crise de representação instalada em meio à crise da democracia abre espaço para mudanças nas práticas da representação política.

2.3 As Crises Contemporâneas da Representação

Como observado até aqui, definir representação política é um desafio considerável, e igualmente desafiador é determinar o que constitui uma crise de representação. Um dos debates centrais envolve a questão de saber se estamos enfrentando uma crise de

representação ou se essa dimensão da vida política simplesmente está evoluindo (Costa, Bernardi, 2018).

Em termos práticos, Mayr (2013) lembra que os partidos políticos desempenham um papel fundamental como mediadores entre a participação e representação política em uma democracia representativa. Através deles, as ideias se consolidam e surgem lideranças para disputar eleições e alcançar o poder. Além dos partidos, os movimentos sociais, sindicatos e associações tradicionalmente serviram ao longo do tempo como instituições que conectam a população ao poder político. Para o autor, são exatamente essas instituições que enfrentam uma crise, perdendo sua capacidade de representação diante de uma população desconfiada e desencantada com a política tradicional.

Hansen e Ferreira (2018) destacam que o enfraquecimento dos partidos políticos ocorre em um contexto de crescente uso das novas formas de comunicação, especialmente das mídias digitais. Esse fenômeno tem contribuído para o surgimento de novas formas de participação política e se tornou um grande motor que indica que a representação política tradicional já não funciona para muitos grupos que se organizam *on-line*.

Runciman (2018) destaca que as pessoas se concentram cada vez mais *on-line* para criticar o governo, as instituições, os partidos e os movimentos sociais e que esse fenômeno se relaciona com o surgimento de líderes populistas que abalam as democracias mundo afora. Como resultado, muitos indivíduos são atraídos por movimentos que prometem representação fora dos moldes tradicionais. No entanto, ao rejeitarem a institucionalidade, esses movimentos ocasionalmente desconsideram a constitucionalidade do Estado, defendendo uma liberdade de expressão absoluta que muitas vezes se traduz em ofensas, destruição de reputações e discurso de ódio contra minorias.

A teoria da pós-democracia de Colin Crouch (2000) oferece uma visão intrigante desse fenômeno. O autor descreve um novo modelo de democracia liberal que prioriza a gestão técnica e a racionalidade econômica em detrimento da participação cívica e da expressão política genuína, o que pode alienar os cidadãos em relação ao sistema político. Nesse contexto, Crouch sugere que a capacidade dos cidadãos de influenciar decisões reais é significativamente reduzida diante do poder e da influência das elites corporativas, minando assim a força e a relevância das instituições representativas.

Para Crouch, uma característica marcante da pós-democracia é a persistência das estruturas formais e cerimoniais da democracia, enquanto o poder efetivo e as decisões são cada vez mais influenciados por elites econômicas e corporativas. Ele descreve essa situação como um cenário em que o governo é mais “administrado” do que “governado”, e onde as

instituições democráticas servem principalmente para legitimar decisões já tomadas por interesses privados, em vez de representar verdadeiramente a vontade popular. Como resultado desse cenário, observa-se uma população que se torna mera espectadora da política, encontrando como única alternativa o exercício da crítica negativa em relação ao sistema político.

Na América Latina, observa-se um gradual enfraquecimento dos partidos em termos de sua capacidade de representação, o que abre espaço para novos atores que sejam capazes de angariar um grande número de votos, tornando os partidos cada vez menos programáticos e mais personalistas (Mair, 2013). O autor destaca a diminuição da participação eleitoral e a instabilidade do voto, que se torna mais volátil e notadamente orientado por fatores de curto prazo, reduzindo a previsibilidade das eleições diante dessa volatilidade. Destaca que a crise de representação tem sido acompanhada de mudança de valores na cultura política.

Cada vez menos eleitores se interessam por participar das eleições e muitos dos que se interessam são orientados por critérios predominantemente momentâneos. A fidelidade partidária diminui, e há uma tendência dos eleitores serem menos participativos e mais espectadores da política, devido à aparente intransponibilidade e à falta de pragmatismo. Esse diagnóstico está em linha com o que Manin (1995) descreve como “democracia do público”, permitindo a seguinte alusão:

Antigamente a televisão era algo que refletia um mundo exterior, agora com reality shows, TVs locais etc, a televisão buscou se aproximar do indivíduo (que dirá a internet hoje em dia!). Na política aconteceu o inverso: antigamente existia um sentimento de que a política convencional pertencia ao cidadão, agora a política tornou-se um mundo externo, observado por fora (Mair, 2013, p. 59).

Se a democracia baseada em partidos está se transformando em uma “democracia de audiência”, se o tradicional já não é eficaz, há considerações por parte dos partidos convencionais para agregar a seus quadros “animadores” da audiência, algo que Eatwell e Goodwin (2020) concordam que seja uma explicação, ao menos complementar, em relação à eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 e a de Jair Bolsonaro em 2018.

Laclau (2013) define populismo político como estratégias que mobilizam diretamente as massas populares, muitas vezes em contraposição às elites ou às estruturas estabelecidas de poder. O autor reconhece o populismo como um fenômeno capaz de enfraquecer as instituições democráticas ao minar a separação de poderes, o estado de direito e ao fomentar polarizações sociais entre diferentes grupos, criando uma dicotomia de “eles” contra “nós”. Portanto, o populismo representa um desafio substancial para a estabilidade e a integridade

das democracias, sobretudo porque ele se faz na lacuna que se abriu na sociedade civil, que passa a perceber a representação política como uma encenação irrelevante.

Levitsky e Ziblatt (2018) também compartilham da opinião de que as democracias modernas estão gradativamente enfraquecendo devido a fatores relacionados à crise de representação. Em sua argumentação, a lacuna decorrente da crise de representação tem facilitado a ascensão de líderes populistas autoritários, muitas vezes eleitos democraticamente, como foram no passado os casos de Hitler, Mussolini e Chávez. Esses líderes, por serem tão populares, acabaram sendo aceitos pelos partidos, que menosprezaram seu aparente autoritarismo.

Levitsky e Ziblatt (2018) observam esse fenômeno se repetindo em várias partes do mundo, através de “alianças fatídicas” que representam uma ameaça à democracia. Essas alianças entre os representantes decadentes e entre os *outsiders*, é baseada na ilusão de que os políticos do *establishment* poderão controlar o *outsider*, mas esses têm se mostrado independentes e imprevisíveis.

Os autores explicam que outrora, as ditaduras surgiam de forma mais abrupta, através de golpes de Estado ou revoluções. Hoje em dia, elas são minadas gradualmente pelo enfraquecimento das instituições, pela descredibilização da imprensa livre, pela deslegitimação dos oponentes, entre outros fatores.

Eatwell e Goodwin (2020) também destacam o crescimento de um ideal nacional-populista em meio à crise de representação da democracia liberal, na qual as pessoas percebem as elites políticas cada vez mais distantes, focadas em questões da economia global e em valores liberais que priorizam a liberdade individual em detrimento dos valores nacionais comunitários. Nesse contexto, o nacional-populismo cresce, prometendo dar voz aos “ignorados” pelas elites políticas, que supostamente priorizam mais o conforto dos imigrantes que o conforto da população local (Eatwell, Goodwin, 2020).

Eatwell e Goodwin (2020) explicam que os nacional-populistas prometem dar voz aos ignorados pelas elites políticas, priorizando valores que se alinham com a população em termos de cultura e interesses nacionais. A vitória de Trump e o *Brexit* são resultados desse ideal nacional-populista, que surge da desconfiança nas instituições e da crise de representação, manifestadas em escândalos, *lobbies*, trocas de favores, gastos excessivos e distância representativa.

As pessoas percebem que falta democracia em um sistema político visto como meramente burocrático, por isso depositam seu voto em candidatos que prometem uma

representação mais direta, não limitada pelas estruturas burocráticas de um sistema que parece favorecer apenas as elites (Eatwell, Goodwin, 2020).

Os autores alertam que o foco excessivo no curto prazo ao tentar explicar e justificar a ascensão dos populistas muitas vezes resulta em menosprezo e ignora o amplo apoio que esses líderes têm entre a população. Isso significa ignorar as reivindicações de longo prazo, como questões relacionadas ao terrorismo, crises de refugiados e desigualdades sociais que afetam os mais pobres, os quais se sentem marginalizados em comparação com os imigrantes. Esses são fatores que podem perpetuar o nacional-populismo no hemisfério norte. No Sul, a questão dos refugiados pode não ser tão central, mas as desigualdades, a crise institucional e a crise de representação também podem aumentar a revolta contra a democracia liberal (Eatwell, Goodwin, 2020).

Os autores consideram a hipótese de que, com a estabilidade econômica, os partidos tradicionais recuperaram sua influência e que a renovação geracional frearia o nacional-populismo, mas advertem que é importante considerar que os problemas que geram a crise de representação não desaparecerão. Isso pode levar a respostas mais radicais, com o risco de que as lacunas na representação da democracia liberal sejam preenchidas periodicamente por propostas mais extremas (Eatwell, Goodwin).

Considerando todos esses aspectos, podemos concluir que a crise de representação abre espaço para novas abordagens diante do vácuo entre representação e poder. Nesse contexto, diversos movimentos liderados por figuras carismáticas têm surgido nos últimos anos na política mundial, defendendo o tradicionalismo e convidando os chamados “cidadãos de bem” a se engajarem em seus projetos.

Da Empoli (2019) salienta que no contexto da crise de representação nas democracias modernas, surgiram novas formas de representação política em resposta à queda de popularidade dos partidos políticos e outras instituições tradicionais. O autor explora como a propagação de notícias falsas, teorias conspiratórias e conteúdos polarizadores nas plataformas digitais está moldando as opiniões e as percepções políticas dos cidadãos. Tais estratégias são frequentemente empregadas por atores políticos e grupos interessados em desestabilizar o sistema político estabelecido e promover agendas divisivas.

Além disso, Empoli destaca como a internet abre novas possibilidades de participação e representação política, permitindo que os cidadãos se envolvam diretamente em debates e movimentos políticos independentemente dos canais tradicionais. Redes como *Twitter*, *Facebook* e *YouTube* se tornaram arenas onde ideias rapidamente são disseminadas, atropelando o processo político.

Casalecchi e Vieira (2021) defendem que embora o ativismo digital não deva ser considerado um substituto das instituições políticas tradicionais, sua presença e impacto crescentes não podem ser subestimados. As plataformas digitais oferecem uma arena única onde cidadãos podem expressar opiniões, organizar-se e mobilizar-se em torno de questões importantes.

Para os autores, essas atividades *on-line* têm demonstrado capacidade de influenciar o ambiente político de várias maneiras. Por um lado, a pressão pública gerada por campanhas digitais pode forçar os governantes a considerar e responder a demandas populares urgentes. Os políticos estão cada vez mais atentos ao alcance e à velocidade das redes sociais, reconhecendo que as opiniões expressas online podem refletir tendências significativas na opinião pública. Assim, enquanto o ativismo digital não substitui as estruturas políticas estabelecidas, ele certamente desempenha um papel crucial no cenário contemporâneo, moldando o debate público.

Atualmente, as crises contemporâneas da representação política abrangem diversos aspectos que ecoam profundamente na crise da democracia, refletindo o contexto líquido da pós-modernidade. No contexto brasileiro, esses elementos são particularmente visíveis nos últimos anos, marcados por uma crise multifacetada com sucessivos eventos que redefiniram seu *status* e desafiaram sua compreensão.

1.3 A Crise Brasileira

Ronaldo de Almeida (2019), ao se aprofundar na discussão do cenário político brasileiro dos últimos anos, introduz o conceito de crise brasileira, uma crise multifacetada que permeia diversos aspectos da vida nacional. O autor argumenta que essa crise não se limita apenas à esfera política, mas se estende à democracia, à representação e às relações interpessoais dos cidadãos. Essa abordagem multidimensional nos permite compreender a complexidade das dificuldades enfrentadas pelo Brasil contemporâneo, demonstrando que elas não podem ser integralmente traduzidas e explicadas a partir de uma única dimensão de suas múltiplas crises.

O cenário político brasileiro tem sido marcado por um período de governantes incidentais, conforme analisado por Abranches (2020). O autor descreve a instabilidade e a volatilidade que caracterizam o panorama político e social brasileiro, refletindo um contexto onde decisões são tomadas de forma reativa e episódica, sem um planejamento de longo prazo. Essa dinâmica adentra a esfera governamental e revela a fragilidade das instituições e a

dificuldade em estabelecer um projeto político coeso e sustentável, tornando-se um ponto crucial para a análise das crises no Brasil.

O Brasil é conhecido por sua história de crises e turbulências institucionais, uma característica enraizada em sua cultura política. O país experimentou diferentes períodos democráticos, por vezes interrompidos por golpes e revoluções¹³, moldando uma cultura política que normaliza instabilidades institucionais. Nessa trajetória, partidos políticos muitas vezes demonstraram pouca adesão aos princípios democráticos em suas estruturas internas, com líderes dominantes que ditam os termos das alianças entre os poderes legislativo e executivo (Reis, 2014).

Para compreender a crise contemporânea da democracia brasileira, é fundamental considerar a trajetória política e democrática do país, que moldou os conflitos atuais. Um ponto de partida crucial é o período posterior ao fim da ditadura militar e a redemocratização nos anos 1980. Embora a promulgação da Constituição de 1988 tenha marcado a transição para a redemocratização, prevalecem complexos os desafios do sistema político brasileiro.

A existência de muitos partidos políticos com representação oficial na arena política tem um impacto drástico no sistema político brasileiro. O que inicialmente parecia positivo em termos de representação democrática revela-se um desafio quando o Executivo passa a ter que negociar com múltiplos partidos para garantir sua governabilidade. Esse processo tem dado o tom do nosso sistema político, com relações de barganhas, impactando orçamentos e cargos no Governo Federal, e muitas vezes comprometendo a eficácia das instituições democráticas e a transparência do processo político.

Eis o presidencialismo de coalizão, conforme analisado por Abranches (2018), um sistema em que o presidente governa com o apoio de uma coalizão de partidos no legislativo, necessitando constantemente negociar e distribuir recursos para garantir a governabilidade, principalmente através das emendas parlamentares¹⁴. Com a crescente fragmentação partidária e a necessidade de construir maiorias no Congresso, os presidentes passaram a formar coalizões para viabilizar suas agendas e garantir a governabilidade. Esse modelo exige

¹³ Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República em 1889 através de um golpe militar, expulsando a Família Real do Brasil e dando início à primeira república, marcada por sucessivas revoltas. Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 a partir de uma revolução, que depôs o presidente Washington Luís. Sete anos depois Vargas transformou seu governo em uma ditadura através do Estado Novo. Em 1964 o presidente João Goulart foi deposto através de um golpe, desencadeando uma ditadura militar que durou até 1985.

¹⁴ Emendas parlamentares são alterações propostas por deputados e senadores ao orçamento federal, visando direcionar recursos públicos a projetos específicos, frequentemente em suas bases eleitorais. Essas emendas são um instrumento estratégico para o legislativo influenciar a execução orçamentária e atender às demandas locais, além de servirem como moeda de troca nas negociações políticas com o Executivo (Limongi, Figueiredo, 2005).

negociações complexas com múltiplos partidos políticos, que na prática se desdobram na distribuição de cargos, concessões políticas e emendas extras.

Abranches explora como essas coalizões influenciam as políticas públicas e a agenda legislativa, muitas vezes resultando em compromissos diluídos e projetos de lei modificados para agradar aos diferentes interesses representados na coalizão. No entanto, essa abordagem também traz desafios significativos. A fragilidade das coalizões pode levar a uma maior instabilidade política, com o risco constante de rupturas. Além disso, a necessidade de formar e manter coalizões abre espaço para práticas de corrupção e clientelismo, com distribuição de cargos e recursos públicos em troca de apoio político.

A fragmentação partidária no presidencialismo de coalizão pode dificultar a implementação de políticas coerentes e eficazes. Com diversos partidos buscando interesses específicos, a representação política torna-se fragmentada e pouco coerente. Os eleitores enfrentam desafios para identificar e responsabilizar os representantes por suas decisões, dado o grande número de partidos envolvidos em coalizões pragmáticas, muitas vezes desvinculadas de compromissos ideológicos.

Essa realidade compromete a noção tradicional de representação na democracia. Além disso, a constante necessidade de negociar e manter coalizões pode tornar os governos mais vulneráveis a crises políticas e instabilidade, afetando a capacidade de implementar políticas de longo prazo e consistentes. A distribuição de cargos e recursos públicos como parte das negociações de coalizão alimenta práticas de corrupção, minando a confiança na representação política e na integridade das instituições democráticas.

A percepção de que o presidencialismo de coalizão se concentra mais em acordos políticos nos bastidores do que na formulação de políticas públicas eficazes pode abalar a confiança dos cidadãos no sistema democrático como um todo. Portanto, embora o presidencialismo de coalizão seja uma estratégia necessária para lidar com a fragmentação política no Brasil, ele apresenta desafios significativos para a representação democrática. A qualidade e a transparência dessas coalizões têm um impacto direto na legitimidade e na estabilidade das instituições democráticas do país.

O presidencialismo de coalizão e sua controvérsia é um elemento que moldou a cultura política brasileira, por vezes marcada por embates que ameaçam a própria democracia. Todavia, podemos afirmar que o Brasil vivenciou um período de relativa estabilidade política após o retorno à democracia pós-ditadura militar, principalmente nas décadas de 1990 e 2000. Apesar de enfrentar escândalos e abalos eventuais, como o *impeachment* de Collor e o escândalo do mensalão, o país conduziu várias eleições presidenciais e legislativas com

transições pacíficas de poder. Isso contribuiu para a consolidação das instituições democráticas e para demonstrar uma certa estabilidade política ao longo desse período.

Esse período de estabilidade política foi marcado por dois momentos: a Era FHC e a Era Lula. Nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso governou com ênfase na abertura econômica, desregulamentação, privatização e estabilidade da moeda. Já nos anos 2000, Luiz Inácio Lula da Silva liderou um governo de viés mais à esquerda, implementando programas de combate à pobreza e distribuição de renda. Durante o primeiro período do governo Lula, como observado por Rocha (2021), o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu dissipar a percepção de ser uma ameaça para o mercado. O segundo mandato de Lula viu um notável aumento em sua popularidade e aceitação, impulsionado pelo vigoroso crescimento econômico e pelas políticas de redistribuição de renda, apesar do grande impacto na opinião pública no episódio do mensalão¹⁵ em 2005, um escândalo político envolvendo acusações de compra de votos de parlamentares por membros do governo federal. Essas duas décadas de relativa estabilidade chegaram ao fim com um país politicamente dividido e um futuro incerto.

Embora Lula não tenha sido diretamente implicado nos desvios de recursos do Mensalão, o escândalo envolveu membros do seu partido, e aliados políticos próximos, levantando questões sobre seu conhecimento ou participação indireta na gestão política e financeira do governo durante aquele período, fato que inaugura o tema da corrupção como a principal crítica aos oponentes do Partido dos Trabalhadores doravante (Singer, 2018).

No início da década de 2010, o Brasil já demonstrava sinais de desaceleração econômica devido à desvalorização de *commodities* no mercado internacional (Chernavsky e Dweck, 2020). A crise de 2008 enfraqueceu os mercados consumidores brasileiros, impactando diretamente o país. Isso é relevante pois durante os dois primeiros mandatos do governo Lula, o Brasil se beneficiou do *boom* das *commodities*, o que possibilitou os investimentos realizados durante a primeira década do século XXI (Chernavsky e Dweck, 2020).

Com o declínio do preço das *commodities*, a partir de 2011, o governo Dilma enfrentou o desafio de responder à iminente crise econômica. Chernavsky e Dweck (2020) explicam que, em vista disso, o governo Dilma implementou uma série de medidas conhecidas como Nova Matriz Econômica, que se baseavam em subsídios aumentados e

¹⁵ O Mensalão foi um escândalo de corrupção no Brasil, revelado em 2005, que envolveu a compra de votos de parlamentares para garantir apoio ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Recursos públicos foram desviados para pagar mensalmente os deputados, visando aprovar projetos de interesse do governo (Singer, 2018).

maior regulação de preços, como no caso da gasolina através da Petrobras. No entanto, essas medidas se mostraram insuficientes para conter a crise, além de contribuírem para o aumento da dívida pública. A instabilidade política do governo Dilma impactou sua campanha à reeleição em 2014. Dilma foi reeleita, mas o candidato derrotado, Aécio Neves, contestou sem provas as eleições. O país saiu daquela eleição profundamente dividido e polarizado.

Estava instalado o que André Singer (2018) chamou de crise do lulismo. Segundo o autor, o projeto político associado a Lula, caracterizado por políticas de inclusão social, programas de combate à pobreza e distribuição de renda que ganharam amplo apoio popular, especialmente entre os mais desfavorecidos, enfrentou sérios desafios. Destaca que a crise econômica e os escândalos de corrupção envolvendo políticos do PT, minaram esse projeto ao fazer com que a população, influenciada por uma oposição contundente, passasse a acreditar que os problemas históricos do Brasil eram unicamente consequências dos governos petistas.

A crise do lulismo, como descrita por André Singer, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), se manifestou de várias formas, sendo a fragmentação das coalizões políticas a mais marcante. O autor explica que uma das características fundamentais do lulismo era a habilidade de construir e manter amplas coalizões políticas para governar, envolvendo diferentes partidos e setores da sociedade. No entanto, durante o governo de Dilma Rousseff, houve uma crescente fragmentação dessas coalizões, com partidos aliados exigindo mais espaços de poder e recursos em troca de apoio político. Essa fragmentação teve como resultado a deterioração da relação com o Congresso e o comprometimento da governabilidade.

Dilma, em seu embate com o legislativo, passou a questionar esse sistema de barganhas, característico do presidencialismo de coalizão, que no momento considerava injusto, pois o Congresso não estaria honrando seus compromissos com o Executivo. Ao travar benefícios orçamentários aos parlamentares, Dilma provocou uma reação muito agressiva no Congresso. Diante da recessão econômica, o governo enfrentou obstáculos significativos para aprovar reformas e lidar com a crise política e econômica, elevando a temperatura do conflito que transbordou às ruas.

Marcos Nobre (2022) explica que, na literatura especializada, têm sido amplamente debatidos os contornos dessa crise. Para o autor, o destaque vai para os grandes protestos que eclodiram em julho de 2013. Naquele momento, as razões por trás dos protestos ainda estavam nebulosas, abrangendo desde o aumento das tarifas de transporte público até os altos investimentos públicos em infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014. No entanto, esses

conflitos gradualmente convergiram para uma crítica generalizada ao sistema político, à falta de representação, à insatisfação socioeconômica e ao PT.

Nobre (2022) salienta que, em 2014, veio à luz o Petrolão, como ficou conhecido um escândalo de corrupção que envolveu a Petrobras, uma das maiores empresas estatais brasileiras, revelado a partir de investigações da Operação Lava Jato. O esquema envolveu desvios de bilhões de reais em contratos da Petrobras, com pagamento de propinas a políticos, executivos da empresa e intermediários. Naquele momento iniciava-se a ampla divulgação da operação Lava Jato, que rapidamente tornou-se favorável à opinião pública, que passou a vê-la como uma resposta às pressões populares pelo fim da corrupção.

A operação então investigou políticos e empresários de alto escalão, resultando em condenações que deram a impressão de uma inédita punição de poderosos. Com o avanço das investigações e o envolvimento de políticos, incluindo membros do Partido dos Trabalhadores, a popularidade do governo Dilma Rousseff foi severamente prejudicada. Esse contexto impactou o embate do governo de Dilma com o Congresso Nacional.

Mudim (2023) explica que a presidente, que já enfrentava dificuldades em seu segundo mandato, viu-se em uma posição ainda mais delicada com o fracasso de sua política econômica e a crescente rejeição provocada pela Lava Jato. Em 2016, em meio a uma grande fragilidade política, Dilma entrou em conflito com partidos de centro no Congresso Nacional, especialmente com o grupo conhecido como “Centrão”, liderado à época por Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados. Cunha acolheu o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff e ela foi destituída em 2016, sendo substituída por seu vice, Michel Temer, que tentou se desvincular de Dilma e do PT, buscando implementar reformas para conter a opinião pública negativa.

Segundo Limongi (2023), a investigação da Operação Lava Jato expôs extensos esquemas de corrupção que atingiram membros proeminentes da elite política brasileira, tanto no governo quanto na oposição. Para o autor, a derrubada de Dilma representou uma tentativa da classe política de conter os danos causados pela Lava Jato e proteger os interesses de seus membros envolvidos em práticas corruptas.

Limongi (2023) faz críticas incisivas em relação à atuação de Sergio Moro e Deltan Dallagnol na Lava Jato¹⁶. O autor argumenta que Moro e Dallagnol agiram de forma a

¹⁶ Sergio Moro, como juiz federal na Operação Lava Jato em Curitiba, ficou conhecido por sua condução rigorosa nos casos de corrupção envolvendo a Petrobras e políticos, embora suas decisões tenham sido criticadas por falta de imparcialidade. Ele enfrentou acusações de influenciar as eleições com ações direcionadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Deltan Dallagnol, como procurador na mesma operação, teve papel central na investigação e julgamento dos envolvidos, mas foi alvo de

subverter as práticas da justiça com o objetivo de prejudicar o PT. A Lava Jato foi marcada pelo vazamento seletivo de informações para prejudicar os investigados, não respeitando a presunção de inocência e baseando algumas condenações principalmente em delações premiadas. Além disso, utilizando métodos como a prisão preventiva e a publicidade dos desdobramentos das investigações para desmoralizar os investigados.

Para o autor, diante da ameaça direta às carreiras e à liberdade de políticos influentes, uma parcela da classe política viu no *impeachment* uma oportunidade estratégica para mudar o rumo dos acontecimentos e mitigar as consequências das investigações em curso. O afastamento de Dilma foi percebido como uma chance de reorganizar as forças políticas no país, substituindo-a por uma liderança considerada mais capaz de lidar com as pressões externas, especialmente aquelas decorrentes da Lava Jato.

Para Avritzer (2019), a operação Lava Jato consagrou o papel central do judiciário na crise brasileira. O judiciário liderou as investigações e julgamentos de políticos e empresários envolvidos em esquemas de corrupção, resultando em uma série de prisões e condenações que abalaram as estruturas do poder político no país, quando tornou-se crescente a hipótese de que estaria havendo um ativismo judiciário, que agia altamente em tom político (Avritzer, 2019).

Nesse contexto, o *impeachment* não foi apenas um movimento político isolado, mas uma resposta coordenada da classe política diante das ameaças representadas pela operação anticorrupção, visando proteger seus próprios interesses e evitar consequências mais graves das investigações sobre corrupção. Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados e envolvido em acusações de corrupção, desempenhou um papel central na articulação da queda de Dilma. Ele utilizou sua posição para aceitar e encaminhar os pedidos de *impeachment* contra a presidente, buscando apoio entre os parlamentares para dar continuidade ao processo.

Avritzer (2019) salienta que além da oposição política, movimentos populares como o “Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre” organizaram manifestações a favor do *impeachment*, intensificando a pressão sobre os parlamentares e contribuindo para a polarização política no país. Não obstante, o vice-presidente Michel Temer e seu partido, o PMDB, desempenharam um papel crucial nos bastidores. Temer trabalhou ativamente para formar uma nova base de apoio no Congresso, atraindo partidos insatisfeitos com o governo e prometendo estabilidade política e econômica sob sua liderança. Esses esforços foram

críticas por mensagens que sugeriam parcialidade e tentativas de manipulação do cenário político através de suas ações (Kerche, Marona, 2022).

fundamentais para consolidar o afastamento de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à presidência.

No entanto, conforme reflete Nobre (2022), Temer não conseguiu alcançar a estabilidade política. Grande parte da população permanecia descrente em relação à política e já não tinha mais expectativas de mudança por meio dela.

Escândalos de corrupção amplamente divulgados têm o potencial de danificar consideravelmente a reputação de líderes políticos e partidos perante o público. No contexto brasileiro, o “mensalão”, seguido pelo “petrolão”, destrinchado por uma extensa operação policial que se estendeu por vários anos, a imagem tanto do então ex-presidente Lula quanto do Partido dos Trabalhadores sofreu um considerável desgaste (Santos e Tanscheit, 2019). A operação Lava Jato, em vez de fortalecer a confiança das pessoas nas instituições, contribuiu para aumentar as suspeitas sobre elas, fortalecendo ainda mais a ideia de que a mudança necessária no Brasil deve vir de “justiceiros” (Baptista, 2018), elevando figuras isoladas como Sérgio Moro (Santos e Tanscheit, 2019).

Nesse cenário complexo, o então deputado federal do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, viu a oportunidade de se apresentar como uma opção “anti-política”, criticando as instituições e, principalmente, a esquerda, personificada no Partido dos Trabalhadores. Ao longo de sua campanha em 2018, Bolsonaro aumentou seu apoio popular à medida que intensificava suas críticas ao maior oponente, o ex-presidente Lula.

A trajetória política de Bolsonaro está enraizada em partidos políticos fisiológicos e em uma militância fervorosa em questões comportamentais, especialmente relacionadas a gênero e sexualidade. Como deputado, ele apoiou o *impeachment* de Dilma Rousseff, destacando-se por um discurso controverso ao proferir seu voto homenageando um general que torturou a presidente durante o regime militar. Com uma série de declarações polêmicas, Bolsonaro adotou gradualmente um discurso anticorrupção e pró-Lava Jato, capitalizando esse momento oportuno para fortalecer suas posições. Este foi o início de sua jornada em direção à presidência.

Em 2018, mesmo ano da eleição que deu vitória a Bolsonaro, o então juiz Sergio Moro, pediu a prisão preventiva do pré-candidato Lula, através da operação Lava Jato, acelerando sua condenação em primeira instância, uma ação amplamente questionada juridicamente ao longo dos anos (Nobre, 2022). Doravante, com o caminho mais aberto, Bolsonaro reafirmou seu compromisso com conservadorismo religioso em sua campanha, defendendo pautas como a proibição do aborto em qualquer circunstância, criticando os direitos

LGBT+, enquanto se apresentava como um enviado divino para purificar a política (Mariano, Gerardi, 2020).

Jair Bolsonaro e seu grupo cultivaram uma narrativa particular da crise brasileira, atribuindo à esquerda a responsabilidade por todos os problemas do Brasil. Ao mesmo tempo, defenderam a moralidade religiosa como solução para os desafios sociais (Boas, 2020). Durante a campanha, Bolsonaro adotou um tom deslegitimador contra seu principal adversário, o PT, desqualificando vigorosamente a candidatura de Fernando Haddad, como se não merecessem a oportunidade de concorrer devido à suposta culpa pela crise nacional.

Camila Rocha (2021) explora como a internet se tornou um terreno propício para o florescimento de ideias tanto neoliberais quanto neoconservadoras. No início da internet no Brasil, comunidades online, como as presentes no Orkut, concentraram-se nessas temáticas, influenciadas por pensadores como Mises, Hayek e Olavo de Carvalho. No entanto, a autora aponta um constrangimento implícito entre esses grupos, uma vez que defendiam posições neoconservadoras em um país recentemente saído de um regime militar. Rocha destaca também a redução do constrangimento em se identificar como parte da direita política, assim como o consenso sobre a hegemonia cultural da esquerda na mídia e nas universidades. Esse movimento foi caracterizado pela fusão de um radicalismo pró-livre mercado com valores conservadores, pela oposição ao modelo estatal estabelecido pelo pacto de 1988, pela participação de jovens de classes média e trabalhadora em espaços alternativos como as redes sociais, e pela atuação expressiva e disruptiva de grupos contraculturais na sociedade.

A autora também volta os olhos para 2013 e observa que os defensores do livre mercado começaram a se unir nas ruas, em protestos que conciliavam a presença de ultraliberais a apoiadores da ditadura militar. À medida que as investigações da Operação Lava-Jato avançavam e Dilma Rousseff era reeleita, essas diferenças foram minimizadas. Grupos disruptivos, como o Movimento Brasil Livre, começaram a organizar manifestações conjuntas, unindo-se também a estruturas partidárias como o PSL, o NOVO e o PSC. Os defensores do livre mercado adotaram uma postura mais conservadora, passando a apoiar figuras como o Pastor Everaldo e a família Bolsonaro.

O crescimento político de Jair Bolsonaro, amplificado pelo apoio nas mídias sociais, representa um marco nesse movimento, conforme apontado por Rocha (2021), Bolsonaro se tornou uma figura central para aqueles que emergiram das redes sociais e organizações pró-mercado, com sua candidatura recebendo amplo apoio nesses segmentos. No início de seu mandato, tornou-se evidente que o bolsonarismo era um fenômeno político único, que aglutinava distintos interesses, no qual o equilíbrio de tais interesses seria testado pelo tempo.

Bolsonaro, assim como outros líderes de sua época, apoia-se fortemente em uma militância antissistema e antipolítica que se alimenta do desencanto dos eleitores com a política tradicional, promovendo o descrédito das instituições democráticas e dos mecanismos formais da política, em vez de fortalecê-los (Levitsky, Ziblatt, 2018; Eatwell, Goodwin, 2020).

Avritzer (2019) acrescenta que a crise atual no Brasil abrange aspectos tanto de representação quanto de participação e explica que a estrutura institucional do país, incluindo o papel do sistema judiciário, desempenha um papel fundamental nesse contexto. Para o autor, um ponto central e absolutamente sintomático da crise é a crescente intervenção do sistema judiciário nos assuntos políticos do país. Isso ficou evidente após 2012, quando o Brasil enfrentou seu primeiro grande escândalo de corrupção, cujo julgamento foi intensamente midiático.

O judiciário passou a desempenhar um papel mais ativo no controle do legislativo, interferindo em procedimentos internos e julgamentos de membros do Congresso Nacional. O Supremo Tribunal Federal, em particular, tomou decisões importantes sobre questões como fidelidade partidária e casos de corrupção que impactaram diretamente a estabilidade política do país. Durante momentos de instabilidade política a manifestação do Supremo Tribunal Federal, ainda que inevitável, ocasionou o fortalecimento de uma imagem indevidamente intervencionista (Avritzer, 2019).

Outro aspecto relevante é o papel do judiciário na definição de políticas públicas e na garantia de direitos. Decisões do STF sobre questões como a demarcação de terras indígenas e a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo demonstram como o judiciário assumiu um papel ativo na promoção da igualdade e da justiça social, irritando setores conservadores e reacionários (Avritzer, 2019).

Para Avritzer (2019), esses desenvolvimentos levantam questões sobre o equilíbrio de poderes e a legitimidade do sistema político brasileiro. O autor explica que a crescente influência do judiciário pode ser vista como uma resposta à falha do sistema político em lidar efetivamente com questões como corrupção e representação. No entanto, também levanta preocupações sobre o papel adequado do judiciário em uma democracia e a necessidade de garantir uma divisão clara dos poderes. O protagonismo da operação Lava Jato, sua intensa presença na mídia e a posterior apreensão por políticos de direita, desconfigurou a ideia de representação.

Nessa conjuntura, Nobre (2022) explica que a Lava Jato foi utilizada como escudo pela força social de extrema-direita em ascensão, o que o autor chama de “oposição

extrainstitucional”. Destaca ainda que essa força social, iludida pela crença de que a Lava Jato representava a tão esperada mudança política do país, legitimou-se por meio dessa ilusória narrativa.

Nunes e Traumann (2023) exploram a profunda divisão política que emergiu no Brasil desde as eleições de 2018, marcando um período de antagonismo sem precedentes na vida dos brasileiros. Após essas eleições, o país testemunhou a entrada significativa de militares no governo federal, além dos frequentes embates entre o presidente Bolsonaro e o Judiciário, particularmente com o ministro Alexandre de Moraes, que durante o pleito presidiu o Superior Tribunal Eleitoral - TSE. Esses confrontos exacerbaram as tensões políticas e sociais, enquanto outros eventos como debates sobre segurança pública, questões ambientais e polarização ideológica também contribuíram para a profunda divisão entre os cidadãos brasileiros.

Portanto, ao recapitularmos a história recente do país, observamos uma crise com diversas dimensões. No entanto, o ponto crucial, conforme concorda Nobre (2022), foi o fato de os partidos tradicionais, o governo vigente e as instituições não terem levado a sério, lá no início das tensões, as demandas e os sinais evidenciados pelos grandes protestos. Uma população que clamou por mudanças na classe política e não foi devidamente atendida com propostas robustas de reformas no sistema político. Assim, aprofundando principalmente a crise de representação, enraizada em uma profunda descrença e alimentada pelo ressentimento daqueles que se sentiram ignorados.

Mello (2022) destaca a presença política significativa de ex-militares no governo Bolsonaro, levantando preocupações sobre a militarização da política brasileira e seus impactos na democracia. A ascensão dos militares a cargos civis suscita debates sobre a neutralidade das instituições militares e os princípios democráticos.

Segundo Luiz (2023), essa presença militar no governo fez aumentar entre os apoiadores de Bolsonaro, a percepção de que as Forças Armadas tinham alguma prerrogativa política na democracia. Por causa disso, durante o governo Bolsonaro, surgiram diversas controvérsias relacionadas a uma trama golpista. Quando Bolsonaro foi derrotado nas eleições, que deram a Lula da Silva um terceiro mandato, seus apoiadores iniciaram uma onda de acampamentos simultâneos nas proximidades dos quartéis das Forças Armadas, como forma de pressionar os militares a darem um golpe de Estado. Um evento extremo ocorreu em 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão enfurecida de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiu a Praça dos Três Poderes em Brasília, depredando prédios públicos, pressionando por uma intervenção militar com Bolsonaro no poder.

Doravante, a crise brasileira, descrita por Almeida (2019) como um fenômeno multidimensional que abrange aspectos democráticos, de representação, políticos e interpessoais é um conceito síntese de todo esse emaranhado. Trata-se de uma crise ampla, generalizada e de profundos conflitos. Esta compreensão multifacetada é crucial para entender como a religião tem sido incorporada a essa equação, especialmente o fortalecimento da representação evangélica nesse contexto.

3 METODOLOGIA

3.1 Concepção e delimitação do escopo da pesquisa

A pesquisa proposta constitui-se como um estudo descritivo de natureza qualitativa, utilizando-se de um estudo de caso. A metodologia inclui revisão sistemática da literatura, rastreamento e descrição de eixos temáticos e análise aprofundada dos dados coletados. A pesquisa converge em uma análise interpretativa.

Hendriks (2007) caracteriza a pesquisa interpretativa como uma abordagem que se concentra nos significados dos eventos políticos, ações, textos e objetos dentro de seus contextos humanos e históricos. Sendo assim, os pesquisadores interpretativos buscam compreender e melhorar a prática política ao estudar suas contradições e ambiguidades, explorando os significados presentes na linguagem, ação e artefatos políticos.

Hendriks argumenta que a pesquisa interpretativa rejeita a ideia de uma análise política puramente objetiva e valorativa. Em vez disso, os pesquisadores interpretativos valorizam a compreensão das perspectivas e significados presentes na prática política, sem a pretensão de alcançar uma visão “neutra” ou “desinteressada”. Portanto, tal perspectiva difere das abordagens ditas “positivistas”, que tendem a valorizar a objetividade e a busca por leis universais na política, bem como das abordagens empiricistas, que enfatizam a observação e a experimentação como bases para o conhecimento político. Pelo contrário, a autora defende que a pesquisa interpretativa em Ciência Política deve ser conduzida de forma reflexiva, imersiva e atenta aos significados presentes na prática política.

No entanto, Hendriks também expressa preocupação com a fragilidade das metodologias descritas pelos pesquisadores interpretativistas em seus trabalhos. Ela destaca que muitos desses trabalhos tendem a focar mais na descrição dos resultados obtidos do que na metodologia em si, ressaltando a importância de apurar e descrever a metodologia de forma clara e detalhada. Isso significa não apenas apresentar os resultados ou conclusões, mas também descrever de maneira explícita como eles acessam e analisam os significados presentes no mundo político, visando promover a transparência e a credibilidade da pesquisa.

Para orientar o escopo do estudo e definir os parâmetros iniciais desta pesquisa, Sátyro (2022) destaca a importância de identificar claramente seus elementos essenciais, começando pelo objeto de estudo e a classe de eventos na qual o objeto está inserido. Nesse sentido, o objeto dessa pesquisa é o fortalecimento da representação evangélica, tendo como tema a interação entre a representação evangélica e a crise brasileira.

Figueiredo Filho (2022) explicita que é preciso estar atento ao tipo de pergunta da pesquisa, uma vez que é a pergunta que influencia a busca, condicionando a seleção de fontes e conteúdo, a extração de dados e a análise dos mesmos. Sátyro (2020) explica que as perguntas de pesquisa podem ser tanto do tipo “qual” ou “como”, gerando análises descritivas, quanto do tipo “por que”, de natureza explicativa. Portanto, foi primordial no início desta pesquisa compreender que faríamos uma trajetória descritiva, guiada pela pergunta: *Como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira?*

Doravante, este capítulo descreve a metodologia adotada para investigar os padrões e dinâmicas associados ao fortalecimento da representação evangélica em meio à crise brasileira. Especificamente, busca-se investigar a interação entre esses dois elementos – o fortalecimento da representação evangélica e a crise brasileira – como processos coetâneos, sem a intenção de inferir uma relação de causa e efeito direta.

Compreende-se, portanto, que a abordagem do Estudo de Caso se apresenta como uma estratégia adequada para atender às demandas desta pesquisa. Sátyro e D'Albuquerque (2020) descrevem estudos de caso como uma abordagem de pesquisa que visa investigar fenômenos sociais complexos de maneira abrangente, analisando os processos e mecanismos fundamentais que estão no centro da investigação, separando-os de elementos secundários.

As autoras ressaltam que os estudos de caso frequentemente envolvem uma análise detalhada e aprofundada, concentrando-se em um único caso ou em um número reduzido de casos, o que permite uma compreensão mais profunda do fenômeno em questão. De acordo com as autoras, um estudo de caso exige uma análise minuciosa, abrangente e centrada nos processos internos ou interações de processos dentro do caso estudado. Essa análise intensiva é essencial para identificar mecanismos e compreender a relação entre diferentes áreas e dimensões que levam a resultados específicos.

Portanto, os estudos de caso são mais frequentemente utilizados em pesquisas que buscam análises detalhadas e de prevalência qualitativa. Doravante, a proposta do presente estudo de caso é de compreender um fenômeno dentro de um contexto específico. Essa modalidade concentra-se na interação entre o fenômeno em estudo e o ambiente circundante, buscando entender como o contexto influencia ou modela o fenômeno em questão (Lopes, 2022). Para tal, o caso precisa ser delimitado no tempo, espaço e contexto sociopolítico específico para garantir uma análise aprofundada e significativa dos processos em questão.

O primeiro desafio da pesquisa foi delimitar o período temporal para a análise da situação, ou seja, necessariamente identificar o intervalo do que chamamos de crise brasileira. Era fundamental compreender o que significa essa crise e estimar em que período ela se

desenrola. Por isso, esta seção metodológica foi precedida por uma ancoragem teórica em um conjunto de autores que analisam os percalços das crises contemporâneas, em seus contornos democráticos, políticos, representativos e societais, culminando no contexto brasileiro.

Os autores analisados na seção anterior convergem na descrição temporal da década de 2010. Portanto, consideramos iniciar nosso recorte temporal a partir de 2010. Esse período permite capturar desde os eventos iniciais e suas reações até a crise generalizada que se estendeu com impactos até os dias atuais.

É importante mencionar que dois autores principais influenciaram a escolha da abordagem em relação ao conceito da crise brasileira. O primeiro é Sérgio Abranches (2020), que realiza sua análise do contexto atual a partir de uma perspectiva macroestrutural, centrada na ideia da pós-modernidade. Abranches descreve a crise democrática, política e de representação tendo como pano de fundo os tempos atuais, que produzem pessoas mais desacreditadas e descomprometidas com as metanarrativas. Ele ressalta a ambiguidade inquietante entre afirmar que a crise brasileira possui características próprias, relacionadas à cultura política, ao perfil dos líderes e ao sistema político do país, e reconhece o contexto pós-moderno que transforma as relações sociais, apontando a necessidade de expandir as análises em muitas direções.

O segundo autor é Ronaldo de Almeida (2019, 2020), que, ao analisar a intersecção entre conservadorismo e evangelismo no contexto da crise atual, descreve uma crise com dimensões democráticas, políticas, representacionais e societais. A perspectiva de Almeida foi especialmente útil para esta pesquisa, que enfrentou um aparente *trade-off*: escolher entre focar a crise democrática e de representação, ou a crise política, econômica e outras dimensões que se desdobraram nos últimos anos. Almeida propõe uma visão multidimensional da crise brasileira, reconhecendo a necessidade de compreendê-la em vários aspectos.

O objeto desta pesquisa é o crescimento da representação evangélica, o que já indicava a necessidade de explorar teorias da representação e do sistema democrático. Isso não só porque estamos inseridos nesse contexto, mas também porque nosso objeto se refere a um processo institucional e particular desse sistema. Portanto, a ancoragem teórica inclui a teoria democrática e de representação, mas a análise da crise contemporânea não se limita a somente essas dimensões.

A seção a seguir detalha a coleta dos dados iniciais desta pesquisa, baseada em uma revisão sistemática visando verificar como a representação evangélica tem sido analisada no contexto da crise brasileira. Essa revisão sistemática permitirá dialogar com a literatura

existente para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. No entanto, nosso objetivo vai além da mera coleta e análise de dados; buscamos introduzir novidades analíticas e teóricas que ampliem a compreensão desse fenômeno.

3.2 Protocolos de seleção de dados: estratégias e critérios de coleta

Após a definição do estudo de casa dos parâmetros do escopo da pesquisa, o próximo passo consistiu em determinar a abordagem mais apropriada para coletar e analisar os dados relativos à representação evangélica em meio à crise brasileira. Embora consideramos importante extrair dados quantitativos, como o aumento do número de deputados evangélicos, reconhecemos que tal abordagem, por si só, não responde plenamente a essência da nossa pergunta de pesquisa. Nosso interesse reside não apenas no quanto a representação evangélica prosperou, mas principalmente em como.

Nesse sentido, foi fundamental iniciar com uma revisão sistemática da literatura em Ciências Sociais, verificando como nossa problemática tem sido analisada na literatura específica. Essa revisão nos permitiu mapear os principais temas, variáveis explicativas e descritivas presentes na literatura existente.

O método em questão utilizado nesta etapa foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), uma abordagem que se distingue de uma revisão de literatura convencional. Figueiredo Filho (2022), explica que enquanto uma revisão de literatura convencional, também conhecida como revisão narrativa, envolve a seleção de literatura de forma aleatória para sustentar o trabalho do pesquisador, a RSL vai além ao adotar uma série de protocolos rigorosos para seleção da literatura analisada.

Dessa forma, ao contrário de revisões tradicionais, onde a escolha de trabalhos pode ser influenciada por preferências pessoais ou por uma busca limitada, a RSL segue um protocolo pré-definido e transparente. Isso garante uma busca abrangente e sistemática da literatura relevante para a pesquisa, minimizando a possibilidade de enviesamento na seleção dos estudos incluídos.

O desenvolvimento de uma Revisão Sistemática da Literatura nesta pesquisa tem como uma de suas finalidades dialogar com toda a literatura conceitual previamente mobilizada e confrontar esses conceitos com os achados da RSL. Este diálogo é crucial, pois nos permite ir além da mera apresentação do que o campo está produzindo sobre o tema.

Nesse sentido, a função da RSL é fornecer uma síntese abrangente das evidências e uma visão geral do estado atual do conhecimento sobre um determinado tópico, reunindo os resultados de múltiplos estudos para oferecer uma conclusão geral. Ela também possibilita

uma avaliação crítica da qualidade das evidências e contribui para a minimização de vieses, através de um protocolo rigoroso que pavimenta o caminho para conclusões mais objetivas e confiáveis.

Além disso, a RSL vai ajudar a integrar resultados contraditórios de diferentes estudos, proporcionando uma visão mais clara e equilibrada sobre a questão em estudo. Consolidar e analisar os resultados de diversos estudos, vai contribuir para o desenvolvimento ou refinamento de teorias existentes, estimulando avanços teóricos significativos.

Tal abordagem representa um desenvolvimento metodológico crucial para evitar a seleção aleatória de literatura, o que poderia resultar em análises enviesadas. Esse método é especialmente importante em contextos acadêmicos e políticos, onde a transparência e a prestação de contas são valorizadas, assim como a democratização do conhecimento científico (Lycarião, Roque, Costa, 2023).

Para Lycarião, Roque e Costa (2023), a prática da RSL ainda permite que outros pesquisadores revisem e repliquem o estudo, contribuindo para a qualidade e credibilidade da pesquisa acadêmica. Além disso, a RSL inclui uma avaliação crítica da qualidade dos estudos incluídos, o que ajuda a identificar possíveis vieses nos dados disponíveis e a fornecer uma análise mais robusta e confiável acerca do estado da arte.

A seguir, descreveremos os passos adotados neste processo. Optamos por seguir o enquadramento proposto por Okoli (2019), que recomenda, inicialmente, focar no objetivo da revisão, para que se possa estabelecer critérios bem definidos para inclusão ou exclusão dos estudos a serem analisados.

O primeiro critério foi temporal. Definimos 2010 como o ponto de partida para os trabalhos a serem considerados, por dois motivos: primeiro, porque diversos autores trabalhados na seção conceitual deste estudo, convergem na ideia de que a crise brasileira pode ser analisada a partir do início dessa década; segundo, porque os dados numéricos que levantamos mostram um aumento de mais de 200% na representação evangélica no Congresso Nacional a partir desse período. Portanto, para chegar a um número viável de trabalhos a serem analisados, estudos publicados antes dessa data não foram incluídos na revisão sistemática.

O segundo critério de exclusão refere-se ao foco geográfico das análises. Consideramos apenas trabalhos que abordam a representação evangélica no Brasil, excluindo aqueles que tratam da representação evangélica em outros países. Da mesma forma, excluimos trabalhos que abordam a representação evangélica fora do contexto contemporâneo da crise brasileira. Assim, apesar de existir uma vasta produção sobre bases ideológicas,

teológicas, comportamentais e do ativismo evangélico, tais estudos não foram considerados na revisão sistemática propriamente dita, que se concentra especificamente na análise da representação evangélica e sua interação com a crise brasileira. No entanto, muitos desses estudos, embora desconsiderados na revisão sistemática, serão utilizados para apoiar a interpretação dos dados.

Tendo os critérios iniciais de inclusão e exclusão definidos, a etapa seguinte envolve a busca ativa da bibliografia em bases de dados especializadas, bibliotecas digitais, periódicos acadêmicos e outras fontes relevantes. Selecionamos as bibliotecas científicas utilizadas para a busca, o Portal de Periódicos da Capes, que abriga as teses e dissertações defendidas no Brasil, mas não se limita a apenas esta modalidade de produção, bem como o sistema SciELO¹⁷, um agregador de periódicos digital mais amplo. A escolha por esses dois buscadores reflete a opção por considerar trabalhos orientados, metodologicamente robustos e analisados por pares.

A partir de agora, é necessário definir as palavras-chave que serão inseridas nos buscadores online selecionados. Portanto, foi crucial considerar palavras-chave que expressem de forma específica o objetivo da revisão sistemática. As palavras-chave formuladas foram: “Representação evangélica e a crise”, “Evangélicos e a crise”, “Evangélicos e crise brasileira”, “Evangélicos e crise democrática”, “Evangélicos e crise de representação” e “Evangélicos e crise política”.

Quando as buscas foram realizadas nos buscadores selecionados, surgiram diversos textos, a maioria voltada para a análise do comportamento evangélico de forma geral, mas raramente focando em alguma dimensão da crise brasileira. Os trabalhos indicados pelos buscadores foram conferidos até o final da última página e, assim, considerados e excluídos de acordo com nossos critérios predefinidos. Dessa forma, 36 produções foram escolhidas e devidamente salvas. Posteriormente, essas produções foram registradas em um documento de trabalho, onde foram listados os títulos, autores, datas de publicação, veículos de publicação, fontes eletrônicas e resumos.

O procedimento seguinte à criação dessa listagem foi a seleção final da amostra. Nesta etapa, os trabalhos pré-selecionados foram profundamente analisados para verificar se atendiam ao objetivo da revisão sistemática. A partir desse momento, foram excluídos da revisão sistemática os trabalhos que abordavam dimensões que não dialogavam com nosso

¹⁷ SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e de outros países da América Latina e do Caribe.

objetivo. Prevaleceram dezessete trabalhos que estabeleciam ao menos algum ponto de diálogo com nossa pergunta de pesquisa¹⁸.

3.3 Abordagens e interpretação dos dados

Identificamos diversos indicadores, padrões e perspectivas de análise a partir da revisão sistemática. Para proporcionar uma análise detalhada e multidimensional do nosso estudo de caso sobre a ascensão da representação evangélica em meio à crise brasileira, decidimos dispor esses elementos em eixos temáticos para uma exploração mais didática e compreensível.

Satyro (2022) destaca que trabalhar com eixos temáticos pode ser vantajoso ao organizar a pesquisa em torno de temas amplos ou conceitos-chave, permitindo a análise detalhada e abrangente de padrões, tendências e características comuns relacionadas aos eventos, ações e percepções dentro desses temas. Esse tipo de análise é útil para descobrir padrões iniciais, identificar correlações ou diferenças entre diferentes temas ou categorias, e gerar hipóteses que podem ser investigadas mais profundamente em estudos subsequentes.

Nesse contexto, os eixos temáticos referem-se aos temas ou categorias principais que foram identificados e organizados durante a fase de revisão sistemática e posterior análise dos dados. Cada eixo temático representa uma dimensão específica, descritiva ou explicativa, da relação entre os estudos sobre a questão evangélica e a crise brasileira. Por exemplo, se parte dos trabalhos enfatiza a cooperação estratégica com os partidos políticos como um mecanismo necessário para ampliar a Bancada Evangélica, isso se torna um eixo temático, oferecendo uma explicação, ao menos parcial, sobre como o fortalecimento da representação evangélica tem ocorrido em meio à crise brasileira, que por sua vez envolve uma dimensão de representação e enfraquecimento dos partidos tradicionais.

Em termos gerais, um padrão distintivo na literatura está relacionado à análise frequente dos valores que emergem da teologia evangélica, apontando para um estilo de vida mais tradicional e conservador. Esses valores são comumente descritos como determinantes do comportamento político evangélico. Portanto, esse é um elemento dos valores é crucial quando se trata da questão evangélica na política. A literatura analisada destaca o impacto das interpretações teológicas evangélicas na política contemporânea.

Autores como Souza Jr. e Souza (2020) e Oliveira e Freire Jr. (2022) investigam como valores conservadores absorvidos da teologia evangélica têm influenciado o posicionamento político dos evangélicos. Eles apontam para a comunicação de massa conduzida por igrejas

¹⁸ Os trabalhos que constituem a seleção final da amostra da RSL estão em anexo.

evangélicas e a monetização dessas demandas conservadoras, com líderes religiosos abordando questões políticas nas mídias. A visão de “soberania divina” também é discutida, destacando como essa interpretação teológica pode suplantiar o espaço democrático, transformando adversários políticos em inimigos de Deus (Rivera, 2021). Essas interpretações teológicas não apenas moldam o comportamento político, mas também ressignificam crises específicas, como a pandemia de COVID-19, espiritualizando-as e fortalecendo correntes políticas alinhadas com valores evangélicos.

É o caso de Souza Jr. e Souza (2020), que partem da premissa que “condições discursivas” na conjuntura atual foram capazes de reposicionar os evangélicos como um grupo diferenciado na democracia brasileira. Os autores dedicam grande parte do desenvolvimento do trabalho, analisando como Jair Bolsonaro, sua esposa Michelle Bolsonaro e candidatos pastores em geral foram capazes de materializar e monetizar uma demanda por um conservadorismo absorvido de valores e interpretações teológicas que se sobrepõem a qualquer normativa.

Oliveira e Freire Jr. (2022), ao discutirem a presença dos evangélicos no cenário político brasileiro, iniciam sua análise com uma provocação que até ressoa com a nossa própria abordagem:

Por que tamanho sucesso de líderes religiosos evangélicos no cenário político? Seria uma expressão de uma sociedade que, ainda que esteja salvaguardada por um Estado laico, procura representantes políticos guiados por moralidade religiosa, ou seria uma articulação política que se aproveita de valores caros à democracia, como a liberdade religiosa, liberdade de imprensa e expressão, para consolidar um projeto de poder que coloca em questão o conceito de secularização do Estado e da sociedade? (Oliveira e Freire Jr., 2022, p. 1).

Os autores trilham um caminho de resolução igualmente destacando a incorporação ao longo do tempo de interpretações teológicas, que contribuem para a coesão política entre os evangélicos. Eles também apontam que a comunicação de massa conduzida por grandes igrejas evangélicas, incluindo na televisão e no rádio, desempenhou um papel importante na influência dos líderes religiosos, que passaram a abordar questões políticas nessas mídias e a abrir espaço para novas lideranças políticas emergentes associadas à extrema-direita, que obtém sucesso em influenciar o cenário justamente por mobilizarem valores familiares aos evangélicos.

Kniess e Santos (2020) falando sobre a adesão a valores democráticos, destacam, através de *surveys*, que os evangélicos têm menor disposição em dialogar com grupos que expressam opiniões e estilos de vida diferentes e também têm menor predisposição de assumir

que a democracia é o melhor regime. No entanto, os autores ressaltam que esses dados se equiparam, em média, com os indicadores de renda e escolaridade. Consequentemente, concluem que desvincular os evangélicos de fatores como renda, educação e etnia, e defini-los como uma categoria específica na compreensão da cultura política brasileira contemporânea, é uma tarefa desafiadora e complexa. Embora seja comum referir-se ao grupo como uma nova clivagem eleitoral, os autores enfatizam a necessidade de cautela e precisão ao analisar o grupo e suas aspirações políticas. Além disso, eles optaram por não incluir a crise da democracia como uma variável independente nessa discussão.

Rivera (2021) realiza uma análise da representação contemporânea dos evangélicos, e conclui que se cria uma oposição entre religião e democracia em meio a esse grupo. Similar a outros autores, ele examina os aspectos teológicos que fundamentam o ativismo do grupo, e também conclui que a percepção de uma “soberania divina”, produz um antagonismo com a ideia de democracia terrena.

Esse cenário, conforme explicado por Rivera (2021), cria um ambiente desfavorável para a plena realização de práticas democráticas. Algo que aprendemos da análise do autor é que os evangélicos, por espiritualizar sobremaneira a vida terrena, o que inclui os contextos políticos, poderiam normalizar uma eventual crise como parte de um propósito maior. Fica claro, portanto, que o primeiro eixo temático a ser explorado trata-se das interpretações teológicas evangélicas.

Um dos aspectos abordados anteriormente é a habilidade dos evangélicos de reinterpretar as crises por meio de seu sistema particular de valores e crenças. A partir disso, alguns autores exploram situações que guiam tal perspectiva. Alguns autores analisam o comportamento evangélico diante de crises específicas, como a pandemia de Covid-19 (Reis, 2021) e a crise de segurança pública no Rio de Janeiro (Machado, Nacif, 2016). Esses estudos de caso dialogam significativamente com nossa proposta através de suas abordagens situacionais, e destacam que a comunidade evangélica tende a interpretar as crises de maneira espiritualizada, ou seja, interpretações puramente racionais nem sempre predominam, e certas crises ou períodos podem ser reinterpretados de maneira totalmente particular. Esse processo pode fortalecer correntes políticas que promovem uma narrativa escatológica dos eventos.

Estudos como o de Reis (2021) e Silva e Silveira (2023) examinam como líderes evangélicos reinterpretam crises, dando o exemplo da pandemia de Covid-19, para consolidar uma narrativa de perseguição religiosa e reforçar a identidade cristã na política. Machado e Nacif (2016) destacam como cenários caóticos, como a crise da segurança pública, fortalecem

estratégias políticas evangélicas e consolidam lideranças locais, que apelam para a intervenção divina na esfera política, mobilizando conceitos como mérito e punição.

Essa análise do comportamento político em contextos de crise contribui para entender como os evangélicos mobilizam sua base e expandem sua influência política. Portanto, o comportamento político evangélico em tempos de crise também emerge como um eixo temático.

Outro conjunto de autores (Lacerda, 2022; Borges, Babireski, 2022), igualmente versado em alguma dimensão do comportamento e da representação política evangélica, destaca o sistema partidário brasileiro fragmentado como um facilitador do sucesso evangélico na política. Para esses autores, o argumento é de que este panorama se consolida diante da atual crise de representação, na qual os partidos enfraquecidos abrem espaço para candidaturas evangélicas em busca de peso eleitoral.

Portanto, em vez de partir de uma análise em que o objeto é a representação evangélica ou mesmo o comportamento de maneira mais ampla, os autores investigam como as instituições moldam a participação desse grupo. Nesse sentido, a fragilidade do sistema partidário brasileiro e seu papel na ascensão de novos grupos. Lacerda (2022), Borges e Babireski (2022) argumentam que a crise nos partidos tradicionais abriu espaço para candidaturas evangélicas, criando uma situação de co-dependência eleitoral. De um lado, os candidatos evangélicos precisam de partidos para viabilizar suas candidaturas, enquanto os partidos enfraquecidos buscam candidatos com potencial e influência entre o público evangélico. Daí surge a prática comum de incorporar o título de pastor ao nome do candidato, entre outros títulos e abordagens que possam direcionar o candidato ao público evangélico. Esse fenômeno é resultado do enfraquecimento das instituições políticas, com evangélicos ocupando mandatos e influenciando agendas políticas dentro de um sistema partidário fragmentado.

Lacerda (2022) inclusive questiona a tese simplista de que o aumento numérico dos evangélicos seja responsável por sustentar a crescente representação política e influência do grupo. Ele afirma que a representação política dos evangélicos, e seu eventual apogeu, é mediada pelas instituições políticas, em um processo que começa no interior das igrejas e chega até os partidos “alugados”. Portanto, a fragilidade do sistema partidário e das instituições no seio da crise brasileira, constitui outro eixo temático.

Por fim, alguns autores (Hermida, Lira, 2020; Conceição, Nobre, Nunes, 2023) ressaltam a associação que a bancada evangélica tem feito com perspectivas ultraliberais¹⁹. Isso influencia a atuação da representação evangélica, uma vez que há a percepção de que a ampliação da regulamentação estatal pode se voltar contra a comunidade evangélica, resultando em políticas públicas contrárias a seus valores. Do lado do mercado, há uma tentativa de reduzir a regulamentação do Estado por razões ligadas à liberdade econômica. Surge, então, uma convergência de agendas, à medida que atores ultraliberais passam a casar suas agendas com pautas evangélicas, ligadas ao comportamento.

Hermida e Lira (2020) e Conceição, Nobre e Nunes (2023) contextualizam essa visão a partir da crise do emprego, o subemprego e o fenômeno da uberização da economia. Diante disso, corrigir e atualizar as demandas trabalhistas seria considerado excessivamente custoso para as grandes corporações, fazendo com que surjam *lobbies* interessados em contornar a situação através da ampla desregulamentação e o enfraquecimento do Estado. Para os autores, é nesse contexto que a associação com a Bancada Evangélica se torna relevante, e assim a mesma se fortalece.

A convergência de ideologias ultraliberais e fundamentalistas religiosas, explorando o medo e promovendo uma agenda conservadora alinhada com a desregulamentação estatal, ascende como um eixo temático. Assim, esses quatro eixos temáticos fornecem uma visão abrangente que nos permite analisar em profundidade como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira.

¹⁹ Ultraliberalismo é uma ideologia econômica que defende a mínima intervenção do Estado na economia, promovendo uma desregulação quase total dos mercados, a privatização extensiva dos serviços públicos e a redução drástica de impostos e gastos governamentais. De acordo com Dardot e Laval (2013), essa ideologia se contrapõe aos fundamentos da democracia, reconfigurando cidadãos como atores econômicos e instituições públicas como empresas, o que mina os valores democráticos e enfraquece a cidadania ativa.

4 EIXOS TEMÁTICOS

Doravante, os eixos temáticos que surgiram da revisão sistemática apontam os caminhos de uma investigação profunda e abrangente. Ao identificar e agrupar esses elementos fundamentais, visamos não apenas descrever, mas também compreender em profundidade como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira. A análise detalhada de cada um desses eixos temáticos não apenas nos permite explorar as nuances e complexidades desse fenômeno, mas também oferece percepções valiosas sobre suas implicações mais amplas:

Eixo Temático	Descrição
Interpretações Teológicas	Neste eixo, destacam-se as interpretações da teologia sistemática evangélica e como essas interpretações modelam valores políticos e criam demandas de representação política.
Comportamento Político em Tempos de Crise	Neste eixo, destaca-se como os evangélicos respondem politicamente durante as crises, muitas vezes adicionando uma percepção espiritualizada das situações e mobilizando elementos da fé para fundamentar a participação e direcionar a representação.
Fragilidade do Sistema Partidário e das Instituições Políticas	Neste eixo, destaca-se a crise de representação e dos partidos políticos e como isso favorece o sucesso das candidaturas evangélicas e mais profundamente, como isso favorece a confessionalização da política.
Parcerias Legislativas Estratégicas	Neste eixo, destacam-se as parcerias estratégicas da Bancada Evangélica no Legislativo. Como a frequente atuação em conjunto da “Bancada BBB” - (Bíblia, Bala e Boi) e a associação entre setores ultraliberais fortalece a representação evangélica.

Tabela 1 - Eixos Temáticos (Elaboração própria).

A seção seguinte não se limita a simplesmente documentar eventos, mas busca lançar luz sobre os padrões subjacentes, tendências emergentes e interações dinâmicas relacionadas ao caso em questão. Neste ponto, os eixos temáticos são minuciosamente analisados e explorados com base nas principais perspectivas sobre o assunto, já discutidas na primeira

parte desta dissertação. O objetivo é compreender detalhadamente os mecanismos fundamentais presentes nesses eixos, visando integrar as discussões ao contexto da crise brasileira e assim consumir a proposta do presente estudo.

4.1 Interpretações Teológicas: Como a teologia evangélica cria demanda por representação política

O termo “evangélico” é muitas vezes utilizado de forma genérica para designar um grande número de denominações cristãs não-católicas, com significativas diferenças, portanto, antes de dizer de uma “teologia evangélica”, é preciso desenvolver melhor quem são esses que estamos chamando de evangélicos.

De modo geral, como explica Freston (1994) pode-se dividir os evangélicos em três grandes grupos, que surgiram cronologicamente. O primeiro grupo deriva diretamente da Reforma Protestante de 1517, portanto, são igrejas que absorveram as doutrinas de Lutero e Calvino, como exemplos as igrejas Luterana e Presbiteriana. A esses denomina-se “igrejas históricas” e como característica possuem organização eclesial baseada na burocracia interna com assembleias, conselhos, regimentos, eleições e mandatos para cargos de liderança local. Há algumas décadas os protestantes históricos constituem a menor porcentagem no total de evangélicos (Freston, 1994).

Seguindo a cronologia, Freston (1994) nos ajuda a entender que após a Reforma Protestante, de 1517, surgiram constantes movimentos de renovação das práticas litúrgicas, que incluíram atualizações teológicas devidas à reinterpretação de pontos da Bíblia. Desses sucessivos movimentos de renovação nasceu o Movimento Pentecostal no início do século XX. De caráter avivacionista, este movimento entende que a fé cristã precisa ser necessariamente manifestada nos chamados dons do Espírito Santo, como dons de falar em línguas (um sinal de batismo do Espírito Santo), dons de curas miraculosas entre outros (Freston, 1993). O autor explica que o Movimento Pentecostal retomou a passagem bíblica de Atos 2, que narra que um dia no início da Igreja Primitiva, ocorreu o evento da descida do Espírito Santo, seguida de intensa manifestação de dons sobrenaturais. A passagem bíblica narra que os presentes naquela reunião foram tomados de forma sobrenatural pelo Espírito Santo e que por isso começaram a manifestar dons igualmente sobrenaturais.

Por causa disso, o Movimento Pentecostal difere das igrejas históricas, que por sua vez entendem que os dons miraculosos narrados em Atos 2 cessaram, isto é, foram só para aqueles dias. Os pentecostais acreditam que esses dons só precisavam ser invocados (Freston, 1993). Desse pensamento que ficou conhecido como “avivacionista”, nasceram igrejas que se

caracterizam pela intensa busca de manifestações espirituais, destacando-se as vertentes da Igreja Assembleia de Deus²⁰, maior denominação em número de membros.

Os evangélicos pentecostais, que somam a maioria entre os evangélicos, dividiram-se em muitas denominações com práticas distintas, mas sempre acionando tais dons miraculosos e sobrenaturais, tornando os seus cultos muito característicos pelas manifestações orais em meio ao culto, com gritos de “glória à Deus”, “aleluia” entre outros, além de um estilo de vestimentas mais formal. Historicamente se estabeleceram nas periferias das grandes cidades, absorvendo grande parte da população preta e periférica ao longo das décadas (Freston, 1993), o que fez Oliveira (2018) considerar o pentecostalismo “a religião mais negra do Brasil”.

Naturalmente, após os pentecostais vieram os neopentecostais a partir da década de 1970 (Freston, 1994). A principal característica que os difere é a inovação nas práticas ritualísticas, sendo por alguns autores classificadas como sincretistas, uma vez que tais práticas incorporam elementos presentes em outras religiões, como as tradicionais “Sessões de Descarrego”, tradição umbandista incorporada pela Igreja Universal do Reino de Deus²¹ (Silva, 2019).

A doutrina do neopentecostalismo se baseia fortemente no que tem sido denominado de Confissão Positiva, personificado na Teologia da Prosperidade. Nessa visão, coisas ruins que acontecem na vida do fiel são um sinal de falta de fé, pecado ou ainda atuação de demônios (Lemos, 2017). Tal interpretação é controversa no meio evangélico, criando resistências a ponto de algumas igrejas passarem a considerar como seitas as denominações que adotam tais posicionamentos. Isso não freou a meteórica ascensão das denominações neopentecostais, que passaram a comprar canais de TV para transmitir seus cultos e atrair mais fiéis interessados em uma vida de milagres e prosperidade (Freston, 1994).

Boas (2020) explica que até os anos 1970, os evangélicos pentecostais se fizeram discretos politicamente, resultado do entendimento de que a política fazia parte do evitado “mundo secular”. Foi a partir de reformulações na hermenêutica da teologia pentecostal, que esse quadro começou a mudar nos anos 1980 em diante, o que não por acaso, coincide com o

²⁰ A Igreja Assembleia de Deus foi fundada em 1911 por missionários avivacionistas. Seu principal pastor varia conforme as diversas denominações locais, já que a estrutura é descentralizada. Entre as lideranças que se destacam, estão os pastores Samuel Ferreira e Silas Malafaia. É uma das maiores denominações pentecostais do mundo, com milhões de seguidores globalmente, sendo especialmente influente no Brasil. Segundo o censo de 2010, a igreja contava com cerca de 12 milhões de membros no país.

²¹ A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é uma denominação neopentecostal fundada no Brasil em 1977 por Edir Macedo. É conhecida por sua ênfase na teologia da prosperidade e por práticas de exorcismo e cura divina. Possui uma presença significativa globalmente, com milhões de seguidores, especialmente no Brasil e em países africanos. No Brasil é apoiada por um conglomerado de mídias pertencentes a seu líder, Edir Macedo, como o canal de televisão Record TV (Silva, 2019).

início do movimento neopentecostal e a grande penetração na televisão (Leon, Guadalupe, 2020). A partir daquele momento, avançar em direção às mídias de massa tornou-se o principal método de expansão do evangelicalismo, e não mais era exclusivo dos neopentecostais. As igrejas passaram a competir por horários em canais de TV.

Consagrados na ocasião da Constituinte e com a maior penetração nas mídias de massa, os evangélicos tornaram-se cada vez mais influentes na sociedade brasileira. A histórica baixa participação política deu lugar a uma nítida organização tanto em termos eleitorais, como em pressão popular. O segmento religioso virou a chave, passando da apatia política para o ativismo político (Leon, Guadalupe, 2020).

Para Boas (2023), mesmo que os evangélicos pertençam a diversas denominações, existem valores compartilhados que os unem como uma massa política distinta. Apesar da considerável diversidade doutrinária e prática religiosa entre as denominações evangélicas, há certos princípios e crenças em comum que influenciam a esfera política. Esses aspectos são observados quando, por exemplo, os evangélicos valorizam intensamente questões éticas e morais, fundamentadas em suas interpretações bíblicas, e isso os motiva a participar de debates políticos sobre temas como aborto, casamento e sexualidade. Da mesma forma, muitos evangélicos adotam uma postura socialmente conservadora, defendendo valores tradicionais ligados à família e à sociedade.

Como resultado, nos últimos anos, os evangélicos têm demonstrado um aumento significativo no engajamento político, especialmente em assuntos que consideram cruciais para sua fé, como a defesa da liberdade religiosa e da vida. A identidade religiosa evangélica frequentemente se mescla com a identidade política, levando os evangélicos a se organizarem como uma força política coesa em torno de agendas específicas e candidatos (Souza Jr., Souza, 2020). Embora haja variações entre as denominações evangélicas em termos de práticas litúrgicas e teológicas, esses valores compartilhados desempenham um papel importante na formação de uma identidade política distinta entre os evangélicos, tanto no contexto brasileiro quanto em outras realidades políticas.

Segundo defende Fausto Neto (2004), com a midiaticização das igrejas, o evangelicalismo aderiu a práticas secularizantes na esteira do consumismo. As igrejas passaram a transmitir seus cultos, tentando atrair cada vez mais fiéis com abordagens modernas, reconfigurando a noção de que para ser “separado das práticas do mundo”, não é necessário se isolar dele. Segundo o autor, a cultura gospel tem como pano de fundo a “indústria gospel” de igrejas que funcionam com a mesma lógica de empresas, oferecendo

produtos sob a alta demanda de um público ávido por consumir itens com o selo simbólico de santo.

Bíblia personalizadas, CDs, *shows*, retiros espirituais, congressos, viagens à Terra Santa são algumas das opções oferecidas pelas igrejas. Os fiéis não entendem essa agenda de consumo como tal, mas como parte da edificação da fé. Podemos dizer de uma cultura gospel, com seus próprios padrões de consumo, valores e disseminação de ideias (Fausto Neto, 2004).

Fausto Neto (2004) destaca que a midiaticização das igrejas, somada à atuação das lideranças evangélicas é determinante para o sucesso político dos evangélicos, tanto do ponto de vista eleitoral, quanto do ponto de vista da agenda moral apreendida principalmente pela extrema-direita nos últimos anos, destaca Borda (2020), essa agenda se expande a partir da profissionalização da comunicação das igrejas, e necessariamente conta com o importante papel das lideranças, que agendam os temas nos cultos e mais recentemente, nas mídias sociais.

Conforme explica Borda (2020), existe uma percepção de um “cristianismo cultural” comum aos evangélicos que favorece a organização política, movida pela defesa de algumas pautas entendidas como parte estruturante da fé: “a oposição majoritária em seu grupo leva o evangélico [...] a assumir que a oposição ao casamento gay e ao aborto é uma característica inerente à sua fé” (Borda, 2020, p.138). Sustentado pelas principais lideranças evangélicas, tornou-se popular no meio evangélico o entendimento de que o avanço de pautas progressistas na sociedade representam risco à família tradicional e por causa disso, cristãos evangélicos alegam rotineiramente sofrer perseguição religiosa no Brasil (Boas, 2020).

Conforme explica Borda (2020), o avanço das pautas progressistas e a ampliação de direitos das minorias são interpretados como uma forma de perseguição religiosa, orquestrada de forma maligna com o objetivo de destruir a família tradicional, ao fazer a sociedade relativizar a máxima religiosa de que o conceito de “família” deve ser usado apenas para se referir à união de casais heterossexuais. Nesse entendimento, a elaboração de leis que ampliam os direitos dos LGBT+, por exemplo, é interpretada como uma forma de perseguição, de viés institucional, digna de protesto e mobilização política (Borda, 2020).

Os valores que orientam o comportamento político dos evangélicos têm raízes profundas em interpretações teológicas e na análise das escrituras sagradas. Essa ligação intrínseca entre fé e política reflete uma abordagem moral e ética moldada pelas convicções religiosas dos evangélicos, as quais são fundamentadas em interpretações específicas das doutrinas evangélicas. Por exemplo, suas perspectivas sobre temas como a santidade da vida, a família e a sexualidade são influenciadas diretamente por suas interpretações das Escrituras.

Ademais, a constante leitura e reinterpretação da Bíblia desempenham um papel crucial na formação desses valores políticos. Os evangélicos consideram a Bíblia como a autoridade final em questões de fé e prática, e muitos de seus posicionamentos políticos são derivados de princípios extraídos das escrituras sagradas. Isso abrange questões como justiça social, direitos humanos e liberdade religiosa. É notável também a evolução da teologia sistemática evangélica ao longo do tempo, com a incorporação de novos paradigmas, como o neopentecostalismo, que trouxe uma abordagem mais proselitista e deliberadamente influente na esfera política.

Um exemplo disso é a emergência da chamada Teologia do Domínio, uma vertente que prega que as instituições políticas devem ser alvos dos evangélicos para que possam atuar nelas em prol dos princípios religiosos. Assim, as convicções políticas dos evangélicos não são meramente uma extensão de suas crenças religiosas, mas também são informadas por uma interpretação cuidadosa da teologia e das escrituras sagradas. Pereira (2022) acrescenta que a chamada Teologia do Domínio deu ainda mais impulso a este processo de mobilização política dos evangélicos.

Adotada pelas principais denominações evangélicas do país, a Teologia do Domínio, segundo o autor é a ideia de sair da passividade e conquistar novos espaços, inclusive dentro das instituições do Estado. A ideia é ocupar espaços de poder e influência em áreas estratégicas da sociedade assim listadas como os “Sete Montes”: Educação, Mídia, Governo, Religião, Família, Negócios e Entretenimento (Pereira, 2022). Dessa forma, o objetivo é concretizar o mandamento bíblico de “expandir o Reino de Deus”, literalmente ocupando espaços secularizados, e assim, deliberar sobre questões públicas de forma confessional. Nesse contexto, ganha ainda mais força a ideia de que há uma batalha espiritual do “bem contra o mal”, que se personificou ao máximo no período da crise brasileira (Almeida, 2020).

Assim, torna-se claro que qualquer estudo relacionado à participação política dos evangélicos deve necessariamente considerar as teorias que abordam o comportamento influenciado pelas interpretações específicas da teologia evangélica. Essa interseção entre fé e política estabelece uma base sólida para o engajamento político dos evangélicos, que é impulsionado por valores e princípios enraizados em suas convicções religiosas mais profundas, as quais se sobrepõem sobre qualquer outra identidade ou influência externa

Portanto, o mecanismo fundamental na formação política dos evangélicos são os valores, os quais são socializados como sendo bíblicos, considerados inegociáveis, inerrantes e absolutos. Essa socialização ocorre dentro das igrejas, criando uma lógica na qual as lideranças também precisam se submeter e emanar esses valores para obter sucesso em

influenciar. Em outras palavras, a autoridade das lideranças só é reconhecida se elas forem percebidas como defensoras e propagadoras desses valores.

Borda (2020) confirma que é a partir desses valores, mobilizados como “inegociáveis”, que as lideranças têm seu ativismo político validado. Por exemplo, se um pastor diz que tal político ou tal partido defende o “casamento gay”, ele está transmitindo uma informação política que é mobilizada sob valores, primeiro de que a “prática homossexual”, como referem, é pecado; segundo, porque a ideia de casamento, ou mesmo de união civil, não deveria ser estendida como um direito a todos, por entender que este é um privilégio apenas de casais heterossexuais. Portanto, a igreja deveria se opor e não apoiar tal partido ou candidato que defende esta pauta.

Doravante, constata-se a capacidade de trânsito do mecanismo dos valores: ainda que os evangélicos se dividam em numerosas denominações, os tais valores bíblicos comuns viajam interdenominacionalmente, agregando politicamente um vasto número de igrejas, que mesmo discordantes teologicamente, se unem em uma luta por valores comuns. É por isso que os evangélicos se tornaram uma clivagem eleitoral sólida. Em outras palavras, a numerosa quantidade de denominações e placas de igrejas não são impeditivas de formar uma massa evangélica que se liga por valores.

Portanto, essas constatações dizem não somente de uma socialização óbvia a partir da interação entre os indivíduos nos cultos, mas diz de toda uma cultura gospel, com seus próprios atores, veículos de comunicação, hierarquias, valores e códigos cujas lideranças também precisam se sujeitar para conquistar a confiança dos fiéis e então tornarem-se respaldadas para aconselhar sobre temas políticos.

Sendo assim, é mais importante defender os valores comuns aos evangélicos do que necessariamente ser evangélico, o que em partes, explica a popularidade de líderes como o ex-presidente Jair Bolsonaro no grupo, mesmo identificando-se como católico; bem como, a ampliação no Congresso Nacional da Bancada Evangélica, que cada vez mais é acrescida de congressistas simpatizantes, que nem sempre professam a fé evangélica.

Por conseguinte, através de uma ideia de que a representação se baseia no pressuposto de que a classe política precisa pautar sua atuação em valores religiosos, e portanto, ainda que a política partidária seja oficialmente combatida por algumas denominações — isto é, não é desejável transformar a igreja em um palanque eleitoral — as lideranças veem como importante discutir valores que consolidam preferências políticas orientadas pela fé (Boas, 2020).

Portanto, esses fatores criam no meio evangélico uma demanda por um conservadorismo político, que coloca a pauta de costumes no centro do debate público. Houve nos últimos anos o que Borda (2020) chama de “sacralização da direita”, eleita para combater os valores contrários à família tradicional, que tremulariam malignamente nas bandeiras da esquerda. Para este eleitorado, os candidatos precisam invariavelmente reverberar valores bíblicos em suas propostas (Mariano, Gerardi, 2020).

Embora existam grupos de evangélicos de viés progressista, estes até o momento não conseguem mobilizar politicamente quantidade significativa do total de evangélicos (Boas, 2023), a exemplo da atuação do deputado federal de esquerda Pastor Henrique Vieira (PSOL), fortemente criticado pelas principais lideranças evangélicas (Brito e França, 2024). Sendo assim, a maior parte das denominações evangélicas reivindica politicamente os tais valores personificados em investidas conservadoras (Guadalupe, 2020).

Doravante, os evangélicos parecem estar preocupados tanto com a instabilidade da sociedade pós-moderna, quanto com os movimentos sociais que têm conquistado direitos fundamentais, especialmente relacionados aos LGBTQs+. Como resultado, a reação evangélica a esses avanços progressistas se configura muitas vezes como um contra-movimento reacionário. Para os evangélicos, há uma crise dos valores na sociedade, que desafia o estilo de vida mais conservador que querem levar.

Mais do que isso, os evangélicos se sentem espiritualmente atacados e potencialmente ameaçados, com a ascensão de qualquer identidade, não reconhecida como dotada dos valores bíblicos que os preenchem. Prevalece um constante pânico moral com a percepção de uma modernidade assediadora, produzindo uma guerra espiritual contra o mundo, seus valores antagônicos e seus defensores, aparentemente à esquerda. Este cenário, que se desdobra em meio à crise brasileira, condiciona como os evangélicos se comportam diante da crise, como formulam suas estratégias de ascensão ao poder e como celebram os termos de sua participação política.

Portanto, esse eixo temático resume a base essencial da identidade evangélica, que é fundamental para discutir qualquer aspecto do ativismo, do comportamento e das preferências políticas da comunidade. Os valores desse eixo, derivados de interpretações bíblicas e relacionados à teologia sistemática do grupo, são fundamentais para a consolidação da representação política evangélica, pois doravante, são esses valores organizados pela teologia que moldam a visão de mundo da comunidade e a forma como se deve ser, agir e participar na sociedade. Essa base se conecta diretamente com a maneira como os evangélicos se engajam em tempos de crise, como será explorado no eixo seguinte.

4.2 Comportamento Político em Tempos de Crise: Como os evangélicos se engajam na crise

Os evangélicos têm uma perspectiva particular ao interpretar as crises, filtrando esses eventos através de uma lente teológica e espiritualizada (Silva, Silveira, 2023). Para eles, as crises não são simplesmente eventos isolados ou coincidências, mas são percebidas como parte de uma narrativa espiritual mais ampla, muitas vezes interpretada como uma batalha entre forças divinas e malignas (Mariano, Gerardi, 2020). Essa visão transcende a abordagem puramente lógica e racional, dando lugar a uma compreensão mais subjetiva e baseada na fé.

Durante momentos desafiadores, os evangélicos tendem a confiar na providência divina, acreditando que os eventos estão de alguma forma alinhados com o plano de Deus para suas vidas e para a humanidade como um todo (Borda, 2020). Em vez de depender exclusivamente de soluções práticas ou políticas, eles se voltam para sua fé como uma fonte de orientação e consolo.

Para algumas lideranças evangélicas, as medidas de emergência adotadas durante crises, como foram as restrições a cultos presenciais durante a pandemia de Covid-19 (Reis, 2021), são interpretadas como sinais espirituais. As restrições da pandemia a cultos presenciais foram motivo de um embate para além da racionalidade. Lideranças religiosas de destaque como o pastor Silas Malafaia da Assembleia de Deus, pressionou o então presidente Jair Bolsonaro a se posicionar contra as diretrizes sanitárias da pandemia. Para Malafaia e outras lideranças, as medidas sanitárias eram reflexos de uma oposição espiritual ou até mesmo como uma forma de perseguição religiosa, alimentando uma narrativa de confronto entre o sagrado e o secular.

Durante os períodos de crise, também há um aumento na disseminação de mensagens proféticas e escatológicas entre os evangélicos (Silva, Silveira, 2023). Muitos creem que os eventos catastróficos são indícios do fim dos tempos descritos na Bíblia, interpretando-os como o cumprimento de profecias e preparando-se espiritualmente para os desdobramentos futuros.

Essas interpretações teológicas não apenas influenciam o comportamento individual dos evangélicos, mas também moldam sua participação política durante crises (Reis, 2021; Silva, Silveira, 2023). A perspectiva espiritualizada dos eventos fortalece a coesão interna da comunidade religiosa, promovendo um sentido de propósito e unidade em torno de suas convicções compartilhadas.

Boas (2020) explica que, ao longo do tempo, muitos estudiosos do comportamento político investigaram como os evangélicos interagem entre si e promovem suas pautas coletivas. O autor afirma que, no tocante à forma mais básica de participação política na democracia, o voto, fala-se de um “voto evangélico”. A teoria mais emergente desde os anos 1980 era chamada de “irmão vota em irmão” (Freston, 1994), a ideia de que os evangélicos se uniam em torno de candidaturas de membros de suas comunidades para exercer uma representação por identidade.

A principal reformulação da teoria do voto evangélico é que agora, os candidatos premiados com o voto são aqueles que reverberam posicionamentos conservadores claros, impregnado de valores religiosos, sejam eles evangélicos ou não (Boas, 2023).

A propósito das eleições de 2018, Jair Bolsonaro, o candidato mais popular entre os evangélicos, seguiu com o lema de campanha “O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, mobilizando fortemente valores que convergiam na defesa da família tradicional, tal como os evangélicos prezam e sentem que está ameaçada (Mariano, Gerardi, 2020).

Bolsonaro direcionava mensagens específicas para a população evangélica, reinterpretando a realidade de maneira a promover uma visão de mundo alinhada com seus valores conservadores. Ele utilizava uma narrativa totalitária, apresentando a defesa da família tradicional, a luta contra a “ideologia de gênero”²² e a proteção dos valores cristãos como batalhas essenciais para a sobrevivência da nação. Esse discurso ressoava fortemente entre os evangélicos, que se sentiam representados e protegidos por suas políticas.

Essa abordagem ajudou a consolidar um apoio sólido entre os evangélicos, que viam em Bolsonaro um defensor de seus valores e crenças. A estratégia de Bolsonaro transformava questões políticas e sociais em uma cruzada moral, simplificando a complexidade da realidade em uma luta do bem contra o mal, uma característica dos regimes totalitários. Além disso, Bolsonaro se apresentava como a voz das “pessoas de bem” contra uma elite corrupta e inimigos comuns, reforçando sua posição de líder próximo e protetor da moralidade cristã.

O caso de Bolsonaro, segundo Boas (2020), exemplifica como os evangélicos têm demonstrado nos últimos anos um maior alinhamento político com a direita e a extrema-direita, demonstrando a socialização dessa preferência política dentro do meio

²² “Ideologia de gênero” é um termo desqualificador usado por críticos das políticas de gênero. O termo é frequentemente utilizado para atacar e deslegitimar as políticas que promovem a igualdade de gênero e os direitos das pessoas LGBTQ+, apresentando essas políticas como uma agenda ideológica imposta, que teria como objetivo verdadeiro promover ensinamentos para confundir ou influenciar negativamente as crianças. Essa visão é amplamente contestada por especialistas em educação, psicologia e direitos humanos, que defendem que a educação sobre gênero e diversidade visa promover a aceitação, o respeito, o bem-estar e a segurança de pessoas LGBTQ+ na sociedade (Borges, 2018).

evangélico. Essa afirmação está em linha com a clássica teoria do voto sociológico, frequentemente invocada em discussões sobre religião e voto.

A abordagem sociológica do voto remonta os trabalhos seminais de Lazarsfeld e seus pares de Columbia, inaugurada com a obra *The People's Choice* (1948). Na abordagem sociológica a premissa é que as preferências políticas são produtos da interação social entre os indivíduos, portanto, se um indivíduo interage com outros indivíduos em um mesmo grupo social, este tende a absorver comportamentos comuns daquele grupo. O grupo social é relevante na formação das preferências políticas ao passo em que os indivíduos de um grupo compartilham interesses, necessidades e afetos, o que colabora para que aquele grupo enxergue o mundo do mesmo ponto de vista e faça uma interpretação similar dos mesmos fatos sociais (Lazarsfeld, 1948).

Nesse sentido, a tradição de Columbia sugere o impacto da socialização promovida pela vida na igreja e suas atividades relacionadas, cultos, células, confraternizações etc, que promove tamanha socialização capaz de conformar opiniões (Lazarsfeld, 1948). Para que essa conformação de opiniões seja efetiva existem fatores que fortalecem a constituição de padrões de comportamento entre os membros das igrejas: a frequência nas atividades da igreja, o nível de integração do indivíduo ao grupo, a realização de muitos eventos e a atuação das lideranças religiosas (Rodrigues, Fuks, 2015). A partir desses indicadores é possível, por exemplo, medir se uma igreja específica é mais ou menos promotora de uma socialização entre seus membros a ponto de consolidar padrões de comportamento (Rodrigues, Fuks, 2015).

Considerando que as igrejas evangélicas têm se estabelecido com sucesso nas periferias das cidades (Freston, 1994; Boas, 2020), onde é baixo o acesso a lazer e outros programas, as igrejas acabam se tornando o principal referencial social para os indivíduos que as frequentam. É nesses espaços que podem compartilhar suas lutas diárias, encontrar distração e diversão, criar laços familiares e desenvolver seus talentos, especialmente através de atividades artísticas como dança e música, muito apreciadas nas congregações.

Quando se analisa tal socialização, é recorrente na literatura a ênfase no papel das lideranças, tanto na promoção da socialização dos membros da igreja, quanto na transmissão de valores políticos (Ortunes, 2019) e nesse sentido é importante pensar que com a internet, todo o conjunto de influenciadores digitais evangélicos, de certa forma, também ocupam lugares de liderança frente aos evangélicos, conseguindo fomentar pautas e propagar ideias. São eles celebridades gospel, cantores, pastores, conferencistas, influenciadores diversos (Bispo, 2018).

Gomes (2011) visando analisar as relações sociais ocorridas no interior da hierarquia eclesial evangélica, através de um estudo etnográfico realizado na Igreja Sara Nossa Terra, em São Paulo, concluiu que as lideranças da igreja desempenham papel fundamental na socialização da comunidade: “tornou-se perceptível o fato de líderes de equipes, pastores e bispos estarem localizados em uma das centralidades da socialização” (Gomes, 2011, p. 248). O autor recorre à metáfora bíblica do pastor que cuida das ovelhas, que vai em busca da ovelha perdida para trazê-la de volta ao aprisco, como narrado nos textos bíblicos de Ezequiel 34, Mateus 18 e Lucas 15 e explica que essa ideia de pastoreio e resgate cria uma noção de cuidado e pertencimento, produz um ambiente familiar e torna a igreja um lugar de referência para aquele indivíduo que se sente cuidado, resgatado e parte integrante daquele espaço (Gomes, 2011).

A conclusão do estudo etnográfico de Gomes (2011) é confirmada pelo estudo quantitativo de Ferreira, Fuks (2021), que utilizaram o banco de dados do LAPOP - *Latin America Public Opinion Project*. Os autores concluem que o hábito de frequentar cultos funciona como um fator de mobilização eleitoral, ora, quanto mais frequente é o fiel aos cultos, mais exposto às mensagens políticas das lideranças. A conclusão de Ferreira e Fuks (2021) evidencia mais uma vez a forte tendência presente na literatura especializada: atribuir às lideranças papel fundamental na conformação do comportamento político evangélico.

Diante dessas evidências científicas confirmadas tanto por estudos qualitativos quanto por estudos quantitativos, de que a socialização entre os membros na igreja e a influência das lideranças “reagem para formar” o comportamento político evangélico, uma vez alinhados, ampliou-se o projeto de aumentar a representação evangélica no Brasil e suas estratégias para consolidar uma nação cristã (Borda, 2020)

Portanto, nesse contexto, prevalecem as disputas em torno de conceitos como direitos, identidade nacional, papéis de gênero e cultura como partes fundamentais desse processo de construção da representação evangélica, que se torna especialmente evidente e impactante em tempos de crise.

Silva e Silveira (2023) identificam um reacionarismo político-religioso presente na comunidade evangélica, amplamente ecoado por seus representantes, que se manifesta de forma ativa na defesa da moral e dos costumes religiosos no espaço público. Esse posicionamento é legitimado pela percepção de uma suposta perseguição à fé, que alimenta novos termos fatalistas como "ditadura do judiciário", "marxismo cultural" e "ideologia de gênero", supostamente em curso no Brasil e no mundo. Os autores explicam que o lema ambivalente "Falar de Cristo, hoje, para não ser impedido de falar amanhã" fomenta bolhas

identitárias baseadas na celebração da identidade nacional cristã e na confusão entre o público e o privado moral.

Machado e Nacif (2016) também destacam o fortalecimento político do segmento evangélico a partir de cenários caóticos, como por exemplo, a partir da crise da segurança pública. As autoras observam que os evangélicos estão consolidando lideranças políticas locais, e destacam o caso de Marcelo Crivella, eleito prefeito do Rio de Janeiro em 2016, que trouxe consigo o discurso religioso associado às políticas públicas, tanto na campanha, quanto no governo.

Chama a atenção das autoras, que, assim como a crise da pandemia foi apreendida pela narrativa evangélica, o cenário carioca foi relevante para ilustrar os anseios de uma representação baseada na fé, especialmente considerando os desafios enfrentados pela cidade, como a segurança pública e a guerra ao tráfico, que afetam muitas famílias, principalmente nas favelas.

Cowan (2020) lembra que inicialmente esse ativismo político tão estratégico era impensado dentro da comunidade evangélica até meados do século XX. A participação política era malvista dentro da própria comunidade, apesar de sua consolidação atual. O autor aponta que esse surgimento remonta à década de 1970, quando líderes religiosos adotaram uma linguagem de crise moral, em meio aos contornos da Ditadura Militar e ao temor do comunismo. O autor destaca um episódio de 1982, no qual líderes evangélicos se encontraram com o então presidente João Figueiredo para discutir o avanço da pornografia como uma ameaça à moral. Essa percepção de crise moral tornou inevitável o envolvimento político dos evangélicos. Portanto, a análise de que as crises estimulam os evangélicos à maior participação é antiga.

Passos (2020) analisa a conjuntura política atual e destaca que a tendência pentecostal na política brasileira se consolidou com representantes que adotam uma teologia política teocrática. O autor ressalta que esses representantes, que estiveram muito ativos no governo Bolsonaro, buscam fundamentar suas ações políticas em uma visão religiosa, visando superar a crise do Estado e da sociedade brasileira. Ele observa que a afirmação de que Deus está no comando da política, através de representantes eleitos pelo povo, mescla elementos democráticos com fundamentos teocráticos.

Nesse sentido, o discurso enfatiza a “salvação” da nação das forças de esquerda, embora na prática isso se traduza em distorções desproporcionais equivocadas, os evangélicos tendem a compreender seu ativismo político mais como uma defesa da fé mediante a percebidas ameaças do que como ação política de fato.

Passos (2020) é ainda mais enfático ao afirmar que a representação evangélica busca fundamentar e ressignificar a crise da política e da sociedade brasileira, fazendo dos sucessivos capítulos da crise, um pedestal igualmente contínuo para a representação evangélica se fortalecer.

Carranza (2020) por sua vez, faz uma reflexão inversa. Ela teoriza acerca da possibilidade de a representação evangélica estar agravando a crise brasileira e reflete até mesmo se ela ajudou a produzi-la. A autora questiona como as ações políticas dos evangélicos, cada vez mais presentes na esfera pública, estão contribuindo para a crise e o processo de erosão democrática. A autora argumenta que há uma capitalização política dos sentimentos de mal-estar social, econômico e político, capturados por grupos neoconservadores religiosos, abrigados pelas novas direitas e consolidados em processos eleitorais que evidenciam a sinergia dos atores religiosos como uma força social, tanto dentro quanto fora da arena eleitoral ou no exercício do poder.

Para a autora, a representação evangélica reflete para a sociedade a sensação de perda em termos de valores inegociáveis, mobilizam sentimentos de ameaça e promovem um orgulho nacional exacerbado, que se consolida em momentos de crise e desânimo geral. A autora conclui que os setores religiosos não são diretamente responsáveis pelas crises democráticas que eclodiram recentemente na América Latina, mas fazem parte delas e as intensificam ao aderirem a projetos populistas neomoralistas, em uma articulação reativa que interpreta os avanços culturais como ameaças à moral e à família cristã tradicional, estendendo-se à moralidade pública.

Machado (2019) explica que os evangélicos, sobretudo os (neo)pentecostais, incorporaram em sua visão de mundo a Teologia da Batalha Espiritual, que significa interpretar os problemas do dia a dia com um olhar espiritualizado, como se os problemas que acontecem fossem sinais de uma batalha espiritual maior. Essa noção de batalha espiritual tem sido transposta para o cenário político nacional nos últimos anos, fato que ajuda a explicar o maior engajamento político dos evangélicos pós operação Lava Jato e até mesmo a legitimação do *impeachment* de Dilma Rousseff (Almeida, 2020). Ao longo da década de 2010, a percepção é de que a política está “dominada pelas trevas” se consolidou, e eles — os evangélicos — enquanto representantes de Deus, precisam se organizar para expandir o “Reino de Deus” e assim limpar a política e as instituições.

Essa é a ideia tem sido comunicada pelos principais líderes religiosos do segmento evangélico como Edir Macedo, líder da IURD e Silas Malafaia, da da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ecoando também nas vozes das principais “celebridades gospel”, isto é,

pastores e cantores de renome no meio gospel como Eyshila, também da Assembleia de Deus e André Valadão, da Igreja Batista da Lagoinha. Essas celebridades gospel, que no apogeu das mídias sociais também se transformaram em influenciadores digitais, estão muitas vezes à frente de denominações específicas, todavia, de tão conhecidas, acabam tendo influência interdenominacional.

Os evangélicos têm respondido de forma mais ativa à crise brasileira, em um momento em que a democracia e a representação política tradicional estão perdendo o entusiasmo da população²³. Em vez de se engajarem nas discussões políticas convencionais, os evangélicos estão buscando respostas religiosas que reinterpretem as crises como parte de uma narrativa divina. Isso tem gerado uma militância que visa não apenas influenciar, mas também penetrar nas instituições políticas, com a ideia de purificá-las e transformá-las à luz dos princípios evangélicos.

Essa interação peculiar com as crises reflete interpretações específicas derivadas da dogmática teológica evangélica. Para os evangélicos, os desafios enfrentados pela sociedade são vistos como mais do que simples problemas sociais ou políticos; são vistos como sinais de uma batalha espiritual em curso. Essa perspectiva energiza sua mobilização política, impulsionando-os a buscar uma presença mais marcante nos espaços institucionais, onde esperam promover mudanças alinhadas com sua visão religiosa da sociedade

Portanto, há uma articulação ampla na comunidade evangélica para consolidar sua influência política. Em tempos de crise, as lideranças usam de sua influência para pressionar a classe política a recuar de medidas que desagradam a classe evangélica. Os líderes religiosos mais influentes têm trânsito direto com os representantes eleitos. Os representantes eleitos formam uma muralha que contém avanços progressistas. Eles honram os valores que os elegeram, ocupando as tribunas e os espaços institucionais para proferir discursos que muitas vezes só interessam a classe evangélica, se apoiando em narrativas tão particulares da dogmática religiosa, que é até difícil compreender seus significados mais intrínsecos estando de fora do campo religioso.

Portanto, os valores organizados pela teologia moldam a visão de mundo dos evangélicos, fazendo com que crises econômicas, sanitárias, políticas ou democráticas sejam interpretadas primeiramente sob essa ótica. Assim, os atores e contextos da crise são avaliados

²³ De acordo com dados do Latinobarómetro (2017), a porcentagem de brasileiros que acreditavam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo diminuiu nos primeiros anos da década de 2010, refletindo uma crescente desconfiança nas instituições democráticas e na eficácia do sistema político para resolver os problemas do país. Somente 13% dos brasileiros responderam estar "muito satisfeitos" ou "satisfeitos" com a democracia na pesquisa.

e classificados à luz dessa perspectiva, com juízos de valor específicos que definem o bem e o mal, e a visão mais ampla de uma batalha espiritual. Nessa visão, confia-se na provisão divina, ao mesmo tempo em que se adotam posições públicas claras, propagando mensagens escatológicas e proféticas e ocupando o espaço público de maneira confessional. Dessa forma, surgem estratégias para participar da política institucionalmente e influenciar a elaboração de políticas públicas, que no caso específica da Crise Brasileira, conta com a dimensão da crise de representação como um facilitador do fortalecimento da representação evangélica, tal qual explorado no eixo a seguir.

4.3 Fragilidade do Sistema Partidário e das Instituições Políticas: Como a crise favorece candidaturas evangélicas

Ao analisar as interações mais amplas da atuação política evangélica em meio à crise, observa-se um foco preciso nos aspectos axiológicos e nos mecanismos que sustentam o sentido desta atuação. Por outro lado, há o aspecto institucional da questão. A crise brasileira também revela uma fragilidade das instituições políticas, incluindo as estruturas partidárias. Essa relação é explorada como um eixo temático que ajuda a explicar o fortalecimento da representação evangélica no Brasil.

Mayr (2013) destaca que a incapacidade dos partidos políticos tradicionais em representar eficazmente seus eleitores e a consequente desmobilização de suas bases abrem caminho para o surgimento de novas formas de engajamento político. Segundo Boas (2020), essa dinâmica contribui significativamente para a consolidação da representação evangélica e explica que os candidatos evangélicos emergem como uma alternativa sedutora para eleitores desencantados com as instituições políticas convencionais. Muitas vezes, esses candidatos se apresentam como *outsiders*, distanciando-se do *establishment* político, e defendem uma plataforma fundamentada em valores morais e religiosos.

Assim, enquanto um conjunto de autores (Eatwell, Goodwin, 2020; Levitsky, Ziblatt, 2018; Runciman 2018) argumentam que a extrema direita, em tendências populistas e nacionalistas, surge em resposta à crise, Boas (2020) afirma que grande parte dessa nova direita incorpora valores religiosos e moralistas como parte essencial de sua identidade pessoal e política. Os candidatos uma vez eleitos passam a disputar internamente pelo controle da legenda, correspondendo primeiramente às suas igrejas e depois ao partido.

Isso conduz ao que Camurça (2019) descreve como confessionalização da política, onde os evangélicos adentram a arena política e o parlamento para estabelecer uma normatividade legal impregnada pelos valores de sua doutrina religiosa. Esse processo, que se

inicia com a sedução dos partidos, ganha força diante da crise brasileira, caracterizada pela profunda crise de representação e lacunas de participação. Nesse contexto, os candidatos evangélicos trazem o apoio eleitoral ao partido, ao mesmo tempo que impõem sua confessionalização extraoficial.

Diversos autores (Guadalupe, 2018; Borda 2020; Mariano, Gerardi, 2020), atestam que no Brasil nos últimos anos os evangélicos têm se unido mais politicamente, necessariamente em torno da direita política. A eleição presidencial de 2018 é um dos exemplos mais recentes da extraordinária força dos evangélicos na política brasileira, uma vez que a diferença de votos que os evangélicos deram a Jair Bolsonaro foi decisiva para sua vitória, conforme atesta Alves (2018), o número aproximado de evangélicos que votou a mais em Bolsonaro do que em Fernando Haddad, cerca de 11 milhões, é também a mesma diferença de votos que Bolsonaro teve sobre Haddad no placar geral do segundo turno. Nas eleições de 2024, a religião tornou-se um tema central em muitos momentos da campanha. Jair Bolsonaro destacou a falta de legitimidade de Lula da Silva para representar os valores evangélicos, enquanto Lula defendeu-se, tentando desvincular-se da imagem de candidato contrário aos valores cristãos. Lula assumiu-se como cristão e buscou integrar o discurso evangélico na dimensão do cuidado social, mas isso não convenceu uma parcela considerável do eleitorado evangélico (Oliveira, Junior, 2023).

Contudo, é importante lembrar que há décadas os evangélicos vêm elegendo robusta bancada no Congresso Nacional, aumentando sua representação de forma consecutiva, conforme os dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar mostram:

Frente Parlamentar Evangélica (2010-2022)

Ano	Deputados	Senadores	Total
2010	69	2	71
2014	87	3	90
2018	195	8	203
2022	203	26	229

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP (2011, 2015, 2019, 2023).

Goldstein e Pereira (2021) analisam a forte parceria entre os representantes evangélicos e Jair Bolsonaro nos últimos anos, explicando que essa aliança foi resultado de uma transição racional por parte desses políticos. No auge da crise política, econômica e de segurança pública no Brasil, com o desprestígio generalizado da classe política e os efeitos devastadores da crise econômica e da insegurança social, as bases populares que anteriormente apoiavam o Partido dos Trabalhadores foram buscando outras opções.

Os autores afirmam que nesse contexto, as lideranças evangélicas emergiram como referências para os eleitores diante da queda dos principais líderes políticos, reconhecendo o potencial eleitoral de Jair Bolsonaro, um ex-capitão do Exército, apontando que tanto Jair Bolsonaro, quanto sua esposa Michelle Bolsonaro, construíram uma narrativa religiosa messiânica, entendendo a presidência, especialmente após o atentado sofrido por Bolsonaro (episódio da facada), como uma missão moral redentora e guiada por Deus, uma resposta legítima que traria a paz em meio ao caos.

Almeida (2019) examina a interseção entre conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira passando pela eleição de Jair Bolsonaro e destaca que a crescente representação incisiva dos evangélicos é um produto da instabilidade política. Além disso, o autor sugere que aqueles que se apresentam como representantes evangélicos optaram por adotar uma postura mais conservadora diante da crise brasileira, em paralelos com o histórico de forte proselitismo do grupo e da aspiração de se tornar uma religião de influência pública.

Para Lacerda (2022), o aumento da representação evangélica está intrinsecamente ligado à crise dos sistemas partidários na América Latina. Essa conjuntura favorece a inserção e o sucesso das candidaturas evangélicas, as quais se destacam como importantes mobilizadores de votos e contribuem significativamente para os ganhos eleitorais de seus partidos. Borges e Babireski (2022) compartilham a mesma visão ao analisar a prosperidade da representação evangélica pela crise do sistema partidário.

A partir de uma série histórica, os autores concluem que houve um consecutivo esvaziamento dos partidos tradicionais e um loteamento de partidos pequenos, com menos travas para os anseios desse grupo. Portanto, os autores indicam que esta estratégia de ocupar os partidos fragilizados foi primordial para os evangélicos aumentarem sua representação.

Conforme explica Lacerda (2020), os partidos tradicionais passaram a ceder espaço para candidaturas evangélicas, muitas vezes ignorando as preferências e aspirações individuais do candidato que não estão alinhadas com os paradigmas do partido. O autor descreve esse fenômeno, que pode ser comparado ao conceito de “alianças fatídicas” apresentado por Levitsky e Ziblatt (2018), onde partidos em crise abrem espaço para

candidatos com tendências autoritárias, permitindo sua ascensão por vias institucionais. Portanto, essa analogia sugere que é possível analisar os fatores que impulsionam tanto a ascensão da extrema-direita quanto a expansão da representação evangélica, especialmente em períodos de crise.

Boas (2020) também observa que em contextos onde os partidos são personalistas, clientelistas e notadamente pouco programáticos, tais partidos tendem a absorver mais candidatos evangélicos capazes de fornecer força eleitoral. Esses partidos acabam tornando-se programaticamente mais amplos e mais genéricos (Mayr, 2013). Este panorama é muito observado no Brasil, que a partir de seu sistema partidário fragmentado, favorece as candidaturas evangélicas (Boas, 2020). Tornou-se natural um partido X abrigar um candidato ao qual os valores e preceitos de seu grupo religioso venham antes dos valores do partido, escancarando o baixíssimo nível programático dos partidos, que aceitam negociar seus paradigmas históricos em circunstâncias eleitorais (Mayr, 2013).

Esse é apenas o início de um processo que se perpetua nas etapas subsequentes do processo institucional, quando o ritmo partidário e as alianças que o partido estabelece com o governo começam a ser afetados pela pressão evangélica que atua dentro dele, contribuindo para reconfiguração dos paradigmas históricos que conduziram a relação entre Executivo e Legislativo nas últimas décadas (Pereira, 2018).

De acordo com Abranches (2018), no contexto brasileiro, a formação e manutenção de coalizões políticas surgem como estratégias essenciais para a governabilidade em um sistema partidário notavelmente fragmentado. Nesse cenário de múltiplos interesses e ideologias divergentes, as negociações pragmáticas entre os partidos muitas vezes resultam em compromissos diluídos, nos quais as agendas específicas de grupos de interesse ganham espaço.

Pereira (2018) analisa justamente que a Bancada Evangélica conseguiu assumir uma posição de destaque nas coalizões com o governo em detrimento dos partidos políticos tradicionais. Esse fenômeno nas dinâmicas políticas foi identificado durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), quando a Bancada Evangélica obteve vitórias significativas em confrontos políticos com movimentos identitários. O autor chama atenção para tal protagonismo, que coloca o partido em segundo plano.

Nesse sentido, em vez de serem os partidos políticos os principais atores na negociação de acordos com o Executivo, como geralmente se espera no presidencialismo de coalizão, a Bancada Evangélica emergiu como uma força influente capaz de pressionar a chefia do Executivo em direção aos seus interesses e preferências, impondo obstáculos

organizacionais e orçamentários. Isso demonstra uma mudança na dinâmica de poder dentro das coalizões governamentais, onde os interesses da bancada passaram a ter maior peso e influência nas decisões políticas.

Para Pereira (2018), essa ascensão da Bancada Evangélica nas coalizões tem impactado a capacidade dos partidos políticos tradicionais de negociar e garantir seus interesses junto ao governo, refletindo uma reconfiguração do equilíbrio de poder no cenário político brasileiro durante um período marcado por significativas turbulências institucionais que deram origem à crise brasileira.

É dentro desse contexto que os representantes evangélicos emergem como atores políticos influentes, a princípio mobilizando-se diante de um percebido avanço dos direitos do movimento LGBT+, avançando gradativamente para outras pautas (Pereira, 2018). Aproveitando-se da necessidade constante de formar maiorias no Legislativo, líderes e grupos evangélicos encontram espaço para promover suas pautas, especialmente aquelas relacionadas a valores morais e religiosos. Assim, eles conseguem influenciar tanto a agenda política quanto as políticas públicas, moldando o debate legislativo de acordo com suas convicções e interesses.

A ascensão da representação evangélica ocorre em um momento de crise dos partidos tradicionais. Diante desse vácuo político, os evangélicos conseguem mobilizar eleitores em torno de questões religiosas e morais, preenchendo o espaço deixado pela falência das instituições partidárias. Essa capacidade de mobilização, aliada à sua presença crescente nas instâncias de poder, permite que os representantes evangélicos exerçam uma influência significativa no processo político nacional.

Portanto, é por meio desse mecanismo prático que os evangélicos aumentam sua representação nos espaços de poder e consolidam a confessionalização da política por meio dela mesmo, em um processo que dribla a laicidade do Estado, ao embutir na atuação política os preceitos religiosos os quais aquele mandato visa representar.

Os parlamentares evangélicos, cada vez mais numerosos e influentes na crescente Bancada Evangélica, passaram a ter um peso significativo nas coalizões políticas, impondo compromissos que refletem agendas confessionais. Questões sociais e culturais, muitas vezes permeadas por valores religiosos, tornaram-se centrais nas negociações políticas, gerando uma polarização em pautas comportamentais e dificultando a discussão de outros temas, como economia e políticas sociais.

Esse contexto, que emerge da crise de representação, com partidos enfraquecidos e lutando para sobreviver, cria um ambiente muito favorável para o sucesso de candidaturas

evangélicas. Resgatando os eixos anteriores, os valores moldam a cosmovisão e criam demandas representacionais; a crise brasileira aciona um gatilho de participação na comunidade evangélica. Doravante, o aspecto institucional e o processo legal de se colocar à disposição das legendas partidárias, bem como a probabilidade de inclusão nas listas eleitorais, ficaram mais acessíveis na Crise Brasileira. No eixo a seguir, destacamos aspectos da consolidação e atuação da representação evangélica no Congresso Nacional, suas amplas parcerias com outras bancadas e a associação com setores ultraliberais.

4.4 Parcerias Legislativas Estratégicas: Como a associação da Bancada BBB com setores ultraliberais fortalece a representação evangélica

Dentro da esfera da política institucional, um aspecto pouco explorado pela literatura reside na interação da Bancada Evangélica com outros grupos de interesse. A famigerada “Bancada BBB” (boi, bala e bíblia) é conhecida por sua união em prol de pautas conservadoras, defendendo os interesses do agronegócio e dos costumes tradicionais (Quadros, Madeira, 2018). Nesse sentido, a Bancada Evangélica soma forças com a poderosa Bancada Ruralista, por exemplo, em temas relacionados à flexibilização de leis ambientais. E a Bancada Ruralista, por sua vez, vota com a Bancada Evangélica em pautas comportamentais.

No entanto, um ponto frequentemente negligenciado é a relação da Bancada Evangélica com setores ultraliberais, muitas vezes representados por lobistas²⁴ que frequentam os gabinetes parlamentares, uma dinâmica atualmente comum, dado a importância numérica da Bancada Evangélica e sua influência junto à sociedade civil. Essa constante aliança com outras bancadas e até setores do mercado, era impensável até metade do século XX, quando os evangélicos mantinham certa distância da política (Boas, 2020).

Para Boas (2020), a comunidade evangélica fez uma incursão política gradual e constante. Primeiramente, passaram a se preocupar com o fato de serem marginalizados ao se abster do jogo político, principalmente por ocasião do pleito eleitoral de 1986, que formaria a Assembleia Nacional Constituinte. Naquele momento, o que impulsionou a maior participação eleitoral e empenho para a eleição de candidatos evangélicos, foi o temor de que

²⁴ *Lobbying* consiste na atuação de grupos de interesse buscando influenciar decisões políticas, principalmente leis e políticas públicas, em seu favor. No Congresso Nacional, essa influência se dá por meio da interação com congressistas e servidores públicos. A atuação dos lobistas ocorre de diversas maneiras, por meio de reuniões com os congressistas, financiamento de campanhas, participação em confederações etc (Seligman, Mello, 2018).

a hegemonia da Igreja Católica pudesse produzir privilégios para os católicos em detrimento dos evangélicos, na elaboração da nova constituição (Freston, 1993).

Mais tarde, a partir da década de 1990, surgiu a percepção de que as políticas públicas em vigor poderiam não representá-los adequadamente, ou até mesmo ameaçá-los com medidas discriminatórias, medidas que dificultariam a abertura de igrejas ou mesmo a cobrança de impostos específicos para o segmento (León, Guadalupe, 2020). Diante desse contexto, os evangélicos viram-se impulsionados a aumentar a representação política como forma de proteger seus interesses e garantir sua voz na sociedade.

A partir dos anos 2000, as motivações ligadas à competição com a Igreja Católica ou a oposição a burocracias impeditivas para o serviço religioso arrefeceu. Doravante, a percepção é de que a família tradicional estaria sendo ameaçada por políticas cada vez mais progressistas e desestruturantes dos costumes morais evangélicos. A pauta moral veio para o centro da atuação da Bancada Evangélica:

Embora essas questões [morais] não representem uma ameaça existencial para os evangélicos, como as restrições à liberdade de culto, certos grupos conservadores os percebem como um ataque a seu estilo de vida tradicional, realizado em grande parte por uma sociedade cada vez mais progressista e secular (BOAS, 2020, p. 118-119).

Silva (2023) explica que a mudança gradual de postura dos evangélicos abriu espaço para alianças estratégicas com outros segmentos. Por exemplo, para conter a legislação de políticas de gênero e sexualidade, houve uma associação entre a Bancada Evangélica e representantes do setor financeiro. Mesmo não se concentrando especificamente em pautas comportamentais, esses setores aceitaram participar dessa coalizão, desde que a Bancada Evangélica cooperasse nas votações de medidas para desonerar o setor privado.

Garrido (2021) discorre que o fortalecimento da Bancada Evangélica é fruto do novo ativismo político evangélico liderado por líderes religiosos, que também são mega-empresários, como Edir Macedo e Silas Malafaia, que alegam estar amparados no direito à liberdade religiosa, inclusive quando valores religiosos passam a constituir projetos de lei e políticas públicas. Nesse sentido, os parlamentares trazem a identidade religiosa para seus mandatos, mas na prática, é a parceria constante com setores privados que dá o tom da atuação política, sem qualquer sinalização de fortalecimento de políticas públicas sociais.

Quando se fala em “setores ultraliberais”, o conceito é tão abstrato quanto discreta é a atuação de seu *lobbying*. Dardot e Laval (2013) definem setores ultraliberais como grupos de

interesse que promovem a desregulamentação econômica, a redução do papel do Estado e a expansão das liberdades de mercado, buscando minimizar a intervenção governamental em suas atividades ao máximo. Esses setores fazem *lobbying* para influenciar medidas governamentais que minimizem a intervenção do Estado e a regulamentação de suas atividades. Exemplos desses grupos incluem o setor financeiro, empresas de tecnologia, a indústria farmacêutica e o agronegócio (Oliveira, 2005).

Embora os objetivos desses setores privados não sejam totalmente convergentes com os da Bancada Evangélica, ambos compartilham o propósito de diminuir políticas públicas regulatórias, o que os leva a cooperar em determinadas pautas e projetos legislativos. Camurça (2019) afirma que membros da comunidade evangélica inseriram-se ativamente na atividade política, guiados por uma visível ideologia anti-Estado. Essa participação visa estabelecer uma normatividade legal que incorpora os valores fundamentais de doutrinas evangélicas em projetos que orientarão a formulação de políticas públicas que visam, sobretudo, tornar o Estado um agente mais simbólico e menos presente e determinante.

A Bancada Evangélica, nesse sentido, não evoca apenas uma representação nominal, mas uma representação na construção das políticas públicas e nas leis que regem a sociedade, intenções que vez ou outra constroem os limites e vedações de um Estado constitucionalmente laico (Camurça, 2019). Uma linha de raciocínio controversa, em que se pretende ocupar e influenciar as instituições do Estado para justamente enfraquecê-las a partir de seus paradigmas democráticos, burocráticos e regulatórios.

Os ativistas evangélicos evocam vigorosamente o direito individual à liberdade religiosa, para justificar a tentativa de evangelização das instituições. Este paradoxo, frequentemente destacado entre o direito individual à liberdade religiosa e o desejo de promover crenças religiosas na esfera pública, não parece incomodar a comunidade evangélica. De fato, os evangélicos compreendem sua religião não somente como mais uma religião presente na sociedade, mas dotada de uma verdade totalizante, por isso seus representantes não têm qualquer constrangimento em promover o evangelicalismo como uma religião pública (Mariano, Gerardi, 2020).

Os representantes evangélicos usam a liberdade religiosa como escudo para driblar a laicidade do Estado e a liberdade de expressão para ofender minorias, o que sinaliza uma abordagem irrestrita da ideia de liberdade. Portanto, quando a lei, os limites do decoro, o Judiciário ou qualquer instância que venha a responsabilizá-los, são interpretados como uma espécie de perseguição religiosa e a resposta para tal é o antagonismo contra o Estado democrático de direito.

Segundo a análise de Wendy Brown (2019), a conexão entre evangélicos e os setores ultraliberais é parte de um panorama mais amplo que abarca mudanças políticas e econômicas. Os ultraliberais, inseridos nesse contexto, percebem na redução da intervenção estatal uma saída para os desafios econômicos, responsabilizando o intervencionismo estatal por tais adversidades. Eles advogam pela liberdade individual e pelo empreendedorismo como soluções para isso.

Por outro lado, os evangélicos respondem a essa crise buscando salvaguardar e difundir sua perspectiva religiosa e moral no âmbito público. Eles enxergam nas políticas ultraliberais uma oportunidade para defender sua liberdade religiosa e influenciar as políticas públicas de acordo com suas convicções. A aliança entre esses grupos, para Brown, é uma convergência de interesses no contexto da crise capitalista.

Essa aliança reflete uma resposta compartilhada a um período de crise e mudança, onde a defesa da liberdade individual e dos valores religiosos se torna um ponto de união entre evangélicos e ultraliberais. É uma dinâmica complexa que envolve a convergência de interesses estratégicos e ideológicos em face de desafios socioeconômicos em comum.

Nesse contexto, segundo Brown (2019), os representantes evangélicos são cooptados pelos setores ultraliberais, com o auxílio de lobistas, que se aproveitam do medo gerado pelas crises e os convencem de que o problema reside no grande poder do Estado e de suas instituições, as quais aparentemente estão sendo utilizadas perseguir seus valores (Wermuth, Nielsson, 2018). A aliança entre a representação evangélica e o ultraliberalismo é crucial para a sustentação de uma ideologia que prega o desmantelamento do Estado em nome da liberdade econômica e da superação da crise.

Wermuth e Nielsson (2018) explicam que no contexto político e econômico contemporâneo do Brasil, a interação entre os lobistas do mercado e a Bancada Evangélica tem desempenhado um papel significativo na promoção de agendas específicas que envolvem o ultraliberalismo e a desregulamentação estatal. Essa interseção revela um fenômeno complexo, no qual interesses econômicos se alinham com agendas políticas religiosas para moldar políticas públicas.

Para compreender essa dinâmica, os autores afirmam que é fundamental analisar a ideia que o ultraliberalismo traz, conceituando-o pela mínima intervenção do Estado na economia, favorecendo a livre atuação do mercado. Nesse contexto, lobistas e grupos empresariais buscam influenciar políticas governamentais que promovam a flexibilização de regulamentações, redução de impostos e privatizações, tudo em nome da eficiência econômica e do crescimento do setor privado.

Os autores explicam que a Bancada Evangélica, por sua vez, representa interesses que vão além das questões estritamente religiosas. Além de pautas morais e sociais, a bancada também se envolve em debates econômicos e de políticas públicas, muitas vezes alinhando-se com os interesses do mercado. Isso ocorre em parte pela afinidade ideológica com princípios ultraliberais, como a defesa da propriedade privada e o incentivo à iniciativa individual.

Nesse sentido, a relação entre setores ultraliberais e a Bancada Evangélica pode ser interpretada como uma aliança estratégica, na qual os interesses de ambos os grupos se complementam. Por exemplo, empresas privadas podem financiar campanhas políticas de membros da Bancada Evangélica em troca de apoio a medidas legislativas que beneficiem o setor empresarial, como a flexibilização de leis trabalhistas ou ambientais.

Essa interação também se estende a questões culturais e sociais, onde a Bancada Evangélica pode se posicionar em sintonia com os valores defendidos pelo mercado, como o individualismo e a meritocracia. Esses valores muitas vezes são promovidos como parte de uma narrativa que busca justificar a desregulamentação e a redução do papel do Estado na promoção do bem-estar social.

No entanto, Wermuth e Nielsson (2018) ressaltam que essa relação nem sempre é homogênea ou isenta de conflitos. Embora compartilhem certos objetivos, os interesses dos setores ultraliberais e da Bancada Evangélica também podem entrar em choque, especialmente em questões morais e éticas. Mesmo assim, a convergência de interesses em torno da desregulamentação estatal tem sido uma característica marcante da interação entre esses dois grupos no cenário político brasileiro.

Nesse sentido, Bricalli (2022) destaca que os valores evangélicos frequentemente encontram áreas de convergência com os princípios que movem os setores do mercado, especialmente no que diz respeito à ênfase na liberdade individual e na responsabilidade pessoal. Ambos os grupos valorizam a autonomia individual e defendem a redução da intervenção estatal na esfera privada. O autor também menciona a Teologia da Prosperidade como um exemplo marcante da lógica mercadológica no seio do evangelicalismo, promovendo a ideia de sucesso material como um sinal de bênção divina e esforço pessoal.

Além disso, o autor explica que as igrejas evangélicas têm desempenhado um papel significativo na legitimação da ordem social vigente, ao naturalizar as desigualdades sociais como resultado de mérito ou falha de caráter individual.

A presença das igrejas evangélicas nas favelas e periferias também faz com que elas absorvam demandas onde o Estado tem falhado. Seja realizando trabalho social de combate a pobreza, seja atuando frente a dependentes químicos, seja colaborando com resoluções de

pacificação e segurança, as igrejas seguem sendo o Estado onde ele existe de maneira muito invisível.

Portanto, as interações entre o ultraliberalismo e a atuação evangélica são muito mais do que coincidências históricas. Elas refletem uma eventual convergência ideológica e momentos de pragmatismo político, onde as instituições religiosas se adaptam e influenciam ativamente as transformações sociais e políticas de suas comunidades.

Para Santos (2020), um exemplo notável desse alinhamento é o Movimento Escola Sem Partido²⁵, uma iniciativa apoiada pela Bancada Evangélica que busca limitar a influência política e ideológica nas escolas. Esse movimento reflete uma preocupação compartilhada por setores ultraliberais sobre a suposta doutrinação marxista²⁶ no ensino e visa garantir uma educação mais alinhada aos valores conservadores e religiosos.

Corrêa e Valle (2017) também dão como exemplo da colaboração entre a Bancada Evangélica e setores ultraliberais, a busca por políticas de diminuição de impostos, incluindo propostas para isentar instituições religiosas de determinados impostos. Essas medidas são embutidas no debate político em nome de promover a liberdade religiosa e reduzir a interferência do Estado na prática religiosa, refletindo a influência conjunta da Bancada Evangélica e de setores ultraliberais no cenário político e econômico do Brasil.

Portanto, ao analisar a associação entre o ultraliberalismo e a Bancada Evangélica, é fundamental considerar não apenas os princípios ideológicos compartilhados, mas também as estratégias legislativas e políticas adotadas para promover uma agenda conjunta de desregulamentação estatal e defesa dos valores tradicionais, uma união frequentemente costurada por lobistas. Essa interação complexa tem impactos significativos nas políticas públicas e na organização da sociedade brasileira, refletindo uma aliança entre interesses econômicos e religiosos que moldam o curso da política nacional.

A relação entre a Bancada Evangélica e os setores ultraliberais fortalece politicamente ambos os grupos, beneficiando especialmente os representantes evangélicos. Estes são apoiados pelo aparato dos setores ultraliberais, que frequentemente financiam suas campanhas e os destacam em seus eventos. Este fator institucional, embora subestimado, oferece uma

²⁵ O movimento Escola Sem Partido é uma iniciativa surgida da percepção de pessoas que consideram que há uma doutrinação ideológica à esquerda nas escolas. O movimento alega que professores estariam impondo suas próprias visões políticas e ideológicas aos alunos (Santos e Santos, 2020).

²⁶ A doutrinação marxista, no contexto do Movimento Escola Sem Partido, é a acusação de que professores impõem ideologias marxistas aos alunos, incluindo ideias de luta de classes, crítica ao capitalismo e promoção de valores socialistas (Santos e Santos, 2020).

explicação esclarecedora para o fortalecimento da representação evangélica e indica o futuro dessa atuação conjunta.

Portanto, se os eixos anteriores destacaram a constituição da demanda representativa, passando pela reação à crise e a consolidação política em um sistema enfraquecido, este quarto eixo mostra como parcerias estratégicas no Legislativo têm fortalecido a representação evangélica nos últimos anos. Essas parcerias não apenas fortalecem a representação evangélica e sua capacidade de aprovar ou barrar projetos, mas também garantem suporte financeiro para as campanhas dos congressistas e de seus aliados. Assim, cria-se um sistema de acomodação de forças e equilíbrio de interesses entre visões de mundo nem sempre equivalentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a Crise Brasileira, encontramos uma complexa teia de eventos sucessivos, repleta de reviravoltas que exigem uma abordagem holística para sua compreensão. O mundo inteiro está em crise — é a pós-modernidade: líquida, volátil e cheia de incertezas. A democracia está ameaçada, com pessoas considerando propostas autoritárias e rupturas como alternativas. Os partidos e o sistema político, tidos como pouco práticos. A política se transformou em um espetáculo, com os eleitores reduzidos a meros espectadores que, no máximo, votam. A inflação corrói a renda, não há empregos como antes. Não há futuro como antes.

Grandes protestos, escândalos de corrupção, a ascensão de grupos neoconservadores, o enfraquecimento das coalizões político-partidárias. Novos *players* e novas teorias. A presidente Dilma Rousseff na fogueira da opinião pública e a ascensão de Temer à presidência, premiado por um processo de *impeachment*, que não trouxe estabilidade, nem deu conta de aumentar a confiança das pessoas nas instituições. Para a sociedade civil, pelo contrário, era preciso uma resposta mais radical, um grito de revolta à classe política condescendente.

Eis a extrema-direita e sua suposta inovação em termos representacionais, que fala “a língua do povo”. Acessível e sincera, se indigna contra a corrupção e os privilégios da classe política, explicando a crise de maneira fácil e prática, assim como promete resolvê-la. Aponta os culpados pela crise: os movimentos sociais corruptos, a mídia tradicional vendida, as universidades públicas tomadas pelo comunismo, a esquerda, que além de ter bagunçado a economia, também estaria a tramar contra a família tradicional.

Ali estão os evangélicos. Amedrontados pela crise brasileira, olhando para ela com as lentes de suas crenças. Crenças de que há um mundo espiritual em que anjos e demônios estão guerreando pela igreja. Demônios, esses, que estão a sair pelo mundo semeando o caos e influenciando pessoas. A escatologia sugere prestar atenção aos detalhes e aos sinais. Sinais de que é preciso que a igreja se movimente e demarque seu território espiritual e expanda o Reino. Os evangélicos votam. A Bancada Evangélica cresce. Parece haver muitos mecanismos por trás disso; a pergunta: *Como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira?*

O fortalecimento da representação evangélica em meio à crise brasileira pode ser entendido através de diversos eixos analíticos que se entrelaçam e convergem para explicar esse fenômeno complexo. Neste panorama, quatro eixos temáticos se destacaram na presente

pesquisa: Interpretações teológicas; comportamento político em tempos de crise; fragilidade do sistema partidário; e parcerias legislativas estratégicas.

O primeiro eixo, focado nas Interpretações Teológicas evangélicas, destaca o processo contínuo de interpretação da Bíblia, uma característica herdada da Reforma Protestante. Para os evangélicos, a Bíblia é a autoridade suprema em regras de fé e prática. O atual estágio da teologia sistemática evangélica aponta para uma visão rígida em temas morais e comportamentais. Mesmo que os evangélicos se dividam numa gama diversificada de denominações, cada uma com acréscimos teológicos distintos, essa diversidade não impede uma unidade política mobilizada em torno de valores comuns.

A influência das lideranças religiosas e a socialização nas igrejas desempenham um papel crucial nesse processo, transmitindo valores políticos considerados fundamentais e inegociáveis para a identidade evangélica. Essas interpretações teológicas moldam os valores e condicionam como os fiéis vão olhar e interpretar o mundo, impactando sua participação política e suas visões sobre questões sociais e éticas. Portanto, esses valores comuns, sacramentados pela teologia, tidos como inerrantes e inegociáveis, são o combustível político da representação evangélica.

Essa percepção de mundo própria dos evangélicos influencia muitas frentes de atuação da Bancada Evangélica. É comum que a concepção de “soberania divina” e a visão teocrática de alguns líderes evangélicos ultrapassem o espaço democrático, transformando adversários políticos em inimigos de Deus. Essas interpretações teológicas proporcionam uma narrativa coesa que une a comunidade evangélica em torno de valores conservadores e morais. Parlamentares evangélicos frequentemente fundamentam sua atividade legislativa nos preceitos religiosos, utilizando o conceito de liberdade de fé como justificativa para embuti-los na elaboração de políticas públicas.

O segundo eixo temático diz respeito ao Comportamento Político em Tempos de Crise. A cosmovisão evangélica assume um papel central na forma como os fiéis percebem e respondem aos desafios enfrentados pela sociedade. Lideranças evangélicas frequentemente interpretam as crises como sinais espirituais maiores, vendo nelas um confronto entre forças divinas e malignas. A disseminação de mensagens proféticas e escatológicas aumenta entre os evangélicos durante esses momentos. Os evangélicos se sentem convocados em contextos de crise para exercer a sua fé em intercessão, em ação, e doravante, em participação política.

Para esses fiéis, confiar na providência divina em meio à crise é mais do que uma mera crença; é uma orientação fundamental que influencia profundamente seu comportamento e visão de mundo. Ao interpretarem as crises não como eventos isolados, mas

como parte de uma narrativa espiritual mais ampla, os evangélicos enxergam esses desafios como sinais de uma batalha espiritual em curso, na qual sua fé é posta à prova.

Essas percepções não se limitam ao âmbito pessoal; elas também moldam a participação política dos evangélicos. A crise brasileira é a ilustração, de uma assim compreendida, batalha espiritual, em que pessoas, líderes espirituais e políticos, foram levantadas por Deus para tomar partido e se posicionar. Tomar partido não é apenas força de expressão aqui. A extrema-direita se apresenta como esse espaço para que candidatos evangélicos defendam essa interpretação da realidade sem nenhum constrangimento.

Eis o terceiro eixo temático: a fragilidade do sistema partidário. A representação evangélica tem se fortalecido em meio à crise brasileira, especialmente em um contexto de dificuldade eleitoral dos partidos tradicionais e a ascensão de movimentos apartidários. Para esses partidos restou abrir espaço para candidatos puxadores de votos, como em “alianças fatídicas” – conceito cunhado por Daniel Ziblatt e Steven Levitsky em *Como as democracias morrem* (2018), ao descrever a admissão de candidatos autoritários em partidos tradicionais –, portanto, nesse contexto de enfraquecimento partidário, para os candidatos evangélicos ficou mais fácil ter seus nomes incluídos nas listas abertas dos partidos.

Uma vez nessas instituições, os parlamentares evangélicos formam uma bancada que transcende as jurisdições partidárias. Os partidos tornam-se ainda menos programáticos no tocante a seus ideais originais e passam a conviver com disputas internas pela hegemonia e o controle da legenda. No final das contas, prevalece na admissão dessas alianças o apoio eleitoral que os candidatos evangélicos trazem, criando uma embaraçosa situação de dependência. O sistema partidário se enfraquece ainda mais quando múltiplos partidos se conformam em tornar-se meros cabides de candidatos, o que também facilita o processo de confessionalização da política.

O quarto eixo diz respeito às parcerias estratégicas da Bancada Evangélica no Legislativo, como na coalizão com a “Bancada BBB” e setores ultraliberais. Apesar dos objetivos dos setores privados não coincidirem completamente com os da Bancada Evangélica, ambos compartilham a meta de reduzir políticas públicas regulatórias, o que resulta em cooperação em certas pautas e projetos legislativos.

A representação evangélica tem se engajado ativamente na política, guiada por uma ideologia anti-política e anti-Estado. Sua participação busca estabelecer normativas legais que incorporem valores evangélicos como fundamentais, influenciando a formulação de políticas públicas para tornar o Estado mais simbólico e menos intervencionista. Em contrapartida, nas políticas ultraliberais são embutidas a defesa da liberdade religiosa e liberdade de expressão.

Essa aliança reflete uma resposta conjunta a um período de crise e mudança, onde as defesas da liberdade econômica e de uma liberdade individual radical une evangélicos e ultraliberais.

A aliança entre a representação evangélica e o ultraliberalismo é crucial para sustentar uma ideologia que promete a superação da crise brasileira. Isso porque os parlamentares evangélicos querem demonstrar que legislam para além de pautas comportamentais, que também estão preocupados em resolver aspectos da economia. A Bancada Evangélica também se envolve em debates econômicos e de políticas públicas constitutivas e regulatórias, marcando posição na defesa da propriedade privada e o incentivo à iniciativa individual; dando apoio a medidas legislativas que beneficiem o setor empresarial e financeiro, como a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais, e com isso sendo premiada por esses setores, por exemplo, com financiamento de campanhas.

Estes eixos formam uma explicação abrangente sobre como a representação evangélica se fortaleceu em meio à crise brasileira, que eu descrevo didaticamente da seguinte forma: valores que viram preferências → preferências que criam demandas → demandas que viram mandatos querendo mais espaço → espaço conquistado que se consolida com parcerias. Cada um destes processos interligados depende do contexto multifacetado da crise brasileira, bem como da incerteza e do caos dos tempos imprevisíveis da pós-modernidade, que possibilita que o fundamentalismo religioso seja uma alternativa atraente para muitas pessoas lidarem com as perdas. Especialmente em um país tão desigual, onde a fé no Sagrado é o único consolo na hora da dor.

O jargão muito proferido no meio evangélico, “Não estamos em crise, estamos em Cristo!”, transmite justamente essa ideia, de que os evangélicos mobilizam seus próprios conceitos para dar significado à Crise Brasileira. A ideia de uma batalha espiritual pode levar os evangélicos a enxergarem os debates políticos como mais do que disputas ideológicas; podem ver como confrontos entre forças espirituais opostas. Contrapor essa visão de mundo é um tanto desafiador. Aqueles que tentam, são frequentemente colocados não como oposição política, mas como oposição a Deus. Daí, manifesto como parte da ampliação dessa agenda de pesquisa futuramente, pensar o desafio das esquerdas em se comunicar com a comunidade evangélica.

Nosso foco foi pensar os contextos mais amplos do fortalecimento da representação evangélica em meio à crise brasileira, assim, tratando-se de uma força política consolidada e poderosa. Mas não podemos esquecer de quem forma as bases evangélicas desse país. São as igrejas, que estão em todo lugar e abrangem todas as classes sociais, mas se destacam sobretudo nas favelas e periferias. São lá que pastores e pastoras, de origem pobre, dedicam

sua vida a um trabalho social de valor incalculável. São lá que os membros dessa comunidade religiosa compartilham suas conquistas, suas alegrias e suas lágrimas. São lá que desenvolvem seus talentos, suas vocações e seu “chamado”.

Doravante, permanece em contraste com a realidade predominantemente tecnicista com que a Ciência Política tem abordado o assunto, absolutamente distante, testando teorias com baixíssimos níveis de subjetivação. É crucial, portanto, que avancemos para uma compreensão mais humana e sensível dos fenômenos políticos, valorizando as subjetividades e experiências dos grupos que constituem a base da sociedade. Subjetividades e experiências essas, formuladoras das preferências políticas, que dificilmente vão aparecer em uma ciência política que adapta suas hipóteses aos bancos de dados disponíveis.

Por fim, precisamos desenvolver uma ciência mais conectada com a vida real, que realmente reflita a complexidade das experiências humanas e se desafie a compreendê-la, evitando se esconder atrás de metodologias que prometem precisão e generalização, mas que muitas vezes funcionam como um muro ou pior, uma venda nos olhos. Afinal, se não houver especialistas em contato direto com os grupos estudados, como pode um pesquisador que nunca pisou numa igreja testar a partir de um banco de dados abstratos sobre a perspectiva evangélica? Seria até cômico se não fosse exatamente como se produz boa parte da produção científica da área.

Para além da ciência, é preciso se aproximar da comunidade evangélica desconstruídos de nossos preconceitos e nos propor ao diálogo. Lembrar que por trás de alguns pastores midiáticos e milionários, destilando ódio gratuito e pânico moral, há uma comunidade mais ampla, que trabalha, que estuda, que participa e que vive uma vida normal. Eu não acredito de maneira alguma que essas pessoas acordam de manhã e pensam em como dominar a política e a sociedade, ainda que uma imprecisa parte da comunidade evangélica acredite nisto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. **O tempo dos governantes incidentais**. Companhia das Letras, 2020.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. **Representação Além das Eleições**: Repensando as Fronteiras Entre Estado e Sociedade. Paco Editorial, 2015.

ALMEIDA, Ronaldo de. Players evangélicos na crise brasileira (2013-2018). *In: Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Konrad-Adenauer, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, p. 185-213, 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**. *EcoDebate*, 2018. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 13 fev 2023.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVRITZER, Leonardo. Esfera pública sem mediação? Habermas, anti-iluminismo e democracia. *Lua Nova*, 2023.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *In: Pensando a democracia, a república e o Estado de Direito no Brasil*. 2019.

AVRITZER, Leonardo. **The double crisis of representation and participation in Brazil**. *Representation*, 2019.

BAPTISTA, Érica Anita. **Corrupção política e avaliação de governo**: o caso da Lava

BARRERA, Rivera Paulo. 2006. **Religião e política no Peru pós-Fujimori**. *Civitas* 6, 2: 55-75.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Zahar, 2000

BAUMGARTNER, Frederic J. **Longing for the End**: A History of Millennialism in Western Civilization. Palgrave Macmillan, 2001.

BIGNOTTO, Newton. O humanismo e a linguagem política do renascimento: o uso das Pratiche como fonte para o estudo da formação do pensamento político moderno. **Caderno CRH**, 2012.

BISPO, Raphael. Na corrente midiática da fé: comunicação de massa e dinâmicas contemporâneas do testemunho evangélico. **Horiz. antropol.**, 2018.

BOAS, Taylor C. A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. *In: Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Konrad-Adenauer, 2020.

BOAS, Taylor. **Evangelicals and Electoral Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BORDA, Guilherme Flores. A Construção de uma ‘Nação Cristã’ na América Latina. *In: Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Konrad-Adenauer, 2020, p. 131-153.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil. *In: PINHO, José Antônio Gomes de (Org.). Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 73-97.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Rev. Bras. Educ.**, 2018.

BORGES, Tiago; BABIRESKI, Flávia. Os “Representantes de Deus” e o sistema partidário: uma análise da distribuição das candidaturas evangélicas (1998-2014). *Revista Agenda Política*, p. 73–100, 2022.

BRICALLI, Iafet Leonardi. Os evangélicos e o dispositivo urbano neoliberal: governando as populações e os territórios urbanos periféricos. **Geografares**, 2022.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula; FRANÇA, Thyago Madeira. Religião e política: embate de sentidos sobre a fé evangélica em posts de pastores no Instagram. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Editora Politeia, 2019.

CAMURÇA, Marcelo. **RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL**: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. Estudos de Sociologia, Recife, 2019, p. 125-159.

CARRANZA, Brenda. Presentación - Erosión de las democracias latinoamericanas: el ascenso político de los cristianos. **Ciencias sociales y religión**, [S.l.], v. 22, n. 34, p. 9-12, 2020.

CASALECCHI, Gabriel Ávila; VIEIRA, Aiane de Oliveira. Ativismo digital e valores democráticos: lições a partir da experiência brasileira. **Estudos de Sociologia**, 2021.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoete. **ALEXIS DE TOCQUEVILLE E O LIBERALISMO FRANCÊS: CONTINUIDADES E RUPTURAS SOBRE O CONCEITO DE DEMOCRACIA**. Rev. bras. Ci. Soc. 2018.

CASTELLS, Manuel. **De la crisis económica a la crisis política**. Madrid: La Vanguardia, 2016.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Elitismo e democracia**: uma exposição teórica. In: Anais do III Seminário Internacional de Ciências Sociais, 2014.

CHERNVSKY, Emílio., & DWEK, Esther. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Economia e Sociedade**, 2020.

CONCEIÇÃO, Elizeu da; NOBRE, José Aguiar; NUNES, Gilberto Dias. O ressurgimento das teocracias no cenário político e religioso brasileiro: uma onda conservadora intransigentista. **Reflexão**, 2023.

CORRÊA, Victor Silva; VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Ação Econômica e Religião: Igrejas como Empreendimentos no Brasil. RAC: **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-18, jan./fev. 2017.

COSTA, Andressa Liegi Vieira; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Crise de representação e cultura política no Brasil: como participam os brasileiros? **Revista Brasileira de Política e Administração**, v. 25, 2018.

COWAN, Benjamin Arthur. "Nosso Terreno": crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. Dossiê: As Direitas na História. **Varia História**, v. 30, n. 54, p. 503-532, 2014.

CROUCH, Colin. **Coping With Post-democracy**. Londres: Fabian Society, 2000.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

Dardot, Pierre, and Christian Laval. **The New Way of the World: On Neoliberal Society**. Verso Books, 2013.

Diamond, Larry. **O espírito da democracia**. 1. ed. Atuação, 2015.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal. Ed. Record, 2020.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. Tradução de Arnaldo Bloch. Vestígio, 2019.

Entrevista com Anthony Giddens por Henk Jansen, Facta 2003.

FAUSTO NETO, Antônio. **A religião Teleterapeutezante: discursividade dos templos midiáticos**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. Unisinos, São Leopoldo. VI, n. 2, Julho/dezembro de 2004.

FERREIRA, Gomes Mendonça, Matheus; FUKS, Mario. **O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ALVES, Elia; SANTOS, Helena; AMARAL, Agnes; FREITAS, Jade. COMO FAZER UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA? UM GUIA PRÁTICO EM GOVERNANÇA MARINHA. **Desafios metodológicos das Políticas Públicas baseadas em evidências**. Org.: Ivan Filipe Fernandes. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, p. 119-158.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.

FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et. al. (orgs.). **Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-162.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GALLEGO, Esther Solano. “Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil”: escutando os eleitores de Bolsonaro. In: **Pensando a democracia, a república e o Estado de Direito no Brasil**. 2019.

GARRIDO, Stella. **SILAS MALAFAIA: UMA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA PARA ALÉM DO SAGRADO, DO SEGUNDO GOVERNO DILMA À ASCENSÃO DE BOLSONARO**. 3º internacional historia de parcerias, 2021.

GOLDSTEIN, Ariel; PEREIRA, Flavio. Jair Bolsonaro e os políticos evangélicos. **Revista Em Tese**, 2021.

GOMES, Elias Evangelista. As ovelhas no aprisco do Senhor. *Cadernos Ceru* v. 21, n. 2. 2011, p. 281-304.

GUADALUPE, Pérez José Luis. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: **Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI**. Konrad-Adenauer, 2020.

GUADALUPE, Pérez José Luis; Grundberger, Sebastian (Org). 2018. **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Konrad Adenauer Stiftung / Instituto de Estudios Social Cristianos.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro, 2000.

HANSEN, Jaqueline Resmini; FERREIRA, Maria Alice Silveira. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Florianópolis, vol. 9, n. 1, p. 5, 2018.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte, Paidéia, 1985.

HENDRIKS, Carolyn M. Praxis stories: Experiencing interpretive policy research. **Critical Policy Studies**, v. 1, n. 3, p. 278-300, 2007.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. **Roteiro**, 2020.

Jato. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.11, n.32, p. 128-148, 2018.

KANT, Immanuel. O que é o Esclarecimento? *In: Textos Seletos*. Vozes, 1985.

KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **A política no banco dos réus: a Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil**. Autêntica, 2022.

KNISS, Andressa Buttore; SANTOS, Deivison Henrique de Freitas. RELIGIÃO E DEMOCRACIA EM NÍVEL LOCAL: OS VALORES DEMOCRÁTICOS DOS EVANGÉLICOS PAULISTANOS. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 29, n. 1, 2020, p. 101-131.

LACERDA, Fabio. Como o crescimento evangélico se transforma em representação política? **Cebrap**, 2022.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LATINOBARÓMETRO. Latinobarómetro Análise de dados. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 17 jun 2024.

LAZARFELD, Paul; BERELSON, Bernard & GAUDET, Hazel. (1948), *The people's choice: how to voter makes up his mind in a presidential campaign*. Nova York, Columbia University Press.

LEMONS, Carolyne Santos. **TEOLOGIA DA PROSPERIDADE E SUA EXPANSÃO PELO MUNDO**. Revista Eletrônica Espaço Teológico, 2017, p. 80-96.

LEÓN, Oscar Amat y; GUADALUPE, José Luis Pérez . Os novos 'grupos de pressão política' dos evangélicos na América Latina. *In: Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Konrad-Adenauer, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Ed.: Zahar, 2018.

LIMONGI, Fernando. **Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. **Dados**, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.

LOCKE, John. Segundo **Tratado sobre o Governo Civil**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Martin Claret, 2007.

LOPES, Moisés. A escola de Manchester e a análise da situação social:: um experimento de “estudo detalhado de caso” na parada da diversidade sexual de Cuiabá de 2013. **Revista Ñanduty**, 10(15), 95–112. 2022

LOPEZ, R., Darío. 2004. **La seducción del poder: Los evangélicos y la política en el Perú de los noventa**. Lima: Ediciones Puma, Centro de Investigaciones y Publicaciones (CENIP).

LUIZ, Thiago Cury. O combate à desinformação sobre a tentativa de golpe: intercorrências de pós-verdade, populismo e fact-checking. **Galáxia**, v. 48, 2023.

LYCARIÃO, Diógenes; ROQUE, Robson; COSTA, Débora. Revisão Sistemática de Literatura e Análise de Conteúdo na Área da Comunicação e Informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo. **Transinformação**, v. 35, 2023.

MACHADO, Marcelo. **A influência da Igreja Universal do Reino de Deus na definição do voto dos fiéis em Belo Horizonte: uma abordagem exploratória**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFMG, 2019.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. EVANGÉLICOS, POLÍTICA E ESPAÇO: NOVAS ESTRATÉGIAS RUMO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA? **Geo Uerj**, 2016.

MAIR, Peter. El final de la participación popular. *In*: **Gobernando el vacío: la banalización de la democracia occidental**. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.10, n.29, p.5-34, 1995.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, André Gerardi. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. *In: Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Konrad-Adenauer, 2020, p. 329-350.

MELO, Rúrion. Outra política: socialismo, democracia e emancipação. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade**, 2021.

MELLO, Wallace da Silva. De volta aos holofotes: militares e política na crise brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 39, 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; LAVALLE, Adrian Gurza. Brazil, 40 Years of Struggles Over Political Legitimacy Through the Lenses of Representation. **Representation**, v. 55, n. 3, p. 239-250, 2019. DOI: 10.1080/00344893.2019.1679241.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Coleção Pensamento Político, v.53. Brasília: UnB, 1982.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução de Leda Martins. São Paulo: Hedra, 2009.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. **O Espírito das Leis**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MUNDIM, Pedro Santos. A batalha pela opinião pública e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lua Nova**, 2023.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro. 1. ed. São Paulo: **Todavia**, 2022.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**. HARLEQUIN, 2023.

Observatório do Legislativo Brasileiro: **Bancada evangélica já alcança 80% dos partidos**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bancada-evangelica-ja-alcanca-80-dos-partidos/>. Acesso em 13 fev 2023.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução de David Wesley Amado Duarte; Revisão técnica e introdução de João Mattar. **EaD em Foco**, 2019.

OLIVEIRA, Andréia. Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, v. 42, n. 168, p. 29–44, 2005.

OLIVEIRA, Jordana Cristina Gil de; FREIRE JUNIOR, João. A presença dos evangélicos no cenário político brasileiro. **Reflexão**, 2022.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; JUNIOR, Paulo Gracino. A máquina universal: uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022. Dossiê Religião e Políticas Públicas. **Relig. soc.**, 2023.

OLIVEIRA, Marco Davi de. **A religião mais negra do Brasil**: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo? Editora Ultimato, 2018.

ORTUNES, Leandro et al. **Lideranças políticas no Brasil**: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo. Rev. Bras. Ciênc. Polít. 2019.

PASSOS, João Décio. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. HORIZONTE - **Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 57, p. 1109, 31 dez. 2020.

PEREIRA, Eliseu. **Teologia do Domínio**: uma chave de interpretação da relação atual entre a igreja e a política brasileira. In: Repórter Brasília, 2022.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão**: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014). Tese de doutorado. 2018.

PITKIN, F. H. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1984.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Tradução de Berilo Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil **Opin. Pública**. 2018.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Editora Zahar, 2014.

REIS, Fábio Wanderley. Crise, opinião pública e instituições. *In*: **Pensando a democracia, a república e o Estado de Direito no Brasil**. 2019.

REIS, Livia. Tempos de pandemia, práticas cotidianas e projeto de nação: de que evangélicos estamos falando? *in*: racismo religioso, política e agentividade, **Revista Debates do NER**, 2021.

RESENDE, Flávio da Cunha. **Transformações Metodológicas na Ciência Política**

RICCI, Paolo. Political Representation as Collective Representation. Considerations Based on the Brazilian Case. **Representation**, 2019.

RIVERA, Paulo Barrera. Religión contra democracia: el neoconservadurismo evangélico en el Perú del siglo XXI. **Ciencias Sociales e Religión**, 2021.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: todavia, 2021.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (Orgs.). **As Direitas nas Redes e nas Ruas**: a Crise Política no Brasil. 1ª edição. Expressão Popular, 2019.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; Mario FUKS. **Grupos sociais e preferência política - O voto evangélico no Brasil**. RBCS Vol. 30 n° 87 fevereiro/2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martin Claret, 2002.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. **Quando velhos atores saem de cena**: a ascensão da nova direita política no Brasil. Colombia Internacional, 2019, p. 151-186.

SANTOS, Maria Escolástica de Moura; SANTOS, Pedro Pereira dos. Escola sem partido: neoliberalismo e conservadorismo de mãos dadas. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, vol. 29, no. 58, abr./jun. 2020. Epub 15-Dez-2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Priscilla Camargo. CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. Por uma Democracia: entre a Democracia Liberal e a Prática Política em Jacques Rancière. *Sequência* (Florianópolis), n. 83, p. 220-246, dez. 2019.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. **O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades**. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 23, 2020.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. Dicas sobre como escrever projetos de pesquisa. **CONEXÃO POLÍTICA - REVISTAS ELETRÔNICAS DA UFPI**, v. 11, p. 7-43, 2022.

SELIGMAN, M.; MELLO, F. **Lobby desvendado: democracia, políticas públicas e corrupção no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SCERB, Philippe. Causa ou Consequência? Representação e Participação no Contramovimento Bolsonaroista à Crise da Democracia no Brasil. **MEDIAÇÕES - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 26, p. 68-85, 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, 2014.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Trad. Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José Sena da. Igrejas abertas num mundo contaminado: mobilização evangélica, liberdade religiosa e Covid-19 no Brasil. **Antropolítica**, 2023.

SILVA, Franc Casagrande da. **A PRESENÇA EVANGÉLICA NA POLÍTICA ATUAL E O ESTADO LAICO NO BRASIL**. *Revista Religião e política*, 2019.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **Religião e política no Brasil**. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, núm. 64, 2017, pp. 223-256.

SILVA, Marcelo Machado. **A influência da Igreja Universal do Reino de Deus na definição do voto dos fiéis em Belo Horizonte**: uma abordagem exploratória. Monografia de especialização, UFMG, 2019.

SILVA, Rodrigo Augusto T. M. Leal da. Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, 2023.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA JR, Paulo Gracino de; SOUZA Carlos Henrique Pereira. Evangélicos e conservadorismo –afinidades eletivas: as novas configurações da democracia no Brasil. **Dossiê: Fundamentalismos e Democracia, Horizonte**, 2020.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Trad. Cynthia Costa. Editora Unicamp, 2021.

THOMPSON, C. Bradley; BROOK, Yaron. **Neoconservatism**: An Obituary for an Idea. Routledge, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la démocratie en Amérique**. Paris: Gosselin, 1835.

URBINATI, Nadia; WARREN, mark. **The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory**. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2008.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. Ultraliberalismo, Evangelicalismo Político e Misoginia: a Força Triunfante do Patriarcalismo na Sociedade Brasileira Pós-Impeachment. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 455-488, 2018.

ANEXOS

Tabela de textos da RSL

Título, ano, revista	Autor	Resumo	Link
Evangélicos e conservadorismo –afinidades eletivas: as novas configurações da democracia no Brasil. Dossiê: Fundamentalismos e Democracia, Horizonte, 2020.	SOUZA JR, Paulo Gracino de; SOUZA Carlos Henrique Pereira.	Neste artigo partimos da hipótese de que a afinidade que atrai evangélicos e conservadorismo está muito mais ligada às condições discursivas que engendram os sujeitos e suas subjetividades, do que as características intrínsecas à teologia cristã ou, especificamente, evangélica pentecostal.	https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/24173/17884
RELIGIÃO E DEMOCRACIA EM NÍVEL LOCAL: OS VALORES DEMOCRÁTICOS DOS EVANGÉLICOS PAULISTANOS. Revista Teoria & Pesquisa, v. 29, n. 1, 2020, p. 101-131.	KNISS, Andressa Buttore; SANTOS, Deivison Henrique de Freitas.	identifica-se que os evangélicos paulistanos apresentam resistência em aceitar indivíduos com opiniões políticas e morais opostas, dialogar com pessoas que possuam opiniões políticas divergentes e concordar que a democracia é sempre a melhor forma de governo, independente das circunstâncias. Contudo, a análise multivariada demonstra que, embora o	file:///C:/Users/55319/Downloads/simone diniz,+Artigo+Final +4,+v.+29,+n.+2,+2020+OK.pdf

		<p>pertencimento a alguma denominação evangélica exerça um efeito negativo sobre os valores democráticos dos fiéis, esse efeito não supera a influência exercida por variáveis socioeconômicas clássicas em estudos sobre cultura política, a saber, renda e escolaridade.</p>	
<p>Religión contra democracia: el neoconservadurismo evangélico en el Perú del siglo XXI. Ciencias Sociales e Religión, [S.l.], 2021.</p>	<p>RIVERA, Paulo.</p>	<p>Realiza uma análise da representação contemporânea dos evangélicos, explorando a oposição que acaba se formando entre religião e democracia. Similar a outros autores, ele examina os aspectos teológicos que fundamentam a militância do grupo, e conclui que a concepção de "soberania divina", suplanta o espaço democrático, transformando adversários políticos em inimigos de Deus. Esse cenário, conforme explicado por Rivera, cria um ambiente desfavorável para a plena realização de práticas democráticas.</p>	<p>https://periodicos.sb.u.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670271</p>
<p>A presença dos evangélicos no cenário político</p>	<p>OLIVEIRA, Jordana Cristina Gil de; FREIRE JUNIOR,</p>	<p>A incorporação ao longo do tempo de interpretações</p>	<p>https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/5746/</p>

brasileiro. Reflexão, 2022.	João.	teológicas, que contribuem para a coesão política entre os evangélicos. Eles também apontam que a comunicação de massa conduzida por grandes igrejas evangélicas, incluindo televisão e rádio, desempenhou um papel crucial na influência dos líderes religiosos, que passaram a abordar questões políticas nessas mídias e a abrir espaço para novas lideranças políticas emergentes associadas à extrema-direita.	<u>4755</u>
Como o crescimento evangélico se transforma em representação política? Cebrap, 2022.	LACERDA, Fabio	Discute a crescente representação política dos evangélicos, destacando que seu aumento numérico não é suficiente para explicar seu impacto político. Ele argumenta que essa representação é mediada pelas instituições políticas e está relacionada à crise nos sistemas partidários na América Latina.	https://www.scielo.br/j/nec/a/Yqfd5p3bhR3b7TMdKW3RWZN/?format=pdf&lang=pt
Os “Representantes de Deus” e o sistema partidário: uma análise da distribuição das candidaturas evangélicas (1998-2014). Revista	BORGES, Tiago; BABIRESKI, Flávia.	Analisaram o aumento da representação evangélica pelo sistema partidário, observando um esvaziamento dos partidos tradicionais	https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/550/344

<p>Agenda Política, p. 73–100, 2022.</p>		<p>e uma proliferação de partidos menores. Eles concluíram que os evangélicos têm sido estratégicos na adesão partidária, priorizando as demandas de seus eleitores, igrejas e valores.</p>	
<p>TEMPOS DE PANDEMIA, PRÁTICAS COTIDIANAS E PROJETO DE NAÇÃO: DE QUE EVANGÉLICOS ESTAMOS FALANDO? RACISMO RELIGIOSO, POLÍTICA E AGENTIVIDADE, Revista Debates do NER, 2021.</p>	<p>REIS, Livia.</p>	<p>Analisa a representação evangélica no Brasil durante a crise da Covid-19. Destaca que líderes religiosos desafiaram as diretrizes sanitárias, espiritualizando a crise e encontrando apoio no presidente Bolsonaro. A autora ressalta que a pandemia evidenciou o processo de construção da representação evangélica, baseada em valores cristãos reinterpretados.</p>	<p>https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/114161/65800</p>
<p>EVANGÉLICOS, POLÍTICA E ESPAÇO: NOVAS ESTRATÉGIAS RUMO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA? Geo Uerj, 2016.</p>	<p>MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra.</p>	<p>Destacam que o fortalecimento político dos evangélicos se deve a novas estratégias além do crescimento populacional, como a formação de blocos políticos coesos. O cenário carioca ilustra os anseios de uma representação baseada na fé, especialmente diante dos desafios como segurança pública e guerra ao tráfico, que</p>	<p>https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/27012/19579</p>

		afetam famílias nas favelas.	
Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 57, p. 1109, 31 dez. 2020.	PASSOS, João Décio	Traça diálogos pertinentes com a representação evangélica em tempos de crise.	https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/23152
Presentación - Erosión de las democracias latinoamericanas: el ascenso político de los cristianos. Ciencias sociales y religión, [S.l.], v. 22, n. 34, p. 9-12, 2020.	CARRANZA, Brenda.	Investiga como os evangélicos-pentecostais na política contribuem para a erosão democrática, capitalizando o mal-estar social e se alinhando com grupos neoconservadores.	https://periodicos.sb.u.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670119
"Nosso Terreno": crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. Varia História, [S.l.], v. 30, n. 54, p. 503-532, 2014.	COWAN, Benjamin Arthur.	Analisa o surgimento da direita evangélica no Brasil durante a Ditadura Militar, destacando como líderes religiosos adotaram uma linguagem de crise moral para justificar seu envolvimento político.	https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTG FbCvRs7z46k35rm/abstract/?lang=pt
Jair Bolsonaro e os políticos evangélicos. Revista Em Tese, 2021.	GOLDSTEIN, Ariel; PEREIRA, Flavio.	Explicam que a parceria entre políticos evangélicos e Jair Bolsonaro resultou de uma estratégia calculada diante da crise política e do desgaste do PT. Tanto ele quanto Michelle Bolsonaro construíram uma	https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/81371/47346

		narrativa messiânica, vendo a presidência como uma missão moral redentora.	
Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos Estudos CEBRAP, p. 185-213, 2019.	ALMEIDA, Ronaldo.	Destaca o aumento da influência dos evangélicos diante da instabilidade política. Aponta que interpretações teológicas e filosóficas limitam o progressismo nas denominações evangélicas. Conclui que representantes evangélicos adotaram uma postura conservadora na crise, aproveitando seu histórico de proselitismo e aspiração de influência pública.	https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt
Igrejas abertas num mundo contaminado: mobilização evangélica, liberdade religiosa e Covid-19 no Brasil. Antropolítica, 2023.	SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José Sena da.	Analisa a mobilização evangélica durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, destacando como os líderes religiosos aproveitaram a crise para reforçar sua influência política. Observam um reacionarismo político-religioso entre os evangélicos, combinando a defesa da liberdade individual com a percepção de perseguição à fé cristã e uma suposta ameaça.	https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_crossref_primary_10_22409_antropolitica_i_a56459&context=PC&vid=CAPE_S_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any.contains,Evang%C3%A9licos%20e%20crise&offset=0

<p>Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. Roteiro, 2020.</p>	<p>HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton.</p>	<p>Relacionam a ascensão do ultraliberalismo à crise do sistema capitalista e ao surgimento de movimentos fundamentalistas religiosos, como o Movimento Escola Sem Partido. Esses sinais convergem para mobilizar uma massa de evangélicos preocupados que defendem um conservadorismo abstrato, alinhado ao ultraliberalismo e à desregulamentação do capital.</p>	<p>file:///C:/Users/55319/Downloads/Dialnet-QuandoFundamentalismoReligiosoEMercadoSeEncontram-7924922.pdf</p>
<p>O ressurgimento das teocracias no cenário político e religioso brasileiro: uma onda conservadora intransigente. Reflexão, 2023.</p>	<p>CONCEIÇÃO, Elizeu da; NOBRE, José Aguiar; NUNES, Gilberto Dias.</p>		<p>https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_crossref_primary_10_24220_2447_6803v48a2023e8573&context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any.contains,Evang%C3%A9licos%20e%20crise&offset=0</p>
<p>Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. 2021</p>	<p>ALMEIDA, Ronaldo de; GUERREIRO, Clayton.</p>	<p>Argumenta-se que líderes religiosos aderiram ao negacionismo, uma linguagem de poder que está fora do escopo da democracia e que se manifesta</p>	<p>https://www.scielo.br/j/rs/a/4JrSBZDRqG8c9RJzCfxz4BN/?lang=pt</p>

		<p>publicamente por meio de diversas técnicas de negação da ciência. Frequentemente justificadas por razões religiosas, essas técnicas foram empregadas em diversos eventos durante a pandemia com o objetivo de consolidar um projeto político comum, ressignificando a situação à luz das crenças propostas pela religião.</p>	
--	--	--	--